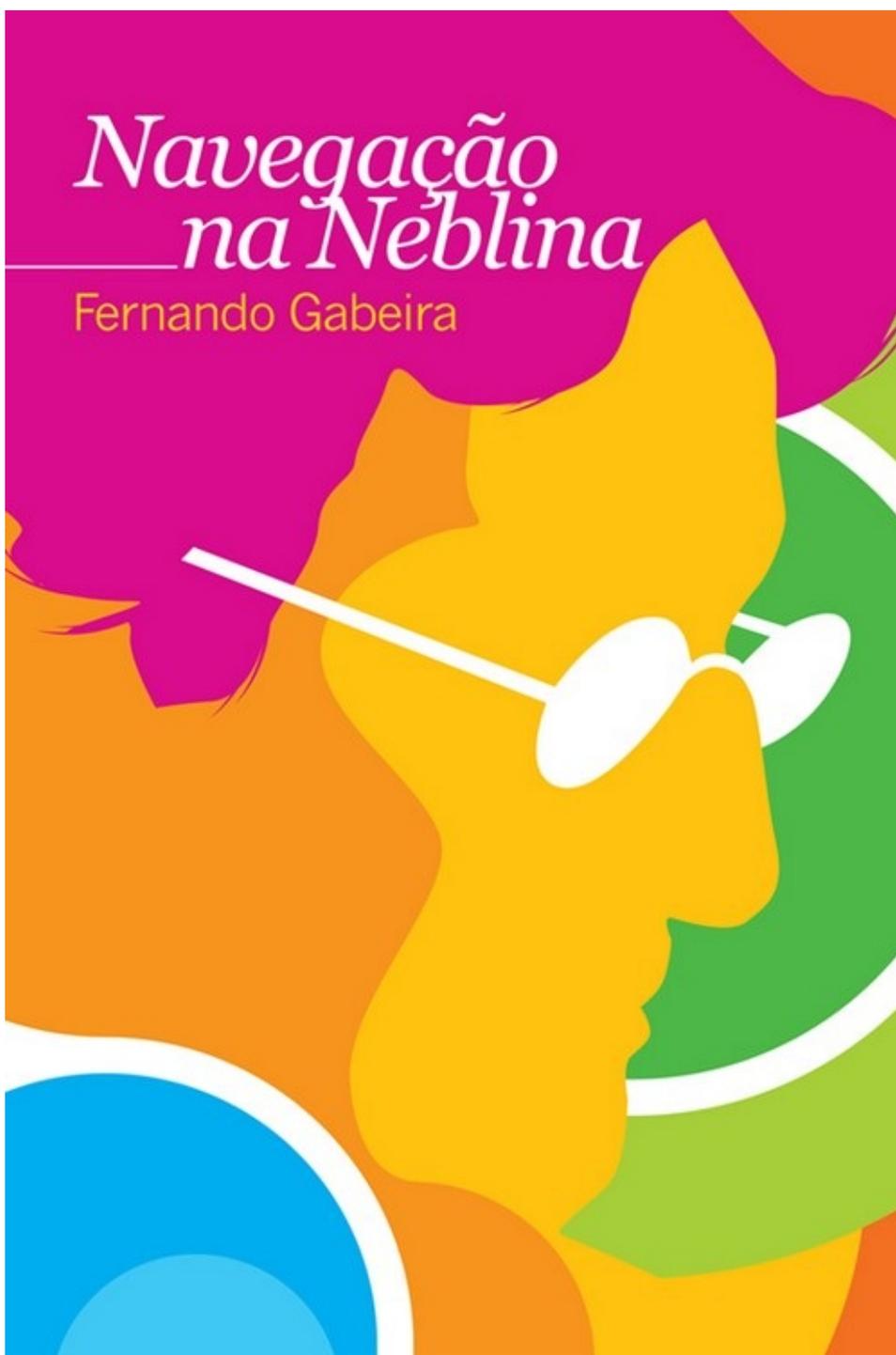


# *Navegação na Néblina*

Fernando Gabeira



# DADOS DE COPYRIGHT

## Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

## Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.org](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#).

*"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."*



# *Navegação na Néblina*

---

Fernando Gabeira



# INTRODUÇÃO

A crise que balançou o país, em 2005, foi objeto de inúmeros artigos, entrevistas e discursos. Algumas de suas principais implicações foram previstas, ou pelo menos intuídas, antes do grande escândalo detonado pela entrevista do ex-deputado Roberto Jefferson à Folha de São Paulo.

Era fácil intuir, pelo clima de decadência na Câmara, que alguma coisa ruim estava por acontecer. Uma vez detonado o escândalo, entretanto, tornou-se mais complexo prever algumas semanas adiante. Navegação na neblina não significa apenas a dificuldade de olhar adiante. É a constatação de que, em alguns momentos, perdemos-nos e, em outros, francamente colidimos com as pedras, e quase nos afundamos.

Um dos pontos centrais do equívoco foi supor que a sociedade brasileira não aceitaria o engano de ter votado em bandeiras éticas e receber de volta, por parte do Governo, o mesmo comportamento que caracterizava a política do passado: corrupção e incompetência.

Em junho de 2005, o governo parecia, para mim, acabado. Supus que fosse sobreviver vegetativamente até sua remoção, pelo processo eleitoral de outubro de 2006. Já havia detectado alguns dos seus pontos fortes, em termos de prestígio popular, nos artigos anteriores ao escândalo. Um deles era o programa Bolsa Família, destinado a atingir mais de trinta milhões de pessoas.

A experiência desse tipo de programa assistencial no Rio de Janeiro foi um trunfo do governo local. Milhares de pessoas vêem o programa como uma dádiva pessoal do governante, que, por sua vez, enfatiza o equívoco, afirmando, sempre que pode: “Estamos dando isto, eu estou dando refeições baratas...”

O trabalho das CPIs, televisionado e monitorado por inúmeros sites e blogs na internet, revelava alguma vulnerabilidade. A grande audiência estimulava discursos e performances pessoais, em detrimento do trabalho técnico destinado a desmontar, competentemente, as mentiras que eram desfiadas diante das câmeras.

Esses elementos estavam presentes quando acreditei que o governo estava acabado. Não me parecia capaz de deter a onda de indignação que se expressava nas cartas dos leitores, nas conversas de rua.

Não contei tanto com a passagem do tempo, com as imperfeições nas denúncias e com um fator que deve existir de certa forma: a tolerância com a corrupção.

Em outras épocas, meditei sobre uma frase que corria entre os líderes social-democratas. Dizia ela que governar bem era noventa por cento ter um bom ministro da Economia. Outros temas não significariam, juntos, mais do que dez por cento.

Temia que essa visão fosse transplantada também para a expectativa dos eleitores, que julgariam seus governantes concentrados na Economia, subestimando os outros tópicos.

Nesse particular, continuo navegando na neblina. O crescimento econômico do Brasil foi medíocre: 2,3 por cento. Apenas na frente do Haiti, que cresceu 1,5 por cento, possivelmente graças à injeção de recursos internacionais.

O anúncio dessa performance foi divulgado nas vésperas do carnaval, para que sua repercussão se abafasse. Mas isso não atenuou a sensação de melhoria econômica, registrada entre pobres e ricos; sensação que ajudou a construir os alicerces da ponte entre o escândalo e o olvido.

Baseado em experiências históricas, como a do escândalo que envolveu o PS espanhol, supus que a construção dessa ponte levaria uma década, e não apenas alguns meses.

Exagerei também em algumas previsões sobre a presença de tropas brasileiras no Haiti. Entramos nessa aventura histórica com o argumento de que nos aproximaria de uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU. Meu argumento central era que, desde 1915, outras ocupações militares tentaram desatar o nó

haitiano. Fracassaram. Não seria temerário ocupar de novo o Haiti, sem conhecer bem as razões do fracasso e com um projeto que pudesse evitá-lo?

Minhas duas viagens ao Haiti não me convenceram de que o Brasil conhecia a situação real do país. Mas revelaram que, consideradas as circunstâncias, ele se adaptou bem ao terreno e alcançou alguns êxitos.

Temia, por exemplo, que não se pacificassem as favelas, revoltadas com a expulsão do presidente Aristide. Em um dos meus artigos ironizei a tentativa. Pedras, tiros e incêndios poderiam se transformar em uma canção pacífica, do tipo Someday My Prince Will Come?

Constatei, já no último artigo, que as tropas brasileiras pacificaram Bel Air. O clima nas ruas é mais distendido. As patrulhas que trabalhavam em tanques, agora, se deslocam a pé, em contato direto com as pessoas, elas mesmas muito mais propensas a andar pelas ruas do bairro.

Imaginei que nossa presença no debate político sobre o futuro do Haiti seria mínima, diante da importância de relações tradicionais do país com a França, Estados Unidos e Canadá. Constatei que o Brasil é ouvido no grupo dos que discutem o futuro do Haiti, e suas posições, de um modo geral, tidas como sensatas.

O Brasil aprendeu com o Haiti, através de sua experiência no terreno e pela concentração da diplomacia no tema. Ainda navegamos na neblina. Uma democracia sustentável no Haiti depende de instituições, de infra-estrutura, investimentos e empregos.

De onde tirar os recursos para isso? Um diplomata canadense calculou que a reconstrução do Haiti demandaria US\$ 8 bilhões anuais, durante duas décadas.

Colisões contra as pedras, figuras deformadas pela neblina, nem tudo, no entanto, escapou do olho nu. A ocupação da máquina estatal, pelos partidos políticos, foi um escândalo de corrupção. Estava na base da denúncia de Roberto Jefferson e foi amplamente discutida nas CPIs.

O escândalo da corrupção ofuscou um dos aspectos mais graves da ocupação partidária da máquina. O governo brasileiro utilizou mais de 20.000 cargos de confiança. Nos Estados Unidos, quando muda um presidente, mudam apenas cinco mil cargos.

No princípio, a incompetência produziu casos dramáticos, como, por exemplo, no Hospital do Câncer, onde uma equipe internacionalmente reconhecida pela excelência de seu trabalho foi substituída por quadros políticos.

Entre os guaranis-caiuás, entretanto, eclodiu a tragédia. Através de visitas ao lugar e inúmeras entrevistas, acompanhei de perto. Trinta e oito crianças morreram de desnutrição. A Funasa do Mato Grosso do Sul foi ocupada, politicamente, por quadros inexperientes em saúde indígena.

Há um artigo sobre o tema, mas os dados da investigação estão em um relatório produzido pela Comissão Especial que investigou o assunto. Estão aí os elementos para o estudo de um caso decisivo para se condenar a ocupação partidária da máquina do governo.

Não importa quem seja o novo presidente, terá que encarar a realidade de que não se aceitam essas práticas no País. A ocupação partidária da máquina talvez nem signifique empregos roubados a funcionários concursados. Muitos desses empregos podem simplesmente desaparecer, sem ameaças à eficácia do trabalho.

A ocupação partidária significa, também, uma espécie de inchaço da máquina estatal, o que nos leva a uma pergunta maior. Considerada no seu conjunto, a máquina estatal produz para a sociedade mais do que consome, ou é uma espécie de entrave ao desenvolvimento?

Há muitas maneiras de responder a essa pergunta. Um olhar sobre Brasília, a capital administrativa do País, indica uma pista: a cidade tem o maior índice de desenvolvimento humano brasileiro, comparável ao das capitais européias.

A Câmara e o Senado têm duas televisões diferentes, com funcionários e equipamentos próprios. Com bons editores, uma estação apenas cobriria os dois, e ainda sobraria tempo.

É necessário ver o que se passa na máquina do Estado, pensando no papel do Brasil em um mundo globalizado. Sob muitos aspectos, nossa questão fundamental é definir este papel e buscar o máximo de competitividade, o que implica em ter a máquina estatal competente e enxuta, choque de educação, inclusão digital; uma série de tarefas que são tocadas hoje sem que se tenha a noção de sua urgência e finalidades imediatas.

A inclusão da violência urbana, da questão ambiental e também de alguns debates culturais são importantes para que se tenha idéia do quadro mais amplo. O pântano da política convencional não impede que sejam tentadas várias experiências locais nem que se discutam temas momentaneamente fora do centro da crise.

O texto sobre a política ambiental de Lula foi produzido inicialmente para a Revista Política Internacional, de Lisboa. Ele foi escrito antes do escândalo da Safra Legal, um mecanismo que permitiu o desmatamento em troca de favores dos madeireiros aos políticos. Hoje, esses dados estão disponíveis no relatório de uma CPI.

A política cultural aqui mencionada não consiste na discussão do trabalho do Governo. Mas sim numa interrogação sobre as relações da cultura brasileira com o mundo globalizado e como a mestiçagem, uma de suas principais características, um trunfo que deveríamos considerar, ao invés de nos colocarmos na defensiva.

Quanto à violência urbana, o debate não tem continuidade. Emerge e submerge ao sabor das conjunturas. Nenhum dos dois últimos presidentes parece ter dado importância real a ele. Os motins nas cadeias se multiplicam, os tiroteios e mortes se tornaram rotina, mas não há ainda no horizonte uma política que possamos monitorar e adequar à realidade através da prática.

Também preocupa o empenho reduzido em uma política de segurança sanitária, neste mundo onde as trocas intensas significaram também a troca de vírus, bactérias e organismos estranhos ao ecossistema local.

Um país que exporta carne bovina, suína e de frangos, e toneladas de grãos, deveria se preocupar com isto. De um lado, os consumidores internacionais se tornam cada vez mais prudentes. Do outro, os concorrentes, cada vez mais agressivos. Até uma doença da vaca louca foi inventada para o Brasil.

Dentro da crise política que patinava nos problemas do século passado, tais como a liderança messiânica da classe operária ou o obsoleto centralismo democrático, os avassaladores problemas do século XXI continuam a se complicar, sem que possamos nos dedicar integralmente a eles.

Há um porto anunciado nessa navegação. A escolha do próximo Presidente da República e de um novo congresso. Sairemos dela fortes e maduros para enfrentar a complexidade do mundo global? Ou, pura e simplesmente, prosseguiremos a interminável seqüência de corrupções e trágica incompetência?

De qualquer forma, haverá um segundo momento da crise. Essas foram apenas as notas parciais. Navegar de novo é tudo que posso prometer.

# A MAGIA DE UMA PREVISÍVEL SEGUNDA-FEIRA

28/10/2002

Folha de São Paulo

No velho “Correio da Manhã”, havia um colunista, chamado Guima, que escrevia com uma técnica especial. Ainda menino, eu lia os seus textos com o prazer de quem desenrola os fios de um carretel. Aliás, era esse o nome de sua técnica, uma aplicação intuitiva e popular de algo mais elaborado nos romances de John dos Passos, aplicado depois em uma trilogia de Sartre.

Guima pegava os acontecimentos da semana e ia colocando um ao lado do outro, como se estivessem ligados por um fio, como se fossem partes do mesmo espetáculo. Assim, por exemplo, tchetchenos tomam o teatro em Moscou fazendo 700 reféns, um jacaré come uma mulher na Austrália, o velho Drummond, 100 anos, ganha homenagem no Brasil, seu aniversário no escuro não é comemorado, duas granadas e uma pistola quase entram no presídio de Bangu, mas quem levou tiro certo na nuca foi a advogada do PCC em São Paulo.

Ele trabalhava com fatos acontecidos. Passos e Sartre ligavam passado e presente, criavam uma nova dimensão.

Essas lembranças literárias me vêm à cabeça no momento em que escrevo esta coluna, antes do resultado eleitoral de domingo. Na segunda-feira, ninguém sabe o que vai acontecer, diz o poema. No entanto, neste fim de semana, todos julgávamos saber o que aconteceria na segunda-feira.

Não se trata, portanto, de um dia perdido no tempo, mas de um marco decisivo nas lutas que começaram com imigrantes e operários brasileiros e que culminam, agora, com essa experiência inédita.

O grande responsável por essa mudança é o Partido dos Trabalhadores, com suas duas décadas de lutas e sacrifícios. Mas podem, e devem, se alegrar com a vitória aqueles que, sendo apenas companheiros de viagem, combateram os mesmos adversários e partilharam dos mesmos sonhos.

Essa vitória nos colhe, pelo menos a alguns de nós, já de cabelos brancos, sem as ilusões do passado, sem a retórica de morrer pelo povo, mas de viver humildemente para ajudá-lo.

Se pudéssemos pelo menos antever esses momentos nas escuras celas do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), nas noites de exílio em que o frio congelava nossa respiração, talvez ficássemos mais tranquilos, talvez não nos desesperássemos, nós, que esperávamos mil sóis violentos.

Só a onipotência dos narradores permite fundir passado, presente e futuro. Só na arte poderia voltar à cela de um DOPS, já desmantelado, e dizer para o ratão que a habitava “Agora é Lula”. Ou despertar ao lado da amiga sueca e dizer “Hoje não corto grama no cemitério, há reunião da bancada do Governo”.

Empacado na fronteira da literatura e da política, protejo-me da euforia e da grandiloquência. O personagem da batalha de Alger talvez tenha dito algo adequado ao afirmar que é difícil para um movimento chegar ao governo, mas as dificuldades mesmo começam depois que se chega lá.

O cenário que se abre hoje para a América Latina foi classificado por um cientista político, chamado Michael Shifter, como algo parecido com o realismo mágico de Gabriel García Márquez.

Engraçado como parece magia para eles algo que foi construído passo a passo, com um trabalho cotidiano e muitas vezes cinzento.

O que está acontecendo não tem nada de realismo mágico, caro Shifter. Isso não significa que a magia esteja proibida. Contarei sempre com ela para voltar ao passado e corrigir aquelas gélidas noites com inacreditáveis boas novas.

Nunca vi uma entrada de ano assim. Fui a vários atos de posse, todos de amigos. Creio que poderia mudar aquela frase do Cazuzu e dizer que “meus amigos estão no poder e os inimigos morreram de overdose”. Mas não é bem assim, alguns amigos morreram de overdose e uma minoria foi ao governo. Ir ao poder é diferente. O importante é que o povo comemorou nas ruas, saudando o início de uma nova era.

É sempre bom saudar uma nova era. Lembro-me de que fiz um documentário sobre a seca no Ceará e o intitulei “Viagem ao Fim de Uma Era”. Achava que estava vendo os estertores daquela calamidade social. Com o tempo e algumas complicações com o El Niño, parece que vamos encarar uma nova estação.

Um poeta francês disse que, de todas as artes, a de governar era a única que produzia monstruosidades. Ele não viveu para conhecer algumas formas musicais modernas, talvez nem a tevê. Mas é preciso levá-lo a sério e sentir toda a responsabilidade que caiu em nossas mãos, independentemente de sermos ou não governo.

Percebi, andando pela Esplanada, que as pessoas estavam orgulhosas, gritavam vivas, referindo-se ao lugar de origem, sentiam-se chegando pessoalmente ao governo. Esse processo de identificação é raro na história de um país.

Cada retrato que tiravam iria para a parede de suas casas e, certamente, atravessará os anos. São poucos os retratos na parede que não doem com o tempo.

Mas esse precisa ser um motivo de orgulho permanente porque, se não, acaba confirmando a tese de que a vitória é apenas um acidente numa sucessão de históricas derrotas.

Se o futuro for como esperamos todos nós, entre pancadas de chuva e sol forte, toda história pessoal será reescrita. Para começar, o País andarà no seu rumo. Novos líderes emergirão do processo. Salvadores da pátria serão inúteis e podem, finalmente, aspirar a uma discreta aposentadoria.

Marx previa a superação da Política, tal como a conhecemos, quando se resolvessem as contradições. Estamos muito longe disso. Mas, com o País experimentando uma política estável, um governo popular, que se renove com regularidade, com muita energia intelectual canalizada para a política, poderá reorientar-se para os caminhos de sua própria vocação.

O Presidente foi generoso ao dizer que realizava o sonho de muitas gerações que tentaram e falharam. De fato, mesmo considerando as limitações da realidade, todos podem se sentir, de certa forma, realizados.

Certamente, é preciso ajudar para que essa planta terra cresça e floresça. Porém, para os dinossauros, a sensação diante da democracia popular é a mesma que a de um pai que vê o seu filho se colocando na vida, conseguindo seu próprio emprego.

Um vasto horizonte se abre para os mais velhos. Se os próximos quatro anos engrenarem uma marcha democrática, o País será como os outros, e a política, como nos outros - algo um pouco monótono. Se falhar a experiência e voltarmos aos velhos tempos, isso significa que nada mudará muito, logo, é possível cuidar de outras coisas.

Enfim, finalmente teremos férias para os livros e as pesquisas que se acumularam nos sonhos. Só faltam quatro ou oito anos.

Que a sorte proteja todos os Silvas que se beliscavam na Esplanada, querendo saber mesmo se estavam vivos para ver um dos seus no governo. Já vivi momentos assim - o cometa Halley, a virada do milênio - que são históricos, mas, depois de passados, nos deixaram uma sensação de vazio, como se os

tivéssemos inventado.

Agora, todos estarão voltados para o cotidiano, à espera das mudanças, do milagre. Para os que conhecem a História e viveram momentos semelhantes, independência nacional ou mesmo revolução socialista, esses sentimentos são relativos. A realidade nunca excede nossos sonhos. O fundamental é que venha numa cota adequada, para que todos possam gritar de novo na Esplanada chuvosa: “Valeu a pena!”

O PT caiu em uma armadilha, ao deixar que sua luta interna aflorasse em torno da política financeira. Nela, os passos que o ministro Palocci deu são praticamente inevitáveis. Em primeiro lugar, foi compromisso de campanha do Presidente Lula. Em segundo lugar, mesmo que não prometida, a política é uma imposição da realidade.

De repente, a esquerda se põe a discutir câmbio, Banco Central e outros temas que necessitam uma visão também técnica, e deixa de lado o caminho que ela pode trilhar: o de um desenvolvimento nas brechas das limitações que nos são impostas.

Se o PT fosse mais atento às suas próprias qualidades, estaria abraçando e levando à sociedade sua proposta de legalizar as propriedades nas favelas e periferias da cidade. Isto vai ter um grande dinamismo porque, acoplado ao microcrédito (há dinheiro para ele), pode jogar no circuito econômico milhares de famílias. Elas estariam qualificadas para receber crédito porque passaram a ser proprietárias.

Esta possibilidade foi considerada revolucionária pelo economista peruano Hernan Soto, um especialista no estudo do potencial econômico das populações pobres. Esta linha nos ligaria com setores avançados do empresariado, que também investem nos setores mais pobres, dentro de sua lógica de lucros.

Talvez este tema não fascine tanto porque significa jogar milhões de pessoas no circuito capitalista. Mas por que não? Elas estão excluídas e o que temos a oferecer é a nova perspectiva de economia solidária. Mas não há contradição entre a economia solidária e legitimação das propriedades urbanas, pelo contrário, elas se harmonizam.

A escolha do debate no circuito estreito da política financeira nos faz, todos, parecermos aqueles ingleses de guarda-chuva, alheios a um real potencial de transformação. O deslocamento do eixo da discussão é fundamental para recuperar a iniciativa, que no momento se concentra no Programa Fome Zero, e este, no mínimo, precisa de contrapartidas sociais e políticas que diversifiquem a intervenção renovadora.

O Brasil vive uma explosão no consumo de telefones celulares, comparado com o passado recente, e agora um crescimento a 43 % no universo dos internautas.

Ambos, telefone e internet, são produtos que ajudam a escapar da exclusão. Como eles há outros, que ajudam as pessoas mais pobres a realizarem seus projetos.

Amanhã falo um pouco disto.

# A DIFÍCIL TAREFA DE EVITAR MUDANÇAS

20/6/2003

Blog do Gabeira

Parece inoportuno pedir a um governo absorto em realizar mudanças que concentre um pouco de atenção na tarefa de evitar mudanças. A ousadia só se justifica porque as mudanças que queremos evitar são as climáticas: o aquecimento global com vastas e, no momento, incalculáveis repercussões negativas para o planeta.

Outros fatores jogam contra um interesse imediato no tema. É um fenômeno invisível que se desdobra ao longo de séculos. Nada mais tentador do que empurrá-lo com a barriga ou discuti-lo apenas em encontros internacionais.

O Brasil ratificou o Protocolo de Kioto. Logo em seguida, sua delegação em Joahnesburgo lançou uma proposta de uso de 10 % de energia renovável até o fim da década. Meta planetária, instrumento, ainda que fragmentário, de governança mundial, a proposta brasileira indicava claramente um caminho para o encontro na África Sul, caminho que começou a ser mapeado no Brasil, na Conferência de 1992, no Rio.

A presença brasileira nesse debate planetário não se limita a isto. Surgiu em nosso país, a idéia que originou um dos mais importantes instrumentos do Protocolo de Kioto. Esse instrumento se chama hoje Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Através dele, os países ricos, que se comprometeram a reduzir suas emissões, podem fazê-lo, através de investimentos nos países em desenvolvimento. É um instrumento que interessa às duas partes: aos países em desenvolvimento, que terão recursos para o desenvolvimento sustentável; aos ricos, porque cairá pela metade o preço da redução de uma tonelada de carbono. Existem números, mas o próprio painel de cientistas, criado para estudar o tema (IPCC), considera que não são muito precisos ainda. A idéia de que é mais barato reduzir emissões investindo nos países pobres, entretanto, é um consenso.

Autor da idéia original, presente em todas as reuniões que debateram o assunto, o Brasil se preparou também internamente. Foi criado um Fórum de Mudanças Climáticas, empresários dos três grandes estados do Sudeste, se articularam para formular projetos, enfim, demos os passos necessários. Não é exagerado afirmar que nos colocamos numa espécie de pole position para atrair os capitais que possam se mover a partir do Protocolo de Kioto. Mais do que isso, conquistamos uma posição internacional que nos permite sintonizar nossos projetos com a solução do problema do aquecimento. Basta imaginar o Japão e a Europa adicionando 10 % de álcool à sua gasolina e as conseqüências de uma decisão desse tipo na abertura de empregos no País.

A conquista dessa posição respeitável no debate mundial não foi acidental. Criou-se aqui uma equipe de técnicos e diplomatas, que conduziram o processo com grande competência e teriam um papel vital na próxima fase - a regulamentação nacional para que se possa utilizar o instrumento "Mecanismo de Desenvolvimento Limpo".

Acontece que tudo isso foi gestado no Ministério de Ciência e Tecnologia e o novo ocupante da pasta não priorizou o tema. O resultado é preocupante: a equipe foi desfeita e até a memória do trabalho está ameaçada.

Não se trata de convencer o Ministro de Ciência que o Protocolo de Kioto abre oportunidades para o Brasil. Existe já, no Ministério do Meio Ambiente, a plena consciência dessa importância. Por que não transferir a articulação para as mãos de Marina Silva?

Esse tema deveria ser desenvolvido no Meio Ambiente, desde o princípio. Mas havia uma desconfiança de que os ambientalistas, empolgados com a idéia de salvação planetária, subestimassem algumas realidades. A principal delas é que, embora estejamos no mesmo barco, alguns países têm uma posição

mais confortável e eles os principais responsáveis pelo processo de aquecimento global.

Essa desconfiança não se justifica. Sempre se defendeu a idéia brasileira de que não era a pobreza a principal causa da degradação ambiental e, sim, os modos predatórios de produzir e consumir nos chamados países ricos.

Um argumento a mais: Marina Silva não é apenas uma ambientalista deslumbrada com a salvação planetária. Ela vem de uma família de seringueiros, conhece as dificuldades dos povos da floresta, sabe que tipo de relação os países mantêm entre si, logo, há absoluta segurança de que a articulação seria bem conduzida em sua pasta.

Dói ver o Brasil perdendo o ritmo de um trabalho tão promissor. Senti em um encontro mundial, em Turim, no principio do mês, como somos respeitados nesse capítulo de mudanças climáticas. Voltei com inúmeras tarefas, pactuadas com parlamentares do mundo inteiro.

Nenhuma dessas tarefas é mais importante do que a que trago em silêncio, desde o princípio do ano: ajudar o Governo a recuperar o ritmo no trabalho sobre mudanças climáticas. Fui relator do Protocolo de Kioto e vi o texto ser aprovado por unanimidade. Considero-o um compromisso de Estado, que deve ser retomado, com criatividade, por cada novo governo.

Por que não resolver essas questões nos bastidores? Porque os bastidores estão saturados de coisas mais urgentes. As mudanças climáticas são um tema grande demais para dormir anos nas ante-salas de um poder nacional com tantas tarefas dramáticas pela frente.

É hora de falar claro e em público.

# FALTA OUSADIA AO GOVERNO

7/7/2003

Jornal do Brasil

JB\_Também não é papel do governo mudar a política e tentar novos instrumentos de relacionamento com a sociedade?

Gabeira\_Se examinar a proposta desde 1968, notará que a idéia é a de excitar a imaginação do poder. E nenhum governo precisa tanto de imaginação quanto o que tem poucos recursos materiais. Existe, contudo, uma contradição entre as estruturas partidárias e a imaginação. As estruturas partidárias se baseiam na disciplina e na flexibilidade. E a imaginação é indisciplinada, imprevisível.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou na tribuna para comunicar que deixei o Partido dos Trabalhadores. Portanto, saio da base do Governo para uma atuação independente.

Hesitei muito em apresentar aos senhores um discurso escrito. Nos últimos dias as idéias passam muito rapidamente pela cabeça e os textos ficam também muito rapidamente superados.

Saio do PT por algumas das razões divulgadas pela imprensa, que não vou repeti-las em sua totalidade. Uma saída não deve ser vista como um rosário de lamentações. É preciso celebrar também algumas vitórias em comum. A mais importante delas, quando apesar da distância física meu coração estava com o Governo, foi quando o Brasil decidiu condenar a guerra no Iraque. Muitos temiam que os Estados Unidos iriam se sentir confrontados. Mas era uma aventura militar condenada ao fracasso. Aliás, quotidianamente demonstrado nos noticiários de televisão. Hoje, podemos dizer que grande parte do povo norte-americano, sobretudo o informado, consideraria a rejeição à guerra como um gesto de verdadeira amizade do Brasil com os Estados Unidos. Para isso, Sr. Presidente, servem as decisões com uma visão de longo alcance.

No entanto, foi grande o nosso desencontro em uma questão de política externa: Cuba. Era preciso denunciar as violações de direitos humanos; pedir pelo poeta Raúl Rivero; por jornalistas e intelectuais presos; condenar a execução a toque de caixa dos seqüestradores de um barco. Era preciso também falar com a oposição cubana. Nada disso foi feito. E eram, na minha opinião, interesses nacionais que estavam em jogo. Nada tenho contra afetos e gratidões pessoais. São faculdades humanas admiráveis, mas que não podem prevalecer sobre os nossos interesses de Estado.

Aceitar a expulsão dos repórteres sem fronteiras no Conselho de Direitos Humanos, em Genebra, foi também uma dor no coração. Se pudéssemos discutir isso democraticamente, veríamos que não é uma posição realmente brasileira, mas uma ação entre amigos e compadres. E a relação do Brasil com Cuba não pode ser reduzida à relação de amigos e compadres. Ela é muito mais complexa e muito mais importante para nossa estratégia.

Também, nesse tópico, é preciso ir direto ao ponto. Nossa política externa vive um grande sobressalto, caracterizado pela falta de pagamento aos Embaixadores e funcionários. Não há política externa que resista a esse tipo de pressão cotidiana. Nesse momento da globalização, precisamos de bons funcionários no exterior, precisamos ampliar e melhorar as condições de nossa diplomacia. Embaixadores e funcionários brasileiros assediados por credores não é o tipo de serviço diplomático que queremos para o Brasil.

Mas, no campo dos direitos humanos, o ponto fundamental para ser introduzido, e que me separa também do Governo, é a guerrilha do Araguaia, o direito de as famílias terem acesso à ossada dos seus entes queridos e de termos acesso aos documentos históricos do País. Conhecer esse material alude à democracia; mas a prerrogativa da família de recuperar a ossada de seus membros se relaciona à civilização brasileira. As Forças Armadas estão convencidas desse direito. Elas aceitam isso. Se um pequeno grupo de militares não aceitar tal prerrogativa, vamos dizer claramente a eles que não negociamos os fundamentos da civilização, só porque há um grupo de militares insatisfeitos. “Que vengan los toros”, como dizem os espanhóis. Façamos como os chilenos, os argentinos, que ajustaram adequadamente as contas com o passado.

De todas as questões ambientais que me dividem no momento, na relação com o Governo, selecionei uma, Sr. Presidente: a medida provisória que autoriza a plantação de sementes transgênicas introduzidas

clandestinamente no Brasil. Se tivéssemos o poder de realizar, aqui, uma teleconferência com cem estadistas do mundo inteiro, e perguntássemos a eles o que fariam se plantassem um alimento transgênico clandestinamente em seu país, eles responderiam uníssonos: “Eu o apreenderia e o tiraria de circulação.”

Isso foi feito no Canadá. Aquele País discutia dois alimentos transgênicos, um que já estava autorizado e um outro ainda em processo de exame. Quando surgiram, no meio ambiente canadense, vestígios daquele que não estava autorizado, o Governo obrigou os plantadores a recolhê-los. Eles tiveram um prejuízo de doze milhões de dólares e a Monsanto teve um prejuízo de vinte e quatro milhões.

Mas qual era a mensagem implícita? Que o Canadá autoriza a produção de transgênicos, mas desde que passem pelos crivos do Estado. Isso é uma questão fundamental e que não foi examinada. Na verdade, quando o Governo cede nas questões, além da mensagem perturbadora que passa para os outros e que põe em perigo o meio ambiente, mostra-se realmente incapaz de entender os tempos modernos.

Essa geração de políticos, que agora chega ao Governo, ainda trabalha muito com os critérios da produção e distribuição de bens materiais. Ela não compreende que ao dirigirmos uma sociedade hoje, além de trabalhar a produção e distribuição de bens materiais, trabalhamos a produção, a distribuição e a administração dos riscos. E isso nós não perdoamos ao Governo brasileiro nem perdoamos à elite do Rio Grande do Sul: obrigar o povo brasileiro a comer uma soja transgênica sem que haja um rótulo avisando que essa soja é transgênica.

E não me venham dizer que previram isso nos artigos, porque isso está previsto. Mas estou falando da realidade que todos nós conhecemos. Se alguém quisesse rotular a soja transgênica no Rio Grande do Sul, hoje, bastava dirigir ou controlar quinze empresas, talvez dez operadoras e cinco moageiras, e já teríamos esse trabalho pronto. Mas nada foi feito.

Então, não há direito que obrigue os consumidores brasileiros a consumirem um produto sem que saibam o que realmente estão consumindo.

O Presidente da República, em um certo momento, disse que gostaria de discutir as questões dos transgênicos apenas cientificamente. Mas, Senhores, se reduzirmos a questão dos transgênicos à questão científica, vamos abstrair as questões econômicas, políticas e sociais? E vamos abstrair também o fato de que o alimento é um alimento e que nele há a questão cultural de um ponto de vista estritamente científico?

Sr. Presidente da República, não há nenhuma contra-indicação em relação ao canibalismo. No entanto, não comemos carne humana. Pelo menos não havia contra-indicação ao canibalismo até o surgimento da doença da “vaca louca”.

Mas se deixamos pura e simplesmente para os cientistas, eles não vão abordar a realidade futura.

Trabalho nessa questão dos transgênicos com o princípio de precaução, não com a síndrome do pânico. Temos condições de oferecer ao Governo os caminhos, mas é necessário que ele tenha interesse também de corrigir o erro.

Nesse momento, o que vemos no Governo é uma incapacidade de perceber que cometeu um grande erro, uma incapacidade de discutir com seus adversários uma saída honrosa para esse impasse em que ele nos colocou.

Gostaria também de usar algumas palavras finais para examinar criticamente a minha passagem por essa experiência comum. Intelectualmente, tinha visão da precariedade do Estado e das circunstâncias em que nos movemos. O domínio da política pela economia, a transformação dos governantes em administradores do caos vem do próprio processo de globalização. Observei o meu espaço, aqui deste Parlamento, em comparação com as Bolsas de Valores. As Bolsas de Valores são espaços onde as pessoas gritam e, às vezes, têm uma psicologia diorda. No entanto, as Bolsas de Valores passaram a prevalecer sobre as decisões que tomamos no Parlamento, a irracionalidade prevalece sobre a

racionalidade, e nós, os políticos, passamos a ser funcionários do grande capital, tentando aplacar os seus sustos, as suas neuroses e os seus medos.

Ora, não era esse o caminho que eu queria trilhar, existe autonomia da política, existem políticos do século passado com visão de conjunto, visão de longo alcance, e aplicam essa visão em cada circunstância do seu cotidiano, mas, quando se transforma em um Governo apenas que gera os interesses do grande capital, os problemas da Bolsa de Valores e correlatos, quando se transforma nisso, perdemos a visão do futuro. Administramos o cotidiano e, ao administrá-lo, passamos a preocupar-nos apenas com as eleições e estar no Governo. Mas a nossa geração não pode se contentar com estar no Governo, nem pode dizer que quer continuar no Governo, ela deve dizer por que está no Governo, o que estamos fazendo no Governo, o que queremos do Governo. Isso, infelizmente, não foi feito.

Na verdade, eu poderia ter percebido isso. Mas me deixei também levar pelo entusiasmo popular e pelo meu entusiasmo. Eu achei que havia uma saída no Estado. Mas eu sabia que o Estado está em frangalhos, eu sabia que o grande capital nos deixou uma margem mínima de atuação, mas achava que era possível criar. Hoje eu não digo claramente para todos que meu sonho acabou. Não é isso. Eu digo claramente que sonhei um sonho errado. O sonho errado foi confiar que nós poderíamos fazer tudo aquilo que prometíamos, rapidamente, confiar que poderíamos fazer tudo aquilo em um período de quatro anos ou imediatamente. Não. O sonho foi pior ainda: foi confiar que era possível transformar o Brasil a partir do Estado; foi não compreender que o Estado já perdeu o dinamismo e que o dinamismo, agora, se encontra na sociedade. Se o Brasil vai se transformar, vai se transformar através da sociedade. A sociedade é que vai impor os caminhos e o Estado virá - que bom que venha - talvez cansado, talvez lento, mas virá acompanhando nosso caminho.

Eu quero dizer que, até hoje, até há poucos dias passados, eu fiquei muito triste porque passei a partilhar desse erro da sociedade brasileira, que era esperar um Governo salvador e ficar triste, amargurado, porque o Governo salvador não nos salvava, o Governo salvador não tomava as medidas que nós esperávamos. Aí, eu recuperei a minha alegria quando disse: “Não, vou sair e vou buscar os meus caminhos.” E com isso, abri uma ampla clareira, pude respirar pela primeira vez e estou respirando muito, saindo desse clima sufocante das esperanças negadas.

Eu gostaria de apresentar um quadro mais amplo, mas prometo novos pronunciamentos. Através da minha atuação, acho que ficará mais clara a visão do momento histórico que vivemos. Quanto mais prolongarmos as cerimônias do adeus, menos tempo teremos para tratar do próximo passo: o enfrentamento nos temas urgentes, como a questão dos transgênicos, já mencionada, e o choque de nossas visões sobre o Pantanal, a julgar pelo discurso do Presidente.

Como V.Exa. sabe, Sr. Presidente, apresentei, na quinta-feira, um projeto de lei criando o Território Federal do Pantanal do Mato Grosso - Pantanal, porque iria se separar do Mato Grosso. E vejo o Presidente dizer que há projetos de industrialização no Pantanal. Essas visões divergentes são importantíssimas para o futuro do Brasil. O triunfo de uma ou outra concepção é importantíssimo para o Brasil.

Quando entrei no Partido dos Trabalhadores ou trabalhei com os verdes para se unirem aos trabalhadores, raciocinava ainda com um quadro europeu. Eu pensava que o Partido dos Trabalhadores poderia desempenhar nesse processo um papel que a Social Democracia Européia julgou, mas, agora, quando o Partido dos Trabalhadores chega ao Governo, vejo que a perspectiva dos dirigentes é parecida com a dos dirigentes também comunistas do Leste Europeu, uma visão de produtivismo estreita, sem a compreensão das variáveis ambientais.

Então, a sucessão desses desencontros, entre mim e muitos companheiros do Governo, foi me levando a compreensão de que realmente essa experiência da Esquerda só poderia ser bem classificada numa frase

do meu querido companheiro e eleitor Cazuzza: é um museu de grandes novidades.

Eu deixo, hoje, portanto, de pertencer a um partido e a um Governo, mas não levo nenhum sentimento de separação. De uma certa forma, todos estamos juntos nessa trama que é a História do Brasil. Às vezes, mudamos de papel, de lugar, de figurino, mas vamos continuar sempre parte dela. E como parte dela, eu quero dizer àqueles que, às vezes, se esquecem da longa caminhada, a História do Brasil, que estarei aberto, disposto a contribuir e a ajudar a sociedade para que o Governo, se não reencontrar o seu caminho, pelo menos, perca esse ritmo lento e exasperante ao qual nos submeteu nesses primeiros nove meses.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos.

Marcos Sá Correa\_Pra começar, me diga: você saiu da aliança governista dizendo que era pelo conjunto da obra. Não me lembro de ter visto em nenhum lugar a consolidação do que seria essa obra. Quais são os sinais que você foi somando pra tomar essa decisão?

Gabeira\_O conjunto da obra passa inicialmente pela visão econômica. Reconheço que o Governo pegou um país com grandes dificuldades e que, nesse momento da história da mundialização, a margem de manobra é muito pequena. Mas, ao mesmo tempo, o PT era a maior força articulada no movimento por uma outra globalização. Tinha condições de participar dos três grandes organismos da mundialização simultaneamente - o Banco Mundial, a OMC e o FMI - com uma visão crítica que conseguisse alguns avanços. No caso da relação com o FMI, a perspectiva de produzir um superávit primário até superior à expectativa não era necessária. Há uma visão crítica interna no FMI, que o Stieglitz expressa bem, permitindo uma margem de manobra para se fazer superávits de acordo com a conjuntura. Em conjunturas extremamente rígidas, produz-se menos superávit primário. Não adianta produzir superávit a mais do que o FMI pediu e os embaixadores, cônsules e funcionários das embaixadas estarem correndo dos credores, ou a Polícia Federal estar abrindo mão do seu trabalho mais elementar. Não se pode desmontar o aparato do Estado nesse nível. Não adianta dizer que se vai ter uma política externa independente e ativa porque não há altivez que resista a credores rondando suas portas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, ontem fiz pronunciamento rápido, e vou ser breve hoje também, sobre a crise política que estamos vivendo no Brasil, que, inclusive, está disponível na nossa página da Internet.

Apresentei ontem o paradoxo, a terrível situação pela qual estamos passando, que coloca esta Casa em posição singular no mundo: é a única Câmara dos Deputados cujo contato com o Governo era simultaneamente um homem ligado à Máfia.

Hoje vou falar não sobre o que aconteceu, mas sobre a gestão da crise.

Tive, durante muito tempo, a esperança de que pudéssemos mudar o Brasil e avançar com nova proposta. Essa esperança ontem, de certa maneira, foi sintetizada pelo Senador Jefferson Péres: se o PT perder sua alma, a política brasileira vai entrar na mediocridade de sempre.

Mas eu achava, e ainda acho, que o PT não precisava perder sua alma, que era possível conviver com um escândalo dessa dimensão, desde que reascendesse nele a chama da novidade e com ela atuasse na crise, cuja gestão pelo Governo é tão dramática quanto o próprio fato. A diferença essencial entre um governo novo e os que aconteceram

no Brasil não é a existência de um escândalo, mas a maneira como se reage a ele.

Um presidente novo chamaria seus líderes e os líderes da Oposição e diria: por favor, instalem a CPI; ajudem-me a apurar esse fato. No exterior, as pessoas confiam na nossa proposta, e a nossa imagem é muito importante. E aqui dentro, mais ainda. Seria um gesto de novidade, seria uma mudança.

No entanto, estamos assistindo a uma defesa com argumentos absolutamente frágeis. “Ah! A coisa é localizada no Rio de Janeiro”, mas vimos que ela existe em sete Estados. “Ah, não! A coisa aconteceu em 2002”, quando ontem demonstrei que, em junho de 2003, a Polícia Federal concluiu inquérito contra a pessoa que está em foco.

Na Delegacia de Defraudações, no Rio de Janeiro, há inquérito mostrando que ele também teve problemas quando atuou na LOTERJ.

Onde estão nossas instituições? Onde está a Direção da Polícia Federal, que não entregou esses dados à ABIN? Onde está a ABIN, que não falou com o Presidente? Como podemos viver num país em que as instituições são tão frágeis, a ponto de serem derrotadas por um escândalo dessa natureza?

Havia a esperança, no escândalo, de se gerir a crise com dignidade, de mostrar ao Brasil que acabou o tempo em que os governos tentavam evitar as CPIs. Acabou aquele tempo do Governo Fernando Henrique, do Governo Sarney, do Governo Collor, e entramos num tempo novo. Mas não fizeram e não querem isso, continuam com os mesmos reflexos, a ponto de o Senado dispensar as votações por quase duas semanas, só retornando no dia dois. E acham que a população não está vendo, acham que isso é uma maneira de gerir a crise.

Que catástrofe! O que fizeram com a possibilidade de uma novidade política no Brasil? O que fizeram com as esperanças do povo brasileiro? Podem continuar. Vamos continuar aqui como mortos-vivos. Seremos fantasmas andando pelas Casas, porque este será o único parlamento do mundo que não investiga uma situação desse gênero, porque foi pressionado pelo Governo que, por sua vez, se escorou em aliados que dependem dele para outras situações. Então, concluímos o ciclo, como se alguém entrasse repentinamente numa cadeia e dissesse: bem-vindo, você está aqui!

Não há como termos esperança, a não ser que a população consiga rapidamente uma saída, e ela diz claramente que é o cinismo dos políticos, instalados neste Congresso, que está impedindo.

Nas cartas dos leitores ao jornal O Globo, dezessete delas pedem a abertura da CPI; nas do jornal A Folha de São Paulo, todas pedem a abertura da CPI; nas nossas correspondências na Internet, todas pedem a abertura da CPI. Mas a CPI não vai sair.

Viajei mil quilômetros com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e tive oportunidade de olhar nos seus olhos, antes de S.Exa. ser eleito. Por que depois jamais consegui novamente? Pergunto: que novidade é essa?

O Presidente deveria ter a coragem de chamar os Líderes da Oposição amanhã ao Palácio do Planalto, junto com os Líderes do Governo, e pedir que façam a CPI, porque isso é tudo o que queremos, é a chance de mostrar que temos um Governo novo, porque escândalos sempre vão existir. Por mais novo que seja o Governo, sempre haverá um escândalo.

O difícil é gerir o escândalo à altura da novidade que se prometeu. Infelizmente, gerimos o escândalo exatamente como os outros. E, como os outros, fazemos o Brasil andar na mediocridade em que sempre viveu. É uma pena, Sr. Presidente!

POLÊMICO E ASSUMIDO

18/2/2004

Revista Isto É

IE \_Quais os principais erros do governo?

Gabeira\_Fazer escolhas equivocadas. Faz parte da mitologia da esquerda um certo culto da onipotência do quadro político. A primeira grande experiência negativa foi a indicação do médico Jamil Haddad para a presidência do Instituto Nacional do Câncer, o Inca. Sua indicação provocou uma crise sem precedentes na Instituição. Ficou claro que estabelecer direções políticas em órgãos de excelência, sem que essas direções políticas tenham sintonia com o tema, acaba dando em desastre. O PT sempre teve um discurso progressista em relação à Ciência e Tecnologia, mas está fazendo escolhas retrógradas.

Sr. Presidente, ao longo de nove anos de mandato, apenas duas vezes fui contemplado com vinte minutos na tribuna. E esta última é um desafio, acontece numa crise política cujos rumos finais ainda permanecem obscuros.

Inicialmente, falarei de duas decepções que se interpenetram: as generosas idéias socialistas do século XIX, que se transformaram em ditaduras burocráticas, cujo fim é sinalizado pela queda do muro de Berlim, e a resistência à ditadura militar no Brasil, que acabou gerando um novo partido, cuja proposta de governo sofre agora um grande abalo com o escândalo Waldomiro Diniz. Na parte final do discurso, Sr. Presidente, tentarei vislumbrar o futuro entre os escombros. Como dizia o poeta, a desilusão pode-se tornar uma ilusão se nós permanecemos nela.

Como correspondente estrangeiro, tive a oportunidade de escrever inúmeros artigos sobre o fim do chamado Império Soviético. Nos países bálticos, vi funcionários da KGB, o organismo de espionagem do Governo, correndo com as gavetas cheias para escapar do cerco da oposição. Acompanhei também relatos revelando como os burocratas do velho regime se transformaram rapidamente em prósperos capitalistas, no período de transição, mostrando que seu gosto não era por idéias, por transformações, mas, sim, pelo poder e pelas benesses que este eventualmente confere.

Na impossibilidade de abarcar todas as variáveis da decadência do socialismo real, limito-me a repetir a frase que tão bem caracteriza o seu declínio político: o Partido substitui a classe operária; o Comitê Central substitui o Partido e o Secretário-Geral substitui o Comitê Central. No caso brasileiro, essa trajetória decadente se deu num contexto democrático, e, portanto, foram outras as coordenadas.

O modelo eleitoral brasileiro contribuiu para o afastamento entre os partidos e suas bases sociais. E contribuiu, entre outras, com duas armadilhas: a necessidade do financiamento da campanha e a imposição da lógica publicitária, gerada na indústria da diversão. Faz algum tempo que não é segredo para nós, que não financiamos campanhas majoritárias e proporcionais, apenas vendendo caipirinha mais cara em nossas festas ou fazendo sorteios de torradeiras. São necessários recursos e infra-estrutura.

Em O Declínio do Homem Público, Richard Sennet fala dos candidatos que se vestiam de branco, na velha Roma, para demonstrar a pureza a ser perdida quando se passava à prática da política. No Brasil, ainda na condição de candidato perde-se a pureza, como se as noivas se entregassem nos carros que as levam às igrejas.

Uma das grandes dificuldades no levantamento de recursos é precisar os seus limites éticos. A maioria oferece dinheiro e quer algo em troca. Nem sempre o algo em troca está de acordo com nosso programa. Em alguns casos, isso representa lesão aos cofres públicos.

Já a superação da lógica política pela lógica publicitária produz, por seu lado, grandes deformações. De que adianta a luta cotidiana dos militantes, cumprimentando e influenciando milhares de eleitores, se uma tirada genial no programa de tevê conquista milhões de votos? Essa maneira de ganhar as eleições contribui para transportar a lógica publicitária da campanha para o ato mesmo de governar.

De que adianta tratar do saneamento básico nas ruelas anônimas do Brasil se podemos aparecer nas manchetes de jornais proibindo o funcionamento de bingos? Não importa se, desde março de 1995, por intermédio do Governo Cristóvão, recém-instalado, esse jogo tenha sido legalizado. Importa menos ainda transformar Waldomiro Diniz, da LOTERJ, numa espécie de encobridor de irregularidades, uma vez que foi citado em dezenove inquéritos.

Esqueçam as denúncias no Rio Grande do Sul, as liberalizações no Piauí, em Campinas, Mato Grosso

do Sul. Descobriram, depois de muitas negociações, que o jogo do bicho prejudica o País e, subitamente, decidem proibi-lo. Neste ponto, faço um parêntese: a canetada para proibir o jogo de bingo liquidou 120 mil empregos. Mas vemos a Argentina produzir, com a retomada do jogo, 70 mil vagas por mês. Eliminamos empregos na mesma quantidade com que a Argentina consegue criar em um mês e meio. Como é possível aceitar isso com tranqüilidade?

Até hoje, o Presidente americano, George Bush, e o Primeiro Ministro inglês, Tony Blair, estão pagando um preço alto por terem tentado infantilizar seus povos, com a história da existência de armas de destruição em massa no Iraque. No caso brasileiro, há repórteres que investigam e denunciam, mas também existem cronistas, amigos do Governo, que são capazes de escrever que o Brasil dá uma grande pancada na jogatina, e o Ministro José Dirceu se fortalecerá com isso.

Políticos, como o querido Ministro Patrus Ananias, afirmam que o Sr. José Dirceu está acima de qualquer suspeita. Ora, não existe esse animal na floresta republicana. Todos temos de responder pelas suspeitas. Podemos escolher um momento e as circunstâncias, mas não estamos, nenhum de nós, acima de qualquer suspeita.

Mesmo não sendo dominado por uma fúria moralista ou punitiva, irrita-me, e acredito que irrite também a todos os eleitores, ser tratado como ingênuo.

O desenvolvimento dessa crise afetará todos os nossos futuros políticos. Evidentemente, os que dispõem de currais eleitorais, dinheiro e estrutura acham que podem ganhar sempre, independentes da opinião pública. Os Parlamentares que dependem da opinião, que prestam contas do seu trabalho, que discutem a cada momento se vale ou não a pena a luta institucional, estão sendo confrontados com uma situação de vida ou morte. Ou obtêm uma saída adequada para a crise, ou se acomodam nessa geléia geral que se tornará o Parlamento; cada grupo cobrando pelo serviço de “abafa-escândalo” no qual é mais ou menos especializado.

A ninguém interessa a instabilidade política, muito menos, a estagnação econômica, mas fazer um silêncio obsequioso diante da crise significa resignar-se melancolicamente à degradação do movimento democrático.

Um jornalista afirma que o movimento contra a ditadura militar é o seu alvo principal, porque há muitos apetites por cargos, aposentadorias, vantagens do poder. De fato, o Governo mostrou esse apetite gigantesco pelas benesses. No entanto, não podemos generalizar. Milhares de pessoas combateram a ditadura e se reintegraram às suas vidas profissionais a duras penas. Elas nada pediram, nem obtiveram da sociedade brasileira sequer as gratificações simbólicas, como mandatos políticos, homenagens, conferências, menções em livros de História.

Milhares sofreram e morreram pelo socialismo. Foram vítimas do sistema que combatiam e dos seus salvadores. Muitos colocaram suas esperanças num projeto que se transformou numa medíocre ruína burocrática.

O futuro entre os escombros significa acreditar que a sociedade se organiza, procura realizar o seu trabalho, fiscaliza o seu poder e se relaciona com ele com muito cuidado.

A única esperança que restou somos nós mesmos, tentando construir um contrapeso aos governos que, sistematicamente, conquistam votos e depois decepcionam os seus eleitores.

O divórcio entre líderes e base de apoio tem um preço. Uma das lacunas da política social do Governo, por exemplo, foi não avaliar a sociedade como deveria. Havia conhecimento e trabalho em campo. O Governo decidiu montar sua grande estrutura. E é esse o seu horizonte estratégico: uma grande estrutura partidária e uma grande estrutura estatal, sem espaço para a criatividade e para a flexibilidade.

Sr. Presidente, eu falava que não há espaço para criatividade e flexibilidade. A História do Brasil não começou com o PT, como querem alguns dos seus dirigentes mais arrogantes, mas também não acabará

com a perda da credibilidade do Governo.

Este ano, precisamos trabalhar muito. Nas eleições municipais, pretendemos lançar um debate sobre a cidade sustentável, oferecendo sugestões para todos os candidatos, independente do seu horizonte partidário, sobretudo para a sociedade. É hora de começar a pagar a nossa dívida com a ecologia urbana, pois é na cidade que mora a maioria das pessoas.

Pode ser que, na discussão dos nossos problemas cotidianos, na organização para solucionar o que está diante da nossa casa, na cidade em que moramos, encontremos um novo caminho para abordar a falência da política nacional.

O Governo abandonou suas bases e decidiu por uma economia de escassez. As bases poderiam ser um antídoto à sua pobreza, pois trariam a imaginação. Pobreza e falta de imaginação são os principais problemas do Governo, e pobreza e falta de imaginação não se ajudam mutuamente.

Sinto-me parcialmente responsável pelo rumo que tomaram o socialismo e a resistência organizada à ditadura. Lord Keynes dizia que as crises do capitalismo eram, sobretudo, produzidas por expectativas que não tinham fundamento nos fatos reais da Economia. Temos incorrido nos mesmos erros, inflacionando experiências históricas, abusando da palavra novo: novo homem, novo governo, mudanças extraordinárias.

Precisamos incorporar o mínimo da paranóia de Karl Popper para afirmar que todas as nossas proposições estão fadadas a nos enganar um dia. Daí a necessidade de nos agarrarmos, cada vez mais, àquelas que não nos deixaram na mão.

Na condição de intelectual, reconheço que superestimei minha capacidade de pensar o conjunto do movimento histórico. Careço de uma dose maior de humildade. Os chamados amanhã que sorriem, os iluminados sujeitos da história, as previsões científicas sobre o rumo do sistema capitalista, tudo isso foi uma forma de engano. Voltar às lutas cotidianas, reconhecer as pessoas como elas são, reconhecer a complexidade do movimento histórico, que muitas vezes zomba da nossa estratégia, são bons primeiros passos.

No final deste mandato, completarei 50 anos de vida pública, a contar da primeira greve que dirigi na minha cidade de Juiz de Fora, aos 16 anos. Ao longo desse meio século, embora nem sempre tenha compreendido tudo, sempre me vem à cabeça a frase do escritor Samuel Beckett - “Não se passa um dia sem que algo seja acrescido ao nosso saber, desde que suportemos as dores.”

Em nome dos meus eleitores, gostaria de contribuir para solucionar a crise.

O Brasil precisa de estabilidade política e de crescer de forma sustentada. Meus eleitores não acreditam em Papai Noel ou que os bebês são trazidos no bico da cegonha. Eles querem explicações no lugar de fogos de artifício. Todos precisamos saber o que houve, para contribuirmos na solução do problema.

Na semana do escândalo, pedi a instalação de CPI. Mas evoluí na minha posição inicial. O momento em que vive o Brasil não é bom para que se instale uma CPI que desvende segredos bancários, sigilos telefônicos e seja um circo para a mídia. A situação exige a criação de Comissão Especial que ouça todos os envolvidos e produza um relatório, no espaço de 90 dias, sem ostentação e sem prejuízo dos trabalhos normais do Parlamento.

Na Inglaterra, há uma comissão que investiga a guerra no Iraque, que nem sempre é notícia do dia. É isso o que podemos fazer. Independentemente de estelionato eleitoral e até da perspectiva de trair o pensamento de alguns companheiros de jornada, o Governo Lula merece tratamento digno. No entanto, não podemos aviltar nossos mandatos, deixando de propor saídas para reduzir a vulnerabilidade do Estado brasileiro a casos como o de Waldomiro Diniz.

Devemos examinar, por exemplo, o processo de liberação das emendas parlamentares, sob o controle

desse senhor, e o que aconteceu no fechamento do contrato com a Gtech, do que devem ter conhecimento hoje as autoridades norte-americanas.

Nossa tarefa não é encontrar ou punir culpados, mas reduzir a vulnerabilidade e aumentar a transparência do Estado. São dois movimentos, às vezes, convergentes, às vezes, idênticos. A não realização dessas tarefas pode contribuir para o desencanto e o cinismo em relação à democracia. Que, pelo menos, fique registrado que aqui, em 3 de março de 2004, lutamos para quebrar o ovo da serpente, o início dos processos que podem levar à escuridão.

O reflexo das burocracias, e esta, que está no poder, foi curtida ao longo de duas décadas, é sempre riscar da História aquilo que lhes desagrade. A caricatura na memória histórica foi a decisão de raspar a imagem do Trotski da fotografia dos líderes da revolução soviética.

Para citar um exemplo perto dos nossos dias, o filme “Adeus, Lenin!” é revelador. Nele, um jovem tenta reproduzir para sua mãe doente toda a mitologia da Alemanha comunista, depois da queda do muro de Berlim, escondendo inúmeros aspectos do real. Mas a agressividade do capitalismo e a onipresença dos meios de comunicação tornaram essa tarefa impossível.

Para grandes crises, grandes saídas. Por que também não buscar na política um pouco do espetáculo do crescimento? Senhores, estamos no buraco, mas, pelo menos, tenho a consciência tranqüila de estar propondo uma saída.

O pacto dos burocratas do Governo com os caciques regionais não tem a poesia do menino no filme, que queria esconder o que existia em Berlim. Trata-se apenas de truculenta negação da realidade, que pode iniciar um processo de desintegração, não somente do Governo, mas da própria democracia.

Não sei dizer se tal processo será trágico ou apenas melancólico. Na circunstância de sepultarem não apenas a CPI, mas as explicações adequadas, creio que os otimistas serão aqueles que esperam um fim melancólico dessa grande nebulosa, que nos foi vendida e, por nós mesmos, identificada como um Governo progressista, democrático e popular.

No princípio do ano que passou, eu tinha feito uma proposta ao Governo, por intermédio de entrevistas, uma vez que o Governo não fala comigo pessoalmente - Eles resolveram que eu não existo. Propus que havia dois caminhos: tentar negociar com o FMI um superávit primário que fosse variável de acordo com a conjuntura ou liberar os investimentos para infra-estrutura do quesito de despesas.

Essa era uma proposta que o Governo poderia ter feito antes, porque ele chegou ao poder no bojo de um movimento de crítica à globalização, não de sua negação, mas de luta por outra forma. Era possível trabalhar esses temas. Se virmos os livros de Steglitz, verificaremos que é possível trabalhar e avançar.

Depois que o Governo constatou que houve recuo de 0,2% no PIB, começou a implementar essas idéias. É uma pena, pois um ano foi perdido.

Quem se der ao trabalho de ler os jornais e revistas do fim de semana, vai concluir que o governo Lula vai muito mal. E se confrontar a gravidade da crise com a maneira como está sendo gerida, ficará de cabelo arrepiado. A crise só faz crescer e sua gestão é, simplesmente, calamitosa.

Não existem mais fatos sensacionais, mas uma terrível combinação de fatores negativos, que nos lembram aqueles momentos dramáticos do organismo humano em que tudo começa a degingolar, inclusive o efeito dos remédios.

O depoimento dos diretores da Gtech, a multinacional norte-americana que trabalha com a Caixa Econômica, teve um grande impacto. Além de seus contatos com Waldomiro Diniz, apontaram um novo nome, o de Rogério Burati, que deveria receber R\$ 20 milhões pelo fechamento do contrato da empresa com a Caixa.

Burati foi secretário de governo de Palocci e demitido na década passada, porque se envolveu em irregularidades na aplicação de verbas públicas. Mas se tornou um executivo na área de empresas coletoras de lixo. Sua empresa, Leão Leão, é grande financiadora das campanhas de Palocci e atende a algumas prefeituras paulistas.

Se Palocci já o demitiu na década passada, qual a gravidade da denúncia? Em primeiro lugar, o fato de ter continuado a atender prefeituras petistas no seu novo trabalho. Em segundo lugar, porque há muitas denúncias de que o PT financia suas campanhas através das empresas coletoras de lixo. Há denúncias em São Paulo e houve investigação em Goiânia, onde o diretor da empresa coletora é, hoje, o irmão do tesoureiro do Partido, Delúbio Soares.

Os que afirmavam ser o episódio Waldomiro Diniz apenas uma forma de prejudicar José Dirceu, em favor da política de Palocci, quebraram a cara. Já era difícil explicar como alguém abduziu Waldomiro para que fosse buscar dinheiro com Carlinhos Cachoeira. Agora, fica mais difícil ainda dizer que isto tem um fundo conspirativo contra os nacionalistas desenvolvimentistas. Todo mundo se complicou.

Outro fator negativo desse fim de semana, talvez o mais sério, foi denunciado pela Folha de São Paulo, na sua edição de domingo. O Governo Lula investiu cinquenta vezes mais na parcela do avião presidencial do que em saúde, educação e transportes. Não há dinheiro para nada, exceto para o avião presidencial.

A entrevista de Delúbio Soares, o tesoureiro petista, à revista Época, é um documento ambíguo. Sem que ninguém pedisse informações precisas, ele se apressou em dizer que não recebeu dinheiro da Monsanto e da Parmalat.

Jamais houve acusação direta de que o governo legalizou os transgênicos porque recebeu dinheiro da Monsanto. E as notícias que vem da Itália, sobre o suborno da Parmalat a autoridades brasileiras, ainda não tinham nomeado ninguém.

Por que essa pressa de Delúbio? Ao que tudo indica, as suspeitas sobre ele estavam concentradas nos seus quinze encontros com o Ministro de Transportes, Anderson Adauto, figura típica das novas amizades do novo PT. O pagamento de dívidas a empreiteiros, tradicionalmente no Brasil, sempre se faz com um pedágio para as campanhas políticas. Aquele velho argumento: o programa de tevê é caro, precisamos de papel, pagar militantes etc.

Para ficar apenas nos dados superficiais do fim de semana, o episódio do filho de José Dirceu, liberando verbas de R\$ 607 mil, também é outro embaraço. A Funasa esclareceu que as verbas foram liberadas por indicação da Casa Civil.

Já seria um embaraço liberar verbas do filho se fosse Deputado Federal. Mas, sendo apenas um funcionário de terceiro escalão no Paraná, como teria essa força?

Estou chocado com aqueles com quem convivi. Jamais imaginei que fossem desprezar os princípios republicanos. Jamais imaginei que o Ministro Valdir Pires fosse sair em defesa do Ministro, afirmando que este é o país do “rouba, mas faz”.

A sensação que tenho é de que enlouqueceram todos. E enlouqueceram numa péssima onda. É provocativa e totalmente inoportuna a entrevista de Delúbio. Quando ele diz que foi a Itajaí e recebeu um pedido para que a primeira dama batizasse um navio, e conseguiu realizar a tarefa de convidá-la, fica sempre no ar esse pergunta: quanto levou?

Dizer que quer fortalecer a indústria naval, ele que nada tem diretamente a ver com o tema, só aumenta as desconfianças que, espero, sejam injustificadas.

Derrotado pela incompetência administrativa, envolto até o pescoço com denúncias de corrupção, fraturado por divisões internas, o PT arrisca levar consigo, para o buraco, todo o País.

A greve da Polícia Federal, outro fator de embaraço, é muito significativa. Nenhum país do mundo toleraria tanto tempo de retenção de passageiros e turistas nos seus aeroportos. Por que não ocupá-los com o Exército, sem prejuízo das negociações com os grevistas?

A paralisia do governo se torna mais constrangedora, pois, nessa semana, o Juiz Rocha Mattos, aquele da operação Anaconda, acusou a Polícia Federal de levar trinta e duas fitas do banheiro da casa de sua mulher, e sumir com elas. As fitas eram escutas sobre o caso Santo André e o assassinato de Celso Daniel.

Pode não haver nenhuma relação entre a audácia dos grevistas e a posse das fitas. Assim como pode não haver nenhuma relação da paralisia do Governo com o medo de que sejam divulgadas pela PF.

Tudo isso contribui para o envenenamento do clima político, estimulado pelo Governo e seus aliados, Sarney e ACM, que sepultaram a CPI no Senado, de forma antidemocrática.

A crise ganhou um dinamismo próprio, mostrando como são ridículos os esforços da burocracia petista para fingir que ela não existe. Aliás, foi esse o tema de meu discurso de 3 de março. Sinceramente, não contava que, em apenas dez dias, a situação fosse se deteriorar tanto.

É preciso se preparar para o pior. Por enquanto, não há formulas salvadoras, talvez nem existam no futuro. Mas é preciso ficar perto, pois, num certo momento, o Governo acabará percebendo que caiu num buraco sem fundo. Só aí poderemos ajudá-lo. Os orientais dizem sabiamente: não adianta dar água ao cavalo, enquanto ele não tem sede.

A semana começou em Brasília, mas foi uma espécie de falsa largada. A entrevista do ministro José Dirceu, criticando opositores moderados, ironizando governadores e ameaçando o Ministério Público, tinha molho demais para que fosse engolida sem protestos.

Enquanto isso acontecia, tínhamos dificuldades em fazer andar, aqui do nosso posto de atuação, algumas coisas que não podem continuar paradas. A crise do porto de Paranaguá, no Paraná, é uma delas. Por ali passam soja e carne de frango, dois elementos vitais em nossas exportações. Daqui a pouco, os cálculos otimistas da balança comercial vão por água abaixo, até eles que pareciam seguros e fora do alcance da incompetência do Governo.

Em outros tempos, quando o PT era oposição e trabalhava duro, e houve esses tempos, já teria saído do Congresso uma pequena comissão para mediar o conflito. Deputados de várias tendências iriam ao Paraná, conversariam com o governador Requião, falaria com o Ministro da Agricultura em Brasília e acabariam achando uma proposta, através da qual exerceriam pressão sobre o Governo.

Hoje as coisas andam mais lentas. Mas, ainda assim, apesar da sensação das entrevistas de Dirceu, do arroubo oratório do senador Artur Virgílio, não se pode perder de vista o problema principal. Há dois fatores contribuindo para bloquear as exportações brasileiras. Considerando que saem delas as divisas que o País precisa e florescem nela os empregos num quadro geral desanimador, é vital fazer tudo para o desbloqueio.

Além disso, há o problema dos fiscais da agricultura. Ainda não foi resolvido. Precisamos pagar melhor os fiscais e aumentar o número de profissionais. É importante para nossa biossegurança, fundamental para que as exportações fluam.

Além dessas principalidades, é importante notar que voltou a greve da Polícia Federal. Pelo menos, voltou aos aeroportos, onde é mais sentida. A PF recebe pouco dinheiro, as empresas que a servem estão sem pagamento há três meses. Ainda por cima, um ex-diretor do FBI, argumentando que o Brasil não gasta com a polícia, acabou perdendo-a para os Estados Unidos que, de uma certa forma, estão enviando dinheiro.

Na verdade, o depoimento de Carlos Costa, o ex-diretor do FBI, afirma que os EUA compraram a PF e depositam o dinheiro da DEA (organismo que combate as drogas) diretamente na conta dos delegados.

Tudo isso acontecendo num momento em que a crise Waldomiro Diniz não dá mostras de enfraquecer. O relatório da sindicância na Casa Civil é cheio de lacunas, mas registra o óbvio: Waldomiro atuou para que fosse fechado o contrato com a Gtech, a multinacional americana que trabalha com a Caixa Econômica.

O presidente da Caixa continua negando tudo, apesar dos registros da presença de Waldomiro por lá. Nada posso fazer se alguém vende um terreno na lua, diz o presidente.

Acontece que Waldomiro não vendeu um terreno na lua. Ele foi pessoalmente à Caixa e há um contrato real que fixa em 25 meses o prazo de exploração ao qual a Gtech tem direito.

Tudo isso aconteceu num momento em que os norte-americanos precisavam valorizar as ações da Gtech na Bolsa de Valores de lá. Argumentam que Waldomiro pediu R\$ 20 milhões e que, depois da entrada de Rogério Burati, o preço caiu para R\$ 6 milhões. Mas não precisaram pagar nada. Milagre! Poderiam comemorar com uma festa de R\$ 5 milhões e ainda ficariam no lucro.

Por tentar manipular a opinião pública, o governo Aznar foi para os ares na Espanha. Até quando os manipuladores nacionais continuarão impunes?

A decisão de cancelar o visto do correspondente do New York Times no Brasil foi um final melancólico para uma crise artificial, criada pelo despreparo e provincianismo do governo brasileiro.

A reportagem sobre o uso do álcool pelo Presidente tinha uma série de fantasias, a mais importante delas considera que o Brasil inteiro estava preocupado com a quantidade de bebida que Lula consome. Não há nenhuma evidência de abuso de álcool, nenhuma relação causal entre a bebida e as frases infelizes do Presidente.

No entanto, o que poderia ser tratado com uma carta de esclarecimento se tornou um atentado à liberdade de expressão. Os erros começaram também com a ajuda da oposição, que se limitou a atacar a reportagem sem propor uma saída sóbria para responder ao texto.

Houve, em alguns jornais, notas do tipo “todos pela honra de Lula”. Isso foi o primeiro grande erro, pois dá a impressão que o suposto abuso de álcool seja uma desonra. Nada disso propomos em nossa política de drogas, mas sim respeito e ajuda.

O segundo equívoco veio na nota de Luis Gushiken, Secretário de Comunicação do Governo. Atribui o texto a uma maquinação do governo Bush, sem se dar conta que o New York Times é oposição, não está articulado para fazer reportagens sobre projetos sombrios do presidente americano. Gushiken disse que Larry Rohter não conhecia o Brasil, pois vivia no Rio de Janeiro. Em seguida, o líder do Governo, Professor Luisinho, afirmou que ele é “um desses caras que vivem em Ipanema”, como se viver no bairro desqualificasse a pessoa.

Finalmente, veio a idéia da expulsão, algo de que não temos notícia na nossa recente História democrática. Como foi possível o governo cometer tantos erros, saltar de trapalhada em trapalhada, até esse estágio de nos cobrir de vergonha no mundo democrático?

Esta nota é apenas para dizer que protesto. Devo prosseguir no assunto, ao longo do dia, no Congresso. E vou colocá-lo na pauta, na audiência pública sobre o envio de forças de paz ao Haiti. Afinal, é uma reunião para debater política externa e, hoje, a política externa brasileira sofreu uma grande derrota com esta decisão de Lula.

A propósito, questionado por um jornalista americano sobre a reportagem do New York Times, dei meu testemunho de quem viajou longo trecho com Lula: de que jamais o vi abusando de bebida alcoólica, nunca vi sua performance política influenciada pela bebida.

No entanto, o que poderia ser uma reação tranqüila acabou amplificando para o mundo, de forma assustadora, nosso grande problema que, certamente, não se chama álcool, mas sim despreparo da equipe dirigente.

As tropas de paz que saem do Brasil partem sempre com a unanimidade política. As que vão para o Haiti dividem.

Diz a imprensa que o presidente Lula recebeu uma ligação do presidente Jacques Chirac e aceitou enviar soldados, para que os franceses estivessem, de certa forma, representados no processo de paz.

Os franceses foram os colonizadores do Haiti e, até hoje, paira entre os dois países um contencioso sobre custos da Independência.

Em janeiro de 2004, o governo francês enviou uma delegação ao Haiti para estudar o quadro político. O relatório foi redigido pelo escritor Régis Debray.

A descrição de Debray mostra um país destroçado, um Estado incapaz de resolver seus problemas, ultrapassado pelas ONGs que, pelas suas características, são incapazes de substituí-lo. O texto de Debray dá a entender que será necessário um longo trabalho de construção nacional, o que coincide com a posição da ONU, que prevê décadas para botar o Haiti funcionando.

Tanto a França como a ONU são atores secundários no Haiti. Os Estados Unidos, ao lado do Canadá, compõem o centro de influência. A invasão americana de 1915 a 1934, assim como a nova invasão de 1994, desta vez para re-introduzir Jean Bertrand Aristides, é uma demonstração disto. Nunca um presidente da França visitou o Haiti. Roosevelt e Clinton o fizeram.

O governo Bush desenvolveu um trabalho sério para derrubar Aristides, que, por sua vez, não é nenhum santo. O economista Jeffrey Sachs escreveu um artigo denunciando as manobras do governo Bush para sabotar a ajuda externa ao Haiti. O grupo opositorista dos 184, assim como outras entidades que trabalharam contra Aristides, foi financiado, segundo a escritora Amy Wilentz (*The Rainy Reason - Haiti Since Duvalier*, Simon & Schuster), pelo International Republican Institute e pelo Usaid's Democracy Enhancement Project.

Noam Chomsky denuncia a ligação do governo americano com o grupo armado Frente Revolucionário pelo Avanço e Progresso do Haiti. Um dos seus líderes, que vive no Queens, se chama Emanuel Constant e é acusado de envolvimento na morte de seis mil pessoas.

Num contexto de rebelião interna, Aristides foi arrancado de seu gabinete e levado para a África Central, no momento em que aquele país comemorava o primeiro aniversário de seu golpe militar.

Como membro da OEA e um dos líderes latino-americanos, o Brasil poderia colaborar; nunca se oferecer para liderar forças de paz, diante de manifestações constantes contra a ocupação. O argumento brasileiro, de estar disputando uma vaga no Conselho de Segurança, a entrevista do comandante das tropas (“Vamos apenas treinar para o Rio”), assim como o do capitão que está em Porto Príncipe (“Os rebeldes se misturam com os famintos”), estão plenamente articulados com a forma como o Presidente Lula decidiu.

O Haiti, para eles, na verdade não existe. É um espaço experimental para as Forças Armadas virarem polícia ou, apenas, um trunfo eleitoral para o Conselho de Segurança. O país mesmo, o Haiti de carne e osso, com uma história anticolonial, foi ignorado.

Vamos consolidar no Haiti as pazes americana e francesa. Uma democracia imperfeita foi posta abaixo. O partido Lavalas continua liderando manifestações contra os “brancos”. Como nos conta o escritor René Depestre, a elite haitiana fez uma revolução paralela à francesa, mas não criou um Código Civil, não se comprometeu com direitos humanos, soberania popular, valores que emergiram há dois séculos. Ficou

presa à questão racial.

Mandar um contingente do Rio Grande do Sul é apenas um detalhe numa sucessão de erros. O Brasil precisa desses R\$ 150 milhões - vão dobrar daqui a meses - para melhorar a paz nas cidades (Rocinha, presídio de Urso Branco...), no campo eletrizado por invasões e nas florestas de índios e garimpeiros.

É uma visão estreita tentar evitar que cortem cabeças no Haiti quando cortam cabeças no presídio Urso Branco, em Rondônia. O governo brasileiro se tornou, na luta para entrar no Conselho de Segurança, o personagem kafkiano, que ficou anos diante da porta do castelo e descobriu que ela estava aberta para ele.

Pense no Haiti, Lula. Antes mesmo de entrar, já é hora de sair.

# O GOVERNO LULA E O TIBET

25/5/2004

Discurso na Câmara

Sr. Presidente, muito obrigado por sua generosidade. Sei que o plenário, neste instante, não está muito cheio, mas preciso fazer uma intervenção, parte de minha luta pelo Tibet livre, condenando a declaração do Brasil e China, apresentada ontem na capital da China, segundo a qual o Brasil vai se comprometer pela defesa de uma única China, ignorando os anseios do Tibet pela sua determinação.

Na verdade, o Presidente Lula nada mais fez que concluir a política brasileira, a respeito da China e do Tibet, esboçada pelo Presidente Collor, com quem tivemos grandes dificuldades para permitir a entrada do Dalai Lama na conferência de 1992. Essa política foi continuada no Governo Fernando Henrique Cardoso que, praticamente, não pôde receber o Dalai Lama no Palácio. Tivemos de criar um artifício para que S.exa. visse o Dalai Lama na casa do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Hoje, o Presidente Lula apenas completa sua decisão de definir os vínculos do Brasil com a China e abrir mão completamente de qualquer tipo de apoio e simpatia pela determinação do Tibet e pela autodeterminação de Taiwan.

A frase dita ontem pelo Presidente da República é bastante significativa. S.exa. afirmou que a China é um imenso shopping center de oportunidades. Acredito que o Presidente pretenda, com o tempo, transformar o Brasil em um imenso shopping center de oportunidades. E os dois países, China e Brasil, administrados por governos de esquerda, querem que todo o planeta seja um imenso shopping center de oportunidades.

Somos poucas pessoas no mundo que se opõem a essa concepção. A China é muito mais que um shopping center, é um país com tradição milenar, com cultura extremamente rica e com grande capacidade de se mostrar, não apenas por meio dos seus vínculos comerciais.

No entanto, não tenho outro caminho a não ser expressar meu protesto e dizer que continuaremos lutando pelo Tibet livre, pela entrada franca do Dalai Lama no Brasil e pelo objetivo de o Brasil, com o tempo, superar a visão vulgar, capitalista, de que os países são apenas shopping centers de oportunidade, passando a vê-los em toda a sua dimensão.

Muito obrigado.

O chamado jogo da paz, que o Brasil realiza quarta-feira no Haiti, é o segundo tempo da política de Lula. O primeiro foi enviar tropas para lá a pedido de Jacques Chirac (os francófonos da África se recusaram), com uma reduzida oposição à sua medida. Reduzida no Congresso, uma vez que, pelo critério de carta dos leitores, a medida foi reprovada.

A segunda etapa da política de Lula é melhor que a primeira. Que país do mundo não gostaria de ver o jogo da seleção brasileira de futebol, mesmo os que são torcedores de outras modalidades, como é o caso da República Dominicana?

Os haitianos sofridos e amantes do futebol, especialmente do brasileiro, vão receber um grande presente cultural. Da minha parte, adversário da presença de tropas brasileiras lá, defendi que o elo cultural com o Haiti era mais promissor que o militar.

Em todas as análises que conhecemos do Haiti, há uma certeza: a grande riqueza do país é cultural. Em torno dela, poderia ser alimentado o desejo de construir uma nação independente.

Lula compreendeu que soldados não bastam. Envia agora os jogadores, nossos artistas da bola. Depois desse jogo, que deve ser um sucesso, parece que o Governo brasileiro adiantará outro passo, reconhecendo que isso não é tudo. Uma partida de futebol acaba e a tática de utilizá-la como único instrumento é condenável.

Resta saber o que poderemos fazer no Haiti. O controle norte-americano é muito grande. Eles são, na verdade, a força determinante. Fizeram um acordo, tendo o controle policial de toda a costa haitiana. Isto significa luta contra as drogas e proteção contra os boat-people - refugiados que buscam a Flórida.

A questão fundamental, que é devolver ao povo Haitiano o controle de seu território e seu destino político, quase não é mencionada por aqui. Os norte-americanos ocuparam duas vezes o Haiti e foram peça vital na queda de Aristides.

Qual será a divisão de trabalho no Haiti. Vamos dar soldados e jogos? À medida que se compromete mais com o Haiti, Lula deveria falar um pouco do que pensa sobre o futuro do País.

Ao invés disso, parece que se importa mais com um lugar no Conselho de Segurança, ou aquele sonho antigo dos militares, o de fundir seleção e governo numa só imagem, deixando os que discordam da linha com o peso da acusação de que torcem contra o Brasil.

Sempre torci pela seleção e sempre combati certos governos, desde a ditadura militar. Portanto, estou livre para desejar que haja uma grande partida, mas também para cobrar idéias mais claras sobre os frutos de nossa presença no Haiti.

Nunca esquecendo que essa presença custa caro em dólares (cerca de 50 milhões) e merece, no nível político, uma permanente prestação de contas.

22/8/2004

Folha de São Paulo

Folha\_“O Que É Isso, Companheiro” completa 25 anos também. Imaginava o bordão tão atual?

Gabeira\_“O Que É Isso, Companheiro” expressa uma perplexidade com atitudes que você toma e que, dificilmente, são encaixadas no quadro de esquerda. No caso atual, “o que é isso, companheiro” vale porque não compreendemos se estamos dando um passo adiante. Não sinto que o Brasil tenha dado um passo adiante com a vitória de Lula. Em muitos campos, sinto até um retrocesso.

Embora a energia seja um tema que dá muito trabalho a qualquer formulador de uma estratégia nacional, cada vez mais ela penetra nos meandros da política externa, determinando escolhas vitais para o futuro do planeta.

Num artigo assinado por três homens que se dedicam ao tema, Timothy Wirth, C. Boyden Gray e John D. Podesta, o exemplo iluminado foi a decisão de Churchill, contra a vontade dos almirantes, de escolher o petróleo para mover os navios da armada britânica. Ele ganhou com a escolha mais velocidade nos barcos e menos tempo para reabastecimento. O carvão ficou pra trás, assim como a tendência conservadora dos almirantes, que duvidavam da existência de petróleo suficiente no mundo, para basear uma opção arrojada.

Os dilemas do presente não são idênticos, mas suas conseqüências se tornam muito mais sérias do que as encruzilhadas do passado. Agora, já não bastam uma razoável política energética nacional, uma equipe técnica e regras cristalinas para o investimento econômico. De uma certa forma, é a sorte do planeta que está em jogo, quando se colocam questões como o declínio do petróleo, o processo de aquecimento global e a necessidade de atenuar a pobreza, através de mecanismos democráticos e descentralizados de produção energética.

A tendência declinante na produção de petróleo é consensual, variando apenas os cálculos em torno do esgotamento. Meio século, 80 anos? Países ricos e militarmente fortes, como os EUA, podem ainda ter certas ilusões para insistirem no petróleo. Diversificar as importações é uma delas. De fato, países amigos não suspendem o abastecimento, mas jamais venderiam abaixo do preço do mercado. Esta é questão incontornável. Não apenas a perspectiva de esgotamento, mas os custos crescentes de novas explorações, apontam para preços cada vez mais altos, mesmo abstraindo a onipresente variável política.

Países como o Brasil, que caminha para a auto-suficiência em alguns anos, terão apenas a garantia de que não faltará petróleo, mas os preços oscilarão de acordo com a conjuntura internacional. Dificilmente, em termos empresariais, será possível manter preços internos baixos, enquanto os internacionais voam para a estratosfera.

Estas questões de fundo foram consideradas pela delegação brasileira que participou da reunião Rio+10, em Johannesburg. Havia no posicionamento nacional, senão uma perspectiva completa, respostas suficientes para considerar a política brasileira uma das mais bem elaboradas.

De um ponto de vista ambiental, apesar de suas visíveis limitações, o Protocolo de Kyoto havia sido ratificado pelo Brasil. E nele, como uma idéia brasileira, estava contido um importante instrumento: o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, através do qual países ricos financiariam os emergentes e ganhariam o direito de prosseguir emitindo gases do efeito estufa, desde que reduzissem as emissões em outros pontos do mundo. Assim como o Protocolo de Kyoto, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo é uma resposta limitada. Ambos têm a vantagem de serem passos concretos e inaugurais de um processo que, certamente, ganhará importância com o tempo.

Consciente de que não existem soluções unicamente nacionais para o problema, o Brasil apresentou também uma proposta global: aumentar para 10% o uso de energias renováveis até o começo da próxima década. Esta proposta, mencionada em várias declarações do então presidente Fernando Henrique Cardoso, tinha vantagens muito claras, porque é um dos temas raros onde se pode conciliar o interesse planetário com o nacional, de forma que atitudes globais acabem representando um salto de qualidade interna.

O desenvolvimento das energias renováveis era uma decorrência clara dos impasses sentidos em Johannesburg. Com grande força simbólica, Brasil e Alemanha assinaram um acordo para a produção de cem mil carros a álcool, pela Volkswagen brasileira, abrindo o caminho para a aplicação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Era evidente ali, e isto ficou mais claro em junho de 2004, na reunião de energias renováveis, em Bonn, que o momento não é mais de demonstrar a existência do efeito estufa, ou mesmo especular sobre a decadência do petróleo.

A Alemanha, anfitriã do encontro internacional, anunciado no final da Conferência de Johannesburg, queria muito mais. As novas questões eram como financiar as renováveis, como transferir tecnologia, como fazer com que o próprio processo descentralizado contribua, simultaneamente, para reduzir a pobreza e ampliar a democracia.

A rivalidade entre dois setores do capital, um, atrelado ao petróleo e tentando de todas as maneiras evitar seu declínio, e outro, voltado para a tecnologia das renováveis, vivia um novo momento. E, até certo ponto, o Brasil também.

Os recursos solares são fundamentais na estratégia de energias renováveis. Aliás, o organizador da conferência parlamentar em Bonn, o social-democrata Hermann Scheer, afirma claramente em seu livro, *A Economia Solar*, que o crepúsculo da economia baseada em recursos fósseis abria caminho para uma nova etapa na história da humanidade, caracterizada pela exploração solar.

Embora não encampasse a tese com todas as suas conseqüências, o Brasil sabia, em Johannesburg, da importância dos recursos solares, sobretudo da biomassa. O acordo com a Alemanha já representava o primeiro passo na estratégia de fornecer combustível com emissões neutras que, mesmo não substituindo inteiramente o petróleo, poderia ser uma arma decisiva contra o aquecimento global.

Entre Johannesburg e Bonn, houve uma descontinuidade na política brasileira. A mudança de governo, em 2003, apontou, progressivamente, para essa distância entre estratégias. Em primeiro lugar, foi desfeito no Ministério de Ciência e Tecnologia o grupo de trabalho que negociava os principais aspectos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. A equipe brasileira era capaz e acumulou experiência nas sucessivas negociações internacionais.

Nos bastidores, as diferenças desciam a detalhes. O que nem sempre é negativo. Nos corredores da conferência de Bonn, os próprios alemães expressavam dúvida sobre a eficácia do investimento nas energias renováveis, comparados com os investimentos em poupança de energia, como no caso da co-geração e outros dispositivos.

O debate nacional parecia voltado para defesa das hidroelétricas, mesmo as grandes, como energia renovável. O discurso da ministra Dilma Roussef, em Bonn, representou, na verdade, uma defesa do modelo brasileiro e um discreto distanciamento da postura de Johannesburg, onde havia uma proposta nascida aqui, mas destinada a todos os países, e também uma iniciativa clara de colocar um pé, ainda que como produtor de biomassa, no mercado internacional das renováveis.

O desmatamento do Fórum Social de Mudanças Climáticas, presidido pelo ex-deputado Fábio Feldman, foi outro fator a indicar a existência de uma descontinuidade, como se as mudanças climáticas tivessem perdido seu posto no elenco dos principais problemas do mundo.

Há muitas razões para considerar esse processo como uma dificuldade passageira em nossa estratégia internacional. Isto porque o problema “mudanças climáticas” só tende a ganhar força, mesmo com a recusa dos EUA de participarem do esforço multilateral expresso no Protocolo de Kyoto. E, também, porque um governo novo, ao se instalar, tem dificuldades de articular rapidamente temas complexos, que não figuram em suas prioridades reais.

A possibilidade de recuperação do ritmo brasileiro, no debate mundial sobre mudanças climáticas,

depende muito do interesse de ministérios da área econômica. Esses sim, principalmente o da Agricultura, começam a vislumbrar nos recursos solares, principalmente na biomassa, um caminho para intensificar exportações e abrir milhões de novos postos de trabalho, internamente.

É como se os estrategistas, que pensam em alimentar o mundo com as proteínas da soja e da carne, percebessem também que podem produzir a energia das máquinas com as grandes possibilidades do campo brasileiro. Por esse caminho, as mudanças climáticas expulsas da consciência política, a ela voltariam, impulsionadas pela economia, divisas, novos empregos.

Tudo indica que reside aí a possibilidade de o Brasil retomar o espaço conquistado no debate ambiental. O próprio Ministério da Tecnologia já se movimenta para autorizar projetos contemplados no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, sobretudo os que, através de aterros sanitários, contribuem para a redução do metano, um dos gases do efeito estufa.

No entanto, será muito limitado jogar todas as fichas no processo econômico. As mudanças climáticas pedem mudanças culturais. Uma ampla participação social poderia não apenas legitimar, mas enriquecer uma nova política externa, que contivesse a resposta para as questões básicas: declínio do petróleo, aquecimento global e necessidade de redução da pobreza no mundo.

O Presidente Lula tem destacado, em seus discursos externos, a luta contra a fome. A descentralização e democratização energética, possibilitada pelas energias renováveis, poderiam ser um grande complemento para suas teses. Na verdade, seriam uma das inúmeras formas concretas de realizá-las, por serem mais viáveis que impostos internacionais e outros dispositivos que dependem do impulso caritativo dos países ricos.

O pleno reencontro da política externa brasileira com as mudanças climáticas é, portanto, apenas uma questão de tempo. O necessário para reajustar nossas teses, formular novas propostas, polir os argumentos e retornar ao centro da cena, onde se joga, parcialmente, o destino do planeta.

# NOTAS SOBRE UM SARAU EM BRASÍLIA

25/10/2004

Folha de São Paulo

Quando o Marxismo me frustrou como explicação do mundo, fui chorar no ombro da Antropologia. Devo muito a essa disciplina, mas fui infiel a ela, antes mesmo de deixar o curso em Estocolmo.

Notícias banais, como o encontro do Presidente com a cúpula do PTB em Brasília, deixam uma certa fome de interpretação que a simples análise política não consegue saciar.

O objetivo almejado pelos anfitriões era um afago público do Presidente. Emerge aí uma dimensão que merecia um estudo específico: afago público do Presidente. Para os políticos, isso representa prestígio, uma vez que seu poder pode ser medido pela proximidade com o dirigente máximo do país.

Na China, por exemplo, as coisas eram mais complicadas. Era preciso analisar a posição das pessoas no palanque para inferir o grau de poder e, em caso de modificações, avaliar o resultado das lutas políticas internas.

O afago de um presidente tem um valor político e um valor sentimental, sobretudo quando se trata de um anônimo na multidão.

Constatai, em centenas de comícios, como certas pessoas clamam para serem vistas e receberem um aceno do líder. Ele encarna o reconhecimento público e, ao reconhecer um rosto na multidão, o integra nessa corrente de emoções e esperanças.

O jantar de Brasília foi, na verdade, um sarau, com um pianista e uma soprano. Era um encontro de casais e, naturalmente, estava lá a mulher do Presidente. No Brasil, chamamos as mulheres dos presidentes de dona. Como nas novelas de época do SBT, dona Antônia, dona Beja.

A escolha da soprano e do pianista representava uma intenção de introduzir uma diversão sadia e intelectualizada. Foi uma escolha do anfitrião, Roberto Jefferson, que estuda canto das 7h às 9h. Segundo seu relato, dedicava-se ao tiro ao alvo, mas resolveu buscar outra atividade para relaxar.

Do tiro ao alvo ao sarau não parece ter havido grande ganho em relaxamento. No entanto, um atirador, ao abandonar as armas e cantar “Eu Sei que Vou te Amar”, revela uma transição brusca. O primeiro impulso previsível talvez fosse uma banda de heavy metal. Não é a questão central.

O centro, para mim, seria examinar o sarau como encontro político, que pressupõe uma intensa troca racional. Um mergulho no terreno das emoções, tanto que, a certa altura, a julgar pelas notícias, a soprano foi para os ares ao som de “Sentimental Demais”, de Altemar Dutra, cantada pelo anfitrião.

Todo o mistério dessa noite se concentra nessa troca emocional, revelando que a moeda política clássica - cargo, funções, ajuda material - pode ser enriquecida com o componente afetivo - abraços, canções, afagos.

Políticos são muito volúveis. Quando cantam “Eu Sei que Vou te Amar”, sabem que aquele verso “por toda a minha vida” não é para valer. Isso não os diferencia dos amantes. Quantas vezes cantamos o verso “por toda a minha vida” e nos perdemos na primeira esquina?

A diferença dos amantes é que acreditam no que cantam e ficam arrasados quando constatam que tudo acabou.

Neste momento, no Brasil, afagos, como posições no palanque chinês, devem ser analisados e podem ser um instrumento adicional ao entendimento da História.

O único detalhe é saber se o sarau de Brasília vai ajudar a transformar o tiroteio nos morros do Rio numa grande sinfonia, ou fazer com que a favela de Bel Air, em Porto Príncipe, em vez de se rebelar contra a derrubada de Aristides, toque “Someday My Prince Will Come”.

Esse jantar de codornas recheadas foi preparado para nós. Os jornais nos deram os dados. Você vê os

homens de pé, diante de um sofá vermelho, onde há uma bolsa preta. Isso indica que as mulheres foram afastadas para que a mensagem político-sentimental tivesse um foco no acordo de cavalheiros.

O Presidente parece um pouco surpreendido, arrumando a roupa, como se a coisa tivesse acontecido rápido demais para ele. Todos os olhares se voltam para o anfitrião. Uma das araras do quadro ao fundo abaixa a cabeça, mas Democracia é isso mesmo.

O anfitrião do Presidente mostrou que é possível passar do tiro ao alvo para o samba-canção. O próximo passo é passar de uma novela de época do SBT para os grandes problemas do nosso século.

Creio que é o desejo majoritário dos convivas simbólicos do jantar, os que acompanharam pelos jornais. Pode ser que uma minoria sensível, a soprano, quem sabe, preferisse os tiros de pistola à interpretação musical de Jefferson.

Mais uma vez: é a Democracia. Se excluirmos os pessimistas José Simão, Diogo Mainardi e Casseta e Planeta, que bombardeiam nossa auto-estima, todos acharemos isso muito sério.

Mesmo sabendo que o Presidente não cantou naquela noite, intuímos que um clima musical envolve o Planalto. O samba-canção, como filosofia ou roupa íntima, é sempre mensagem de estabilidade.

Nem sempre nossas mensagens são entendidas. Acreditamos que uma partida de futebol ajudasse a resolver o drama de dois séculos do Haiti. Quem sabe, um bom Altemar Dutra não vem a nosso socorro?

Eles vão continuar jantando, trocando afagos e cantando “Eu Sei que Vou te Amar”. Como mineiro, não posso abaixar a cabeça como a arara, nem deixar a bolsa no sofá e sair da sala. Olhe bem as montanhas, clamam alguns muros de nossa província.

# O ENDEREÇO DA CRISE

27 /10/2004

Discurso na Câmara

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para dizer que vim a Brasília votar e que considero esse o meu dever. Na verdade, por mais que deteste as posições do Governo, cheguei à conclusão de que o melhor é estar aqui pronto para votar, selecionando os projetos que aprovo e recusando aqueles que condeno.

Já que não há sessão plena e já que sempre tenho de prestar contas aos meus eleitores, por intermédio dos discursos que chegam integralmente à Internet, gostaria de comentar alguns assuntos.

O primeiro deles diz respeito à decisão do Governo de construir sete usinas nucleares. Sinceramente, não sei com que cara posso me apresentar a este Governo, uma vez que, na campanha eleitoral, nosso compromisso era fazer auditoria no Programa Nuclear Brasileiro. E agora ele diz que vai construir sete usinas nucleares.

Não vou utilizar nenhuma palavra, nenhum adjetivo, mas, para mim, é simplesmente constrangedor ver Lula na televisão, assim como é constrangedor ver o Partido dos Trabalhadores de Angra dos Reis defender usina nuclear.

Quando começamos a nossa luta contra o Programa Nuclear, num movimento chamado Hiroshima Nunca Mais, o PT de Angra dos Reis estava conosco. Ele era contrário às usinas nucleares. Havia até uma instituição chamada Maré, uma organização não-governamental do Partido.

Com o tempo, o PT de Angra dos Reis foi mudando de posição e se tornando favorável ao Programa Nuclear. Outro dia, para minha surpresa, um ex-prefeito do PT veio aqui em nome de Furnas, na qualidade de dirigente. Não só mudaram de posição, mas também já conseguiram seus empregos na empresa que controla o Programa.

O outro assunto diz respeito ao PT também. Trata-se da história que explodiu no Rio de Janeiro, envolvendo o Deputado Federal André Luiz e o Deputado Estadual Alessandro Calazans, além de outros.

Ouvi o companheiro Paulo Rubem Santiago fazer uma denúncia e dizer que é preciso apurá-la e punir os culpados.

Concordo plenamente com S.Exa., mas não podemos esquecer que a situação, que levou ao atual estado de coisas, no Rio de Janeiro, nasceu de tratamento errôneo dado ao caso Waldomiro Diniz. Durante muito tempo, pedimos ao Governo que apurasse os fatos, que tomasse as providências, que a Polícia Federal fizesse algo. Nada foi feito para apurar o episódio. Agora, a CPI da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro apenas se embala no mau exemplo, também tirando proveito de Carlinhos Cachoeira e de outras pessoas que estão na ilegalidade. Já havia dito, no discurso em que defendi a legalização dos bingos, que a ilegalidade interessa a esse tipo de deputado e a grupos que tiram proveito dos que estão na clandestinidade.

Portanto, é interessante não apenas reconhecer o sentido da tentativa de suborno, ocorrida no Rio de Janeiro, segundo a revista Veja, mas, também, dar solução ao caso Waldomiro, porque o cadáver fica insepulto, e cada vez mais a situação se complica. É necessário que o Partido dos Trabalhadores também reconheça sua responsabilidade nesse caso, uma vez que vimos, em reportagem da revista Veja, que Marcelo Sereno, assessor especial da Casa Civil, está envolvido na história. A matéria diz que o Presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro obteve dois cargos do Governo Federal. Também li na imprensa que o filho do Presidente daquela Assembléia teria, aqui, importante relatoria dada pelo Governo Federal: o projeto sobre as agências regulatórias na Economia.

Na verdade, quando apurarmos adequadamente o caso, teremos de chegar à raiz do problema, que não é

só Carlos Cachoeira e o Deputado do Rio de Janeiro, André Luiz; a raiz do problema é a Casa Civil da Presidência da República, que jamais fez autocrítica, jamais corrigiu sua rota e tenta sepultar o cadáver.

Sr. Presidente, o terceiro tema são os documentos da ditadura militar. Na semana passada, apareceram fotos na Comissão de Direitos Humanos, e contestei a relação delas com o jornalista Vladimir Herzog. Ao examiná-las, não vi possibilidade de serem do jornalista morto.

O episódio relativo à nota do Exército à imprensa já está superado. Agora estamos tentando ter acesso à documentação. Acredito que a maneira como outros companheiros e eu nos comportamos permite o diálogo com o Exército e com o Governo, para chegarmos a um entendimento e termos acesso à documentação, sem sensacionalismo, sem revanchismo, apenas com o intuito de esclarecer os fatos históricos.

A esquerda e o Governo foram bastante moderados e tiveram comportamento preciso no caso, inclusive o Presidente da República e o Ministro Nilmário Miranda. Estamos aptos para a segunda etapa de negociação, a fim de acessar os documentos do período militar, sem revanchismo e sem sensacionalismo, repito. O fato da semana passada teve também uma ponta de sensacionalismo, uma vez que não foi apurado. Meus companheiros e eu ficamos preocupados, porque o Exército lançou nota conservadora. Mas o que me preocupa, realmente, é o fato de não ter um setor de Inteligência capaz de perceber que as fotos não eram de Herzog. A tortura não era assim, nada era assim. Aquele fato foi criado pela ditadura militar. No entanto, o Exército reagiu com o lançamento de uma nota ideológica. Portanto, o que me preocupa mais não é a posição ideológica, mas o fato de um grande Exército não ser capaz de dar resposta rápida às ocorrências.

Obrigado, Sr. Presidente.

Com a edição de mais uma medida provisória, termina a novela dos transgênicos. É uma reprise, e nós, ecologistas, como sempre, morremos no final. O mais importante no momento não é a interminável discussão sobre os transgênicos. Nem mesmo a votação de uma lei deveria preocupar tanto quanto a necessidade de se montar um esquema de biossegurança no Brasil.

Os fatos estão aí, mas ninguém tira as conclusões. Determinamos, por lei, que os transgênicos fossem rotulados, e o Governo não aplicou a lei. O Brasil, que tem na exportação de alimentos um dos seus trunfos, está abrindo uma grande e perigosa retaguarda.

Quando o Canadá inventou que tínhamos a doença da vaca louca no país, resistimos, mas não extraímos as conseqüências de que o mercado internacional faz um jogo competitivo brutal e que podemos levar bolas nas costas a todo instante.

O Presidente Lula foi à China e constatou, com tristeza, que os chineses estavam devolvendo nossa soja, porque a consideravam contaminada com fungicidas. O assunto morreu. Em seguida, apareceu um surto de febre aftosa no Pará, e a Rússia cancelou as importações de carne no Brasil. O assunto está quase caindo no esquecimento.

Dois garotos em Brasília morreram porque usaram anabolizantes de gado. Houve uma gritaria parcial. Claro que os meninos precisam ser preservados desse perigo. Mas o principal é compreender que os anabolizantes estão entrando de contrabando, como, aliás, entraram as sementes de soja. Entram e são utilizados para a produção de carne.

Isso significa apenas que os consumidores de carne de vaca estão sujeitos a uma carga diária de anabolizantes. Grande parte dos matadouros do Brasil é clandestina. Como não se fiscaliza nem os matadouros nem o contrabando de anabolizantes, podemos afirmar que os consumidores estão sendo submetidos a um perigo que, a longo prazo, pode se revelar dramático.

O que vai pressionar o Brasil é o próprio mercado internacional, o nível de organização dos consumidores, em países mais avançados. Nem tudo que o mercado quer é melhor para nós. No entanto, a pressão dos consumidores brasileiros precisa ser sentida, pois a recusa de nossos alimentos, em países do mundo, significa que também nós estamos sujeitos à insegurança biológica.

Nunca tivemos doença da vaca louca. Nem gripes asiáticas. O desejo é de que doenças misteriosas jamais apareçam. Mas o fato de concentrarmos a discussão na liberação de soja clandestina e não termos dotação orçamentária para um esquema de biossegurança aumenta nossa vulnerabilidade.

Só para dramatizar um pouco o que estou dizendo. O Brasil informou à Rússia que a febre aftosa no Pará não era ameaça, pois a carne dessa região não é exportada. Todos nós, e também a mídia, ficamos confortados com essa resposta. Infelizmente, também ficaram os consumidores do Pará. E ninguém pensou neles.

Análises aos borbotões. De todas as telas jorram tentativas de explicar o que houve lá, o que houve aqui e como tudo isso pode influenciar nossa vidinha cotidiana. Um certo distanciamento é necessário. Sempre que me meti a analisar a sangue-quente, mais projetei desejos do que realmente aprendi com o processo.

No dia seguinte à eleição de Lula, por exemplo, escrevi que era possível uma dramática transformação do Brasil e que novos atores iriam surgir na cena, tornando mais fácil a retirada de dinossauros como eu para outras atividades intelectuais. Caso não houvesse grandes coisas no novo governo, voltaríamos ao de sempre. Nesse caso, a mediocridade da engrenagem histórica também justificava uma retirada.

Não posso afirmar que essa previsão se confirmou. É razoável admitir, no entanto, que acendeu a luz amarela, e o País pode voltar às mãos dos que foram derrotados em 2002. É quase unânime admitir que há uma polarização entre dois grandes partidos e que a disputa pelo poder vai se travar entre eles e seus aliados.

Alguma coisa fica de fora nesse raciocínio: a grande esperança que eletrizou a campanha de 2002. Ela, que recusava o governo da época, se frustrou, parcialmente, com o atual. Recolhe-se a um realismo resignado ou dará novos sinais de vida?

É possível dizer, portanto, que ainda existe uma demanda por transformações mais rápidas e dramáticas no Brasil. No entanto, nem sempre essas condições sociais conseguem se transformar em alternativas políticas. E acabam se dissolvendo nas grandes correntes partidárias que existem e que, de certa maneira, se mostraram incapazes de responder plenamente aos anseios da época.

Além de o tempo ser muito curto para alternativas, nossas cabeças sofrem também um certo bloqueio. Falamos mal do Fernando Henrique, que pediu que esquecessem o que havia escrito. Agora, falamos mal do Lula, que, por seu lado, esqueceu o que discursou ao longo dos anos.

Essas permanentes cobranças acabam dando a falsa impressão de que nossas vanguardas políticas têm uma tendência intrínseca a serem cooptadas, que faz parte do seu DNA se atirar nos braços dos grupos que sempre dão as cartas, como os grandes bancos, por exemplo.

É preciso redirecionar essa crítica, perguntando, por exemplo, se não há alguma coisa errada com nossos programas de transformação. Até que ponto são realistas, até que ponto interpretam apenas desejos, mas não estão ancorados nos dados reais, na real correlação de forças?

Muitas pessoas se voltam para o resultado das eleições e as enfocam do ângulo do preconceito popular contra esse ou aquele traço de personalidade. Como se viessem do povo apenas atitudes conservadoras ou injustas.

Mas, se olharmos as escolhas no Rio e em São Paulo, veremos que, de certa forma, elas dizem muito. Os escolhidos são homens sérios, estudiosos, dedicados ao exame dos números e até um pouco desajeitados quando tentam ser populares.

Foram escolhidos pela sua capacidade real de fazer render a máquina administrativa, muito mais do que por propostas sensacionais. Essa escolha nas duas cidades parece indicar que uma romântica sonhadora, um pouco cansada dos amantes que fazem serenata e prometem orgasmos monumentais, resolveu se contentar com os previsíveis maridões, que, responsavelmente, vão tocar os negócios da casa.

Se for esse o resultado da ressaca de 2002, estamos entrando num novo período de alternâncias, até certo ponto natural, porque sempre se administram recursos inferiores à expectativa social. Daí o fascínio da oposição num final de governo.

Esse raciocínio me leva um pouco aos conservadores norte-americanos, considerados idiotas por levarem adiante o projeto de Bush. Tenho lido alguns deles - David Horowitz, por exemplo, que se tornou um grande adversário da esquerda. Ele insiste, em sua cruzada, que a política de esquerda expressa um romance e bate na tecla da imperfeição humana.

Nem sempre é preciso extrair as mesmas conclusões dos conservadores, que nos EUA têm uma grande atividade mental. Mas é preciso partir da premissa de que precisamos considerar as pessoas como são e não como gostaríamos que fossem.

Durante muito tempo, os marqueteiros na política brasileira exploraram o sonho. À medida que o processo democrático avança, mas os grandes sonhos não se cumprem, é possível até que um excessivo realismo se imponha.

Uma dose de realidade, no entanto, é fundamental para quem pensa em alternativa. O PT, realizando um bom trabalho na periferia de São Paulo, mostrou que conhece um dos caminhos da mudança que está no coração de seus simpatizantes. E o PSDB, através de Alckmin, afirma que os vitoriosos amassaram o barro das áreas pobres, e não foram aqueles que escreveram brilhantes artigos de jornal.

Espero que não tenham nada contra quem escreve artigos em jornais. Uma visão anti-intelectual, que sempre aflora entre os políticos pragmáticos, não prospera nem nos Estados Unidos.

Amassar barro, escrever artigos, pensar e repensar são faces diferentes de um trabalho único. Resta saber se nos conformamos com a mediocridade bipolar ou se temos uma recaída de grandes esperanças. Tudo que sei é que alternativas inconsistentes, como a do Ralph Nader nos EUA, mais reforçam do que negam a bipolaridade.

Nesta última década, absorvemos uma grande dose de realidade vendo no poder central as duas grandes forças em confronto. Se considerarmos também o contexto mundial, é preciso um certo esforço para evitar indigestão, mal-estar e vômito. Seguir adiante, com esta semana no bolso.

O projeto era o de escrever apenas dois trabalhos sobre o Haiti. Mostrar as cores do país na revista “Simples” e formular um texto teórico para a “Política Externa”, dirigida por Celso Lafer. Saio de Porto Príncipe com um travo na garganta, que só pode se exprimir na urgência de um jornal.

É preciso estômago para passar incólume pelos escombros de Cité Soleil, onde moram mais de 500 mil pessoas, envoltas em pequenas nuvens de fumaça de lixo queimando. Ou para percorrer uma grande feira livre, banhada por esgoto, cobrindo nosso sapato. Ou saber que algumas pessoas dormem, enquanto outras caminham à espera de seu turno para ocupar o estreito espaço. Ou para ouvir que o sonho de muitos é o de comer pelo menos uma vez a cada dois dias.

A idéia geral, quando o Brasil decidiu mandar tropas, era a de pacificar o Haiti, garantir uma transição, que seria concluída com a escolha de novos governantes, e adicionar um novo país estável ao continente.

O Haiti, portanto, mobilizou nossa melhor qualidade: o desejo de ajudar os que precisam de nossa ajuda. Mas acionou, simultaneamente, nosso grande defeito: a ignorância sobre a trajetória histórica de outros povos.

O Haiti não é um país viável a curto prazo. Não há como desatar, rapidamente, seus três nós górdios. De um ponto de vista econômico, não há clima, por exemplo, para desenvolver a indústria do turismo, bem-sucedida do outro lado da ilha, na República Dominicana. Do ponto de vista político, com as facções se dilacerando, como esperar estabilidade de um pleito em que os eleitores não têm carteira de identidade? Ou como projetar a eficácia de um Comitê Eleitoral que tem sete meses de vida e até agora não fez nada, exceto tentar ganhar uma graninha extra superfaturando consertos de ar-condicionado? Como replantar as árvores e combater a erosão que devorou as terras haitianas?

Num processo de duas décadas, com esforço articulado das forças internas e comunidade internacional, isso é possível. No momento, basta conviver com os soldados para sentir como é delicada a posição das forças da ONU. De um lado, sob pretexto de desarmar, os setores mais ricos querem que os militares reprimam os miseráveis, concentrados em Cité Soleil, Bel Air e outros pontos da cidade; de outro, os pobres de Porto Príncipe encaram os urutus com gestos na boca e barriga, indicando que têm fome. Como se dissessem: são bonitos esses tanques pintados de branco; pena não podermos servi-los no almoço.

Num manual para funcionários, em 1994, os americanos, com sua simplicidade, definiram o Haiti de uma forma ideal para iniciantes: problemas internos e externos, cuja complexidade não vale a pena discutir aqui. Fizeram com que as coisas não dessem certo no Haiti nos últimos duzentos anos.

Basta desembarcar à noite, em Porto Príncipe, para perceber isso. A cidade está às escuras, iluminada apenas pelas velas dos ambulantes, que ocupam os passeios, dia e noite. O trânsito é caótico, não só pela ausência de sinais luminosos, mas, também, por um certo desprezo ao critério de mão e contramão. Nos momentos em que viajava com militares, muitas vezes foi preciso intervir, como se fossem guardas de trânsito, para nos livrarmos da paralisia.

As ruas de Porto Príncipe contam sua história. Os carros são consertados ali. E, através dessas oficinas ao ar livre, você percebe que a frota sobrevive na base da criatividade. Quando o taxista que me serviu, deu seu cartão e se dispôs a me ajudar, de novo, em dezembro, pensei: isso se seu carro resistir mais duas semanas.

Uma jornalista chorou ao ver meninos na feira usando o esgoto para lavar o rosto. O grande impacto, no entanto, é Cité Soleil. Aqueles escombros empoeirados colocam vários enigmas: bombardeio, incêndio ou são apenas casas construídas pela metade, uma espécie de símbolo do Haiti, um país inacabado? É um

limite de pobreza que nos convida a redefinir a condição humana.

A ONU mandou tropas para conter a violência. Na verdade, os grupos armados nas favelas de Porto Príncipe são menos numerosos que os da favela do Rio. O único problema é que alguns são mobilizados por forças políticas, em circunstâncias pontuais.

Todo o conceito de segurança no Haiti está baseado numa ênfase militar. É um equívoco. A ONU ainda não manda dinheiro para projetos sociais. A exceção no momento é o Canadá, com uma ajuda humanitária a Gonaives, onde morreram três mil pessoas. Os projetos dos órgãos multilaterais levam de 18 a 36 meses para chegar à prática.

Até lá, vamos rodar muita favela de urutu, de vez em quando levando algumas pedradas. Não só porque os Urutus representam o poder ausente (o governo transitório é zero), mas porque, pela sua missão, têm de dar apoio à polícia do Haiti, que é, com toda a razão, odiada pelo povo.

Os americanos estão no limite, voltados para o Iraque e para o Afeganistão. Os franceses tentando se equilibrar na Costa do Marfim, com grandes gastos de reintegração dos europeus, que voltam empurrados pelo conflito.

O Haiti está fora da agenda mundial e, de certa maneira, foi adotado pelo Brasil. É um povo cheio de energia, elegante e com uma grande sensibilidade plástica. Basta olhar os cartazes, a pintura dos veículos coletivos, os top-tops, para entender por que produziram grandes pintores.

Uma forma de sair do pântano é, gradualmente, reorientar nossa presença militar. Contar menos com conflitos armados e mais com a possibilidade de ajudar, abrindo uma pequena estrada aqui, montando um hospital de campanha ali. Compartilhar a dor haitiana, ao longo dos tufões e tiranos, sem grandes esperanças de resolver, de estalo, um fracasso de dois séculos.

Nosso trabalho terá menos visibilidade, não ganharemos pontos para entrar no Conselho de Segurança da ONU. É obscuro usar a miséria e o desespero de um povo como trampolim político internacional. Não se trata de voltar as costas, mas apenas abrir nossas mentes e corações para o Haiti.

# ENTRE TIROTEIOS E OBSTRUÇÕES

4/12/2004

Folha de São Paulo

Duas coisas me preocupam no momento. Uma delas é o tiroteio noturno no Rio; a outra, o processo de obstrução na Câmara, que torna inútil nossa presença em Brasília.

Como estão presentes em minha cabeça, comecei até a encontrar os pontos que as unem. Os tiroteios no Rio acontecem por disputa de posições ou por causa de compromissos não honrados, “banhos”, na gíria do tráfico.

A obstrução na Câmara também acontece por disputas de posições e por compromissos não cumpridos. Obstrução e tiroteio são permutáveis na minha cabeça. Distraído, posso entrar no plenário me perguntando se haverá tiroteio ou, então, à noite no Rio, indagar na cama se haverá obstrução na madrugada.

No entanto, são dois problemas que poderiam ser atacados. Parte da classe média do Rio escreve cartas desesperadas aos jornais. Alguns columnistas também arrancam os cabelos. Por que não formular um plano de ação com critérios claros de avaliação quinzenal? Aí está a raiz do desespero: a liderança ou, pelo menos, a parceria do Governo, não existe. E os pontos de contato entre Governo e opinião pública se perderam no Rio.

A obstrução no Congresso poderia ser solucionada desde o princípio. Era preciso um governo que, apoiado nos milhões de votos, tivesse projetos claros e estivesse disposto a buscar uma maioria político-moral. Isso implica em aceitar derrotas em certos momentos. E implica, também, em uma certa flexibilidade para negociar, mas tudo subordinado a um claro projeto de transformação.

Foi possível obter apoio do Congresso para construir uma nova capital. Agora só se decide caso a caso, com negociações precisas e alguns foguetes para comemorar as vitórias, exatamente como nos morros. Os foguetes anunciando a chegada de um novo estoque de drogas.

Por que chegamos a esse ponto, no Rio e em Brasília, lugares onde vivo semanalmente? É arriscado enfiar tudo numa só causa. Há uma, entretanto, que merece exame: a transformação do crescimento econômico em um valor que justifica todos os outros.

Creio que Willy Brandt ou Olof Palme, alguém da social-democracia, afirmava que governar era ter uma boa política econômica. Isso resolveria 90% dos problemas, e o resto ou viria por atração ou nem comprometeria o governo.

Basta estudar a história da social-democracia européia, suas longas batalhas ideológicas, para compreender que essa tendência reducionista estava implícita em suas teses.

Há dois pontos a acrescentar. O primeiro deles é que o Brasil não está na Europa e tem problemas seríssimos, talvez maiores do que tinha a social-democracia, quando arrancou para o sucesso eleitoral no pós-guerra.

O segundo ponto é a própria fragilidade da tese. A redução de todos os problemas ao crescimento material implica em uma perigosa subestimação dos valores. Mesmo num país rico, como os Estados Unidos, a suposta superdeterminação do econômico não se revelou nas eleições.

Houve um grande espaço para a discussão de valores. Você pode achar que a união gay não seja moralmente condenável e que, por outro lado, é insuportável a morte de milhares de inocentes na Guerra do Iraque. Muitos norte-americanos discordam dessa premissa e votaram em Bush para fortalecer a família tradicional. Mas é inegável que tudo isso é uma disputa que envolve valores.

Sempre tive problemas com puritanos, dentro e fora da esquerda. Parti da suposição de que, ao sentirem a inadequação de suas idéias, costumam cair numa situação oposta, uma espécie de pragmatismo amoral.

Antes tudo era proibido, agora vale tudo.

As duas situações que me preocupam, tiroteios no Rio e obstrução periódica no Congresso, são faces de uma mesma evolução. De um lado, as elites falharam em oferecer alternativas, multiplicando a sedução colorida do universo de consumo, mantendo grande parte da juventude à margem. De outro lado, parte da polícia se deixou seduzir e cansou de proteger propriedades, sem tentar construir a própria fortuna.

A obstrução significa algo quase tão desolador. As esperanças, alimentadas e vendidas ao longo de um quarto de século, deram lugar a um cinismo total, que me lembra um pouco o texto de “A Visita da Velha Senhora”: o mundo fez de mim uma puta, vou fazer do mundo um prostíbulo.

Parece ingênuo e idealista propor um outro caminho.

Nos tempos em que as pessoas liam e se diziam marxistas, ainda era possível dizer para elas a frase de seu mestre: o concreto é o concreto porque sintetiza múltiplas determinações.

A social-democracia herdou do marxismo vulgar a tese de que o econômico define tudo, transforma tudo num mero reflexo.

Esse é um bloqueio; outro bloqueio é pensar que uma boa repressão, por ela própria, vai silenciar as armas no Rio.

O buraco é mais embaixo, embora uma repressão eficaz seja indispensável. Tenho medo de me acostumar com esses impasses. Em Porto Príncipe, de madrugada, ouvi um tiroteio. Acordei, virei na cama, dormi de novo. Aquilo embalou meu sono, como se estivesse em casa.

Quanto às obstruções, a essas não me acostumo. Se o cinismo entra por uma porta, você tem de sair pela outra. Se não, vira zumbi, essa figura tão comum na mitologia haitiana, alguém que já morreu, mas executa, como um sonâmbulo, as ordens do mestre.

## O QUE ACABA QUANDO O ANO ACABA?

18/12/2004

Folha de São Paulo

Os balanços de fim de ano costumam me enganar. Ou melhor, os anos costumam me enganar. Às vezes, destaco alguns fatos, subestimo outros, boa parte deles ignoro. Com o passar do tempo, aquilo que ignorei ou subestimei costuma vir puxar minha perna, como faziam os fantasminhas da infância.

A vitória do Bush foi um momento decisivo. As revistas que vinham dos EUA eram escritas ao som de blues. Parecia que uma grande ofensiva conservadora seria exportada dos Estados Unidos. Antes mesmo de o ano acabar, a Corte Suprema do Canadá dava sinal verde ao casamento gay. E a Rússia ratificava o Protocolo de Kyoto.

Sinal de que la nave va, as coisas seguem seus ritmos, às vezes lentos, mas emitindo sinais de vida e resistência.

A Ucrânia, toda de laranja, na luz outonal de Kiev, foi uma festa para os olhares do mundo. Na aparência, uma vitória da facção européia. Na realidade, parece que há muito mais coisa em jogo; gás e petróleo, certamente.

Aqui no Brasil, o Governo levou um susto com as eleições municipais. Parece que sua nave va: crescimento econômico e aumento da popularidade de Lula. Acredito nesse aumento. Alguns afirmam que melhorias palpáveis ainda não chegaram a todos. Mas caem na armadilha da economia.

O crescimento tem também uma dimensão simbólica.

Sorrisos dos âncoras de tevê, números recordes, guindastes erguendo soja, empregos. Impossível dissociar o crescimento material de suas imagens na Globo. É a visão de conjunto que se recebe no jantar. Quando a âncora diz que o risco Brasil caiu, ela o faz com uma alegria contida. Mesmo que não entenda o que é risco Brasil, você pode ler, na sua face, a mensagem real: isso que está acontecendo é bom para você.

Não existe, de fato, quem não seja tocado pelo clima de crescimento. Mesmo sem repercussão material na vida da pessoa, deixa sempre a esperança de que a coisa virá para ela.

Lembro-me do governo Sarney com seu Plano Cruzado. Saímos às ruas para protestar contra a proibição do filme “Je Vous Salue, Marie”, de Jean-Luc Godard. Os transeuntes nos olhavam como se fossemos marcianos. O país estava crescendo, os fiscais do Sarney operando nos supermercados, afinal o que queríamos?

Senti como se o exílio não tivesse acabado e agora se prolongava no interior do país. Pensei na travessia do deserto e imaginei que não acabava com a ditadura militar, mas que havia desertos entrelaçados; estávamos apenas encontrando mais oásis, não devíamos abandonar o cantil com a ração de água.

Hoje, compreendo como eram inadequadas essas imagens. Elas nos confortam porque suprimem nossa responsabilidade. Seria o mesmo que dizer hoje, como diz Lula, que Deus aperta o botão no momento em que os deputados votam. Deus não tem a minha senha. Mesmo se a tivesse, na sua proclamada onisciência, saberia também que não abro mão do livre-arbítrio.

Quando examinamos o ano que acaba e nos olhamos nos espelho, estão os cabelos brancos e todos os problemas não resolvidos. Nove milhões de crianças sem saneamento básico; milhares de adolescentes morrendo nos conflitos urbanos. No entanto, o ano passou sem que tivéssemos enfrentado racionalmente a questão do saneamento e da violência nas metrópoles.

Não tem sentido ficar se lamuriando. Muita coisa foi feita, o que também não vem ao caso. O processo eleitoral de 2002, de uma certa forma, antecipou o choque de 2006. Até o fim da primeira década do século, seremos dirigidos por uma das duas grandes forças em presença. Todos boa gente, amigos de

longa data, mas expressando no Brasil um movimento universal: o fim dos projetos políticos.

O que estará em jogo é a administração pragmática do curso do capitalismo. E pronto. De vez em quando, um deles vai segredar uma estratégia de araque no ouvido de um colunista; de vez em quando, vão chorar em solenidades públicas; de vez em quando, num porre de confraternização, vão cantar a “Internacional”.

Embora a história não tenha acabado, as trajetórias se desenvolvem no vazio, como se fôssemos todos cosmonautas descendo à Lua ou dizendo que a Terra é azul. Nossos corpos políticos perderam a gravidade.

Onde houver resistência, sempre haverá o desejo de reconstrução. De agora em diante, mais do que nunca, é preciso cuidado. Não cair na velha tentação de oferecer suporte intelectual a canoas furadas. Nossa última performance foi deplorável. Intelectuais andando com pastinhas diante da câmera, simulando um intenso trabalho; blindagens psicológicas que acusavam preconceito onde havia apenas perplexidade com o discurso simplório de nosso líder.

O balanço está no azul ou, para usar a linguagem da economia, está no vermelho. A sorte é que nos enganamos, como na eleição de Bush, mesmo quando somos pessimistas.

Ao sairmos nas ruas por Godard, o crescimento nos atropelou. Duas décadas depois, estamos aí, lutando para liberar documentos, sepultar conselhos de imprensa, agências de controle no audiovisual. Parecemos personagens de comédias italianas na cidade do interior, velhos, mas com as mesmas brincadeiras da juventude.

Se um ano consegue nos enganar tanto, imaginem as décadas acumuladas, uma sucessão de surpresas nos tangendo para a única e definitiva certeza, que é a morte.

Não posso reclamar do governo. Se dele vêm decepções, também vêm, dele, no seu espetáculo diuturno, as imagens que nos consolam: tente outra vez.

Houve um retrocesso claro. Quando se começou a falar na questão do aquecimento global, o Brasil tinha uma equipe muito boa no Ministério da Ciência e Tecnologia. Essa equipe teve um papel importante na formulação do Protocolo de Kyoto e na criação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Nós fomos, talvez, o país que mais trabalhou por uma ajuda nesse campo. O que aconteceu? Ficou lá apenas um rapaz, com os documentos deles, segurando. E eles não honram todos os acordos que tinham sido realizados. Um deles eu até presenciei, em Johannesburgo, para a construção de 100 mil carros a álcool pela Volkswagen. Os alemães assinaram um convênio, a Volkswagen do Brasil foi lá para assistir à assinatura, e não produziram. Como era um compromisso do governo anterior, brecaram. O ministro de Ciência e Tecnologia da época, Roberto Amaral, disse que o Protocolo de Kyoto era de interesse dos países ricos, que não era de nosso interesse. Nós recuamos muito. Do ponto de vista das regras internas de realização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, o Chile está muito à frente. No Brasil, há poucos projetos funcionando. Temos uma preparação muito boa da sociedade, em Belo Horizonte, em São Paulo, convênios, empresários, todo mundo pronto para entrar na era do Protocolo de Kyoto, e, no entanto, o Governo deu um freio nisso. Agora vi a (Ministra das Minas e Energia) Dilma Rousseff falando na Alemanha sobre aquecimento global, dizendo que nós estamos fazendo a lição de casa, que não temos que fazer mais nada. Ela só ficou se defendendo. Ao passo que o Brasil, na Conferência de Johannesburgo (“Rio + 10”, realizada em 2002), apresentou uma proposta para a humanidade. Não é aquele negócio de “fiz o meu dever de casa e não me aborrecam”. Em Johannesburgo, mostramos que, até 2010, devemos produzir 10% da energia do planeta com fontes renováveis. Uma linda proposta.

# TRISTE ELEIÇÃO NA CÂMARA

9/2/2005

Blog do Gabeira

As eleições para a mesa da Câmara são uma tristeza. Por baixo da agitação, dos conflitos de egos, das carreiras pessoais, ela pode ser lida também sob uma ótica essencial: ajuda ou enfraquece a democracia?

Creio que a segunda hipótese é verdadeira. Quase toda a campanha foi conduzida em torno de temas corporativos, como aumento de salário, verbas de gabinete e até construção de novos banheiros.

Questões fundamentais, como autonomia do parlamento, reformas vitais para o Brasil ou mesmo a redução do recesso parlamentar, equivalendo nossas férias às dos trabalhadores legais no país, nem foram levantadas, ou ficaram em segundo plano.

Se considerarmos a cobertura da imprensa, veremos que as eleições contribuíram para separar mais ainda o Congresso do povo, criando a sensação de que os deputados são uma casta interessada no seu próprio conforto e alheia aos grandes problemas do País.

O pior é que muitos consideram esta imagem como resultado da má vontade da imprensa. Conclusão errônea, que será complementada por outra mais errônea ainda: a necessidade de construção de um sistema próprio da imprensa, jornais, rádio, todos pagos com dinheiro de impostos, para que os deputados tenham contato direto com a população.

O ideal seria o Congresso Brasileiro perceber que seu distanciamento do povo pode enfraquecer a democracia. E iniciar uma arrancada para reconquistar a confiança. Quantos pensam assim? Com quem contar para uma virada?

É preciso constituir um grupo preocupado estrategicamente com a democracia. E tentar, de alguma maneira, reduzir o impacto negativo desse comportamento, que pode levar até ao desejo de fechamento do Congresso.

Devo votar com o candidato indicado pelo partido majoritário. Lula e o PT são maioria, tiveram muitos votos, e, segundo as pesquisas, continuam merecendo a confiança de grande parte dos seus eleitores. Votar no candidato do Governo não significa que concordo com todas as suas teses, ou que vou votar com eles em outro momento. Apenas reconheço a legitimidade do acordo que confere o privilégio ao partido majoritário.

Não há dúvida que o PT contribuiu para que o Congresso chegasse a este ponto. De um lado, seu deslumbramento com a chegada ao governo, as melhorias materiais que isto significou para muitos. De outro, seu esforço constante de criar maiorias, desprezando o debate e fortalecendo o fisiologismo.

Se os dirigentes do PT acham que a destruição moral do Parlamento pode ajudá-los, estão enganados. Com a derrocada da confiança na democracia, todos estaremos perdidos.

Por enquanto, temos de conviver com este ridículo de uma Câmara cheia de cartazes, suja, como os políticos sujam as ruas na época das eleições. Se num universo de quinhentos eleitores, ainda precisam sujar tudo para que seu retrato seja visto, imaginem o que não farão nas praças públicas.

Votarei no candidato do Governo, mas não deixarei de protestar pelo horror que foi este processo.

Foi uma tsunami, quando o dia raiava em Brasília.

Trezentos deputados resolveram eleger Severino Cavalcanti Presidente da Câmara. Como se pode ver no artigo anterior, votei no candidato do governo, Luis Eduardo Greenhalg.

Quando o dia estava amanhecendo e nos preparávamos para o segundo turno, a vitória de Severino Cavalcanti era clara. Todas as frustrações com o Governo foram canalizadas para sua candidatura.

Se alguém questionava sua competência, os defensores da rebelião diziam: se Lula chegou lá, por que não Severino aqui?

Não adiantava comparar o discurso de Lula com o de Severino, nem mostrar que esta rebeldia específica contra o Governo iria significar um enfraquecimento estratégico da democracia, com a desmoralização do Congresso.

Severino Cavalcanti estava sentado com sua família, quando passei para tomar um chá. Reclamou que não o apoiei, apesar de ter sido também atingido pelo Governo.

Aí é que está o centro do problema. Talvez tenha razões pessoais para combater o Governo. Mas nunca deixei que cegassem minha capacidade de análise política. Nem no sentido de adotar uma causa em que não acredito, só para combater, nem no sentido de negar apoio, quando se trata de interesse público.

A oposição, PFL e PSDB, que mantinha o discurso em um nível diferente do PT, acabou usando o argumento da equiparação. Se o PT nos atrapalhava sem levar em conta as conseqüências, por que não fazer o mesmo com eles?

O resultado está aí. Derrota do Governo, perda de prestígio do Congresso, enfraquecimento da democracia representativa.

Você pode perguntar: como não foi possível evitar esta imolação coletiva? A resposta é que certas tendências à autodestruição são muito fortes. Leio, na coluna de Bernardo Carvalho, a resenha de um livro chamado Colapso (Jared Diamond). Ele conta como desapareceram os Maias, por exemplo, os indígenas da Ilha de Páscoa, enfim, vários processos de auto-extinção.

Talvez esteja dramatizando, na ressaca desse longo dia. Mas, observando governo e oposição, concluo que a marcha da insensatez, às vezes, é incontrolável.

O ex-ministro Delfim Neto, ao sair do plenário, antes da votação, sintetizava isto de forma mais simplória: toda vez que o Congresso vara a noite discutindo, acaba fazendo bobagem.

Agora que a oposição, que elegeu uma proposta conservadora e corporativa, decidiu imitar o PT, nada mais nos salvará. Estão todos prisioneiros da mesma lógica de destruição mútua, que, no fundo, é a da autodestruição.

Muitas vezes voltarei a esse tema. Quando o PT venceu o Governo passado, todos acreditávamos em mudança. O Governo decidiu imitar seus adversários quando estavam no poder. Agora, os adversários resolvem imitar o PT na oposição.

Com estratégias tão brilhantes, não tenho dúvida de que naveguei várias horas num Titanic, sem o luxo e o charme do transatlântico que afundou, mas rumando celeremente para se chocar com o iceberg. No caso, Severino Cavalcanti. Mas, se ele não existisse, tenho certeza que inventariam outro.

Já passaram mais de 24 horas. Tempo de raciocinar mais friamente sobre a vitória de Severino Cavalcanti na Câmara. O editorial do Globo afirma que ele tem características condenáveis e impopulares. Não sei se impopulares, pois uma parte real do povo acha razoável que, uma vez instaladas no poder, as pessoas busquem o melhor para si próprio e para a família.

Logo, a popularidade de Severino no baixo clero não é acidental. Nem a própria sobrevivência do baixo-clero, subestimado pela imprensa, mas que aos poucos vai se revelando como uma força real.

Há uma certa similaridade com a situação de Bush nos EUA. Guardadas as proporções, sua vitória é a derrota dos intelectuais, da imprensa, de setores da classe média, que constroem um universo de valores e se esquecem, como eu, muitas vezes, como é diferente o mundo real.

Um exercício, considerado como um primeiro passo para entender, foi a discussão com os líderes oposicionistas que, no final, apoiaram Severino. Eles, no fundo, podiam até concordar com as reservas sobre o candidato. Nenhum deles partilha dos preconceitos de Severino sobre as mulheres, os homossexuais, pesquisas com célula-tronco.

Todos procuram, de certa forma, minimizar esses traços, assim como a repercussão negativa na opinião pública da voracidade salarial do novo presidente. A oposição sentiu a possibilidade de derrotar o Governo e considerou isto muito mais importante do que o instrumento.

O antigo governo, na oposição, ficou idêntico ao PT. Este, por sua vez, no poder, ficou, nos aspectos essenciais, idêntico à oposição.

É o momento para raciocinar sobre a singular solidão dos que rejeitam a tese de que os fins justificam os meios. Quando ouço o rosário de queixas da oposição contra um governo arrogante, identifico-me com ela. Quando ouço o lamento do PT pela quebra do princípio de proporcionalidade (a maior bancada dirige a mesa), identifico-me também com ele.

Vivo num permanente sanduíche ético, porque analiso caso a caso. Já as forças políticas e os líderes com quem convivo estão voltados para o poder. Quando sentem que o poder está em jogo, que podem se aproximar dele, não hesitam em assumir posições contraditórias.

O caso mais interessante para a análise é perceber como os argumentos, que sempre usamos para eleger Lula, foram adaptados para justificar Severino. Quando se questionava sua capacidade para o cargo, diziam seus defensores: isto é preconceito.

Diziam claramente que aprenderam isto com a esquerda. Uma boa forma de blindar um despreparo é culpabilizar os críticos. Essa resposta moral a uma crítica política teve êxito no passado, agora é usada no presente.

Lula e Severino não são a mesma coisa. Mas a oposição habilmente os aproximou. E, de fato, temos agora uma aproximação radical, porque os três nomes que representam a hierarquia do poder, Lula, José de Alencar e Severino são, volta e meia, acusados de despreparo.

Talvez toda essa discussão seja apenas uma grande aparência. Despojada das grandes causas, caudatária dos interesses do capital financeiro, a Política se tornou secundária. Já não se esperam grandes decisões, mas sim uma certa disciplina em aplicar um dever de casa. Nesse processo, as qualidades que faziam um bom político no século passado, tornam-se supérfluas.

A luta pelo poder continua a mesma, mas sem o alibi das grandes idéias. Deserdada pelos que querem transformar o mundo, a Política passou a ser o paraíso do homem comum, entendendo-se aqui, como homem comum, não aquele que sobrevive com dignidade num áspero cotidiano, mas o que despreza as

qualidades do autodesenvolvimento.

De uma certa forma, há uma verdade no dito popular de que os políticos são farinha de um mesmo saco, ou serpentes forçadas a comer o próprio veneno. Resta desenhar um bom mapa para percorrer cotidianamente esse território desolado e perigoso.

# BLUES DA PIEDADE EM VERSÃO GUARANI-CAIUÁ

26/3/2005

Folha de São Paulo

Se cantassem o “Blues da Piedade”, os guaranis deixariam de fora os que cometem apenas pecadilhos. Como dizer que cocar de índio rende anos de má sorte para político que o usa. De fora, ficariam também os editores que consideram índio assunto chato e, às vezes, revestem o extermínio de uma suave camada de silêncio.

Nem os bandeirantes, que mataram mais de meio milhão de guaranis, devem compor esse blues. Piedade se pede, Senhor, para essa gente do Governo, que viu o índice de mortos subir de 99 para 143 por mil recém-nascidos e resolveu sentar em cima da notícia, sem perceber que sentavam em cima de uma baioneta que iria, fatalmente, furar suas bundas.

Piedade, Senhor, para a Funasa, que ameaçou funcionários de demissão, que fabricou os indefectíveis abaixo-assinados de apoio ao chefe. E, se sobrar piedade, não esqueçamos do Prefeito de Dourados, que tinha medo da repercussão da notícia entre os investidores de fora; do Ministro da Saúde, que considerou um aumento de mais de 30% uma normalidade estatística.

Mas a bondade divina deve se concentrar naqueles que disseram que a culpa era dos índios, que sua cultura obriga a alimentar as crianças por último, como se não fossem, sequer, uma espécie preocupada com sua continuidade.

Uma prece anônima, por aqui, pede piedade também para os que fazem seminários quando surgem as mortes; para os que criam comissões para constatar “in loco”; para os que dizem que estão providenciando; para esses fanáticos pelo gerúndio.

Reuniões, cafezinhos, palavras mágicas como estruturante, seres animados como propostas que dialogam, conferências, reuniões e os guaranis continuam morrendo.

Uma grande dose de piedade, é claro, para quem cercou 11 mil pessoas em um espaço de 3,5 mil hectares, ignorando os laços da cultura com a terra, um lugar onde a pessoa pode viver como ela mesma.

É preciso piedade, não só para os que cercaram, mas para os que mandam mensagens sinistras, pelo sangue e pela boca. Piedade para os plantadores de soja que borrifam suas lavouras com veneno e deixam que o vento traga para a aldeia um ar pestilento, um peido tóxico.

Piedade para os que trouxeram o vírus da Aids e para os que jamais conseguiram colocar de pé um projeto para preservar e cuidar dos que se contaminaram. E piedade para os vendedores de cachaça, que vendem um quase álcool, esmagando a aguardente tradicional, a chicha, feita da fermentação de batata, milho e mandioca.

Piedade para os brancos da Funai, que designaram um Capitão, ignorando as 44 lideranças familiares; para os capitães que ajudaram a acabar com os rezadores, queimando suas tendas. Sobretudo, piedade para os brancos que constroem capelas, hospitais e os obrigam a considerar as doenças apenas do ponto de vista médico.

E, se sobrar piedade, Senhor, que a dirija mais ao Sul, para a Justiça branca em Antônio João, na fronteira com o Paraguai. Os ancestrais guaranis têm 40 mil hectares, mas só podem usufruir deles se o Presidente assinar a homologação de suas terras. Os juizes querem expulsá-los dos últimos 26 hectares, onde resistem, à espera de uma simples assinatura de quem muito prometeu e desapontou os índios.

Piedade para os pecados mais sutis, como o do homem comum que vê o maior grupo indígena do Brasil como um bando de vagabundos. Ele não sabe, Senhor, que eles trabalham nas usinas de cana, são explorados no acerto de contas com o armazém do dono. Ignora que os aposentados têm seus cartões retidos pelas mercearias e que só vêem parte de sua renda.

Crianças com paralisia cerebral, sem tratamento adequado. Lábios leporinos esperando correção. Meninos sem pálpebras, tuberculose, ainda que decaída.

Trezentos subnutridos na aldeia, Senhor, e apenas um nutricionista correndo como louco. Equipes de saúde incompletas, cestas básicas seletivas.

E é preciso piedade, Senhor, porque toda essa gente quer água e seus rios secaram, sob o bombardeio de lavouras predatórias. Piedade para os brancos que não conseguiram R\$ 2 milhões para resolver o problema. Dois milhões tomamos nós, os deputados, em café e água mineral, enquanto discutimos os destinos do País.

Quem pede piedade são os suicidas guaranis, cansados do longo combate, enforcados nos galhos das árvores que sobrevivem. São os desesperados que se alçam ao céu pedindo pelos que ficaram, pois a terra, que era o lugar de ser como se é, se tornou a terra do mal, a moagem de sua cultura, o extermínio de sua gente.

É preciso muita piedade, Senhor, pois, em seu nome, falam 25 religiões por aqui, numa gincana pelas almas nativas. E como nada acontece, talvez seja melhor, Senhor, com o que pouco restou de tanta prece, ter um pouco de autopiedade.

O Congresso brasileiro vive um momento difícil. A expressão momentânea dessa dificuldade foi a eleição de Severino Cavalcanti para a presidência da Câmara. Mas ela significa apenas o resultado de um processo de degradação, sob certos aspectos, estimulados pelo Governo.

Basta dizer que o elo entre o Governo e a Câmara, nos primeiros meses, foi Waldomiro Diniz, flagrado tentando obter dinheiro do banqueiro de bicho Carlinhos Cachoeira.

Nos dias que antecederam à eleição de Severino, escrevi vários artigos denunciando o processo. Houve um desperdício de dinheiro, uma sujeira desnecessária na Câmara, exatamente como os políticos fazem nas campanhas de rua.

Há políticos que gastam milhões em campanha. Ninguém se pergunta como é possível, o que esperam de volta depois de injetarem tanto dinheiro nas eleições. Poucos acompanham a trajetória dos seus eleitos, para saber se estão cumprindo suas promessas ou, pelo menos, conhecer o que estão fazendo por lá.

Quando triunfam os fisiologistas (com apoio da oposição), as pessoas se dão conta da gravidade do processo. Tentaram aumentar salários, não conseguiram. Aumentaram a verba de gabinete, o que significa aumento do mesmo jeito. E outras coisas vão tentar fazer, pois sua única intenção é melhorar de vida.

Aí está o grande problema. Muitos que se dedicam à política querem enriquecer. Não compreendem que são funcionários públicos e o máximo que podem aspirar é ter uma vida digna. Quem quiser enriquecer deve procurar a iniciativa privada, onde isto é possível, pelo menos para alguns.

O movimento que afirma hoje o luto pela farra no Congresso é positivo. Significa um despertar. Mas não pode ser apenas um espasmo.

Se o aumento for cancelado, não tenham a ilusão de que tudo voltou ao normal.

A democracia brasileira só tem futuro se for participativa. É preciso acompanhar o trabalho do parlamento, criticar os eleitos, oferecer sugestões e se preparar para tomar decisões por eles.

Isto quer dizer aumento de referendos e plebiscitos. Com o recurso técnico disponível hoje, é possível consultar a população sobre questões sérias e obter um quadro de suas preferências. Decisões desse tipo aumentariam a democracia direta e, de certa forma, obrigariam os parlamentares a abrir mão de um poder que deve pertencer ao povo.

Tanto a fiscalização do Congresso como o aumento da democracia direta são fatores que podem melhorar o Brasil. Esperamos que o movimento de protesto lançado na rede não se esgote nesse episódio. Há um longo caminho pela frente. Uma encruzilhada importante nesse caminho são as eleições do ano que vem. Chegou a hora de escolher melhor seu deputado/a.

A decisão de Lula, concedendo asilo diplomático e territorial ao ex-presidente do Equador, é uma decisão correta. Eleva o Brasil à categoria dos países que se abrem para o exílio político, contribuindo, desta forma, para atenuar os conflitos e dar tempo aos povos para que restaurem sua democracia.

Dar asilo a Gutierrez não significa concordar ou mesmo dar apoio às suas idéias. Mas significa que não concordamos imediatamente com as acusações de que é um criminoso comum, como querem os opositores de seu governo.

O governo da Suécia, na época social-democrata, jamais concordou com nossas idéias, assim como outros que se abriram para asilar os brasileiros. Mas, também, não concordava com a tese de que éramos bandidos e terroristas. Achava que, com esta decisão humanitária, estava investindo na democracia brasileira.

Mesmo aqueles que, de uma forma ou outra, apoiaram a ditadura militar, concordam que foi uma decisão acertada daqueles governos. Voltamos ao país e nos somamos aos esforços para construir uma democracia sustentável no Brasil.

A crise no Equador já se desenrolava há alguns dias. Cheguei a buscar contato com o embaixador do Brasil em Quito e tencionava criar uma comissão para visitar o país, sem, necessariamente, gastar dinheiro da Câmara.

Sem deixar de lado as críticas ao governo Lula, neste particular, ele acertou e merece que cerremos fileiras em torno de sua decisão. É a imagem do País como terra de asilo que está em jogo.

A França recebeu Baby Doc, o filho de François Duvalier, ditador haitiano, e nem por isso seu prestígio caiu. Os Estados Unidos abrigam haitianos acusados da morte de seis mil pessoas.

Gutierrez falhou em não cumprir suas promessas de campanha. Enganou o povo equatoriano. Isso pode ser caso de queda, mas não, necessariamente, de prisão ou qualquer tipo de humilhação.

No momento em que escrevo essas linhas, estou entrando em contato com o Itamarati, oferecendo o que iria oferecer no principio da semana: ir a Quito para dialogar com os parlamentares equatorianos, estreitar as relações Brasil e Equador, respeitada nossa condição de terra de asilo.

Estamos vivendo momentos estranhos no Brasil. Cada vez que Lula e Severino fazem um discurso, gastam-se rios de tinta para criticá-los. De uma certa maneira, sempre dizem bobagens.

Às vezes, pergunto a mim mesmo se esse debate em torno das falas de Lula e Severino merece mesmo tanta atenção. Cheguei até pedir um “habeas lingua” para eles. Falariam o que quisessem e nos importariamos apenas com o que, de fato, fazem e têm influência na realidade.

Acontece que o discurso dos dois acaba influenciando a realidade. Severino, outro dia, queria proibir que homem beijasse homem na tevê. Homem matar homem, roubar homem, isso pode. Não pode beijar. Ele não percebe a dimensão da liberdade estética e fica querendo transformar o conteúdo novelesco numa mensagem católica.

No caso de Lula, parece que não tem a mínima idéia de como é chato trocar de conta em banco. Passei dias tentando fechar uma

conta. Aliás, nem cheguei a usá-la. O banco insistiu em abri-la e, depois de algum tempo, percebi que, mesmo sem usá-la, já estava devendo dinheiro.

Sua decisão de investir injustamente contra a classe média me parece, eleitoralmente, suicida. Logo, devemos admitir que ele não calculou bem o alcance de suas palavras. Cercado de puxa-sacos, temerosos de perderem seus carguinhos, Lula jamais será criticado adequadamente. Mesmo os textos da imprensa devem chegar a ele depois de uma cuidadosa seleção.

Se Lula tomou conhecimento real da repercussão de suas palavras, deve estar deprimido. Nesses momentos, ele costuma dizer que o brasileiro tem de levantar a cabeça, que ninguém pode com o brasileiro, e todo esse papo. No fundo, está querendo é recuperar a auto-estima, porque ninguém fica tranqüilo depois de dizer besteiras universalmente criticadas.

Caso alguns defensores da fala de Lula pelo menos argumentassem... No fundo, o Presidente pede uma reação a uma política de juro que decorre de sua própria política econômica. No fundo, ele pede que se combata o Governo que ele mesmo dirige.

Daí minha intuição de que a esquerda no governo vai fazer tudo para voltar à oposição. Ela mesma, inconscientemente, sabota suas possibilidades, porque se vê constantemente na contingência de trair o próprio discurso. Por isso, há tantas lágrimas no Brasil moderno. A Globo estimula um pouco esse chororô. Mas as lágrimas, que vertem dos olhos petistas, são as lágrimas produzidas pela condição de dizer uma coisa e fazer outra, de trair seu próprio discurso.

Muito curiosa essa conjuntura, onde o Governo dirige e faz oposição, às vezes inconsciente, a si mesmo. Realmente, uma análise de fundo marxista poderia explicar muita coisa. Mas, no momento, não devemos dispensar Freud para entender o que se passa.

O adolescente rebelde que ocupou o lugar do pai chora a juventude e a honra perdidas. Lula disse aos dissidentes expulsos que os esperava de volta ao Partido, de braços abertos. Quando tivessem juízo, é claro.

O que o processo vai revelando não é só a capacidade do PT de trair seus supostos ideais. Ele também revela sua incapacidade de governar e a incapacidade de Lula de articular um discurso para sua metamorfose.

Fizemos uma blindagem para obscurecer a evidência de que Lula é despreparado. Nosso argumento era o de que esta evidência era fruto do preconceito do interlocutor. A realidade está mostrando o despreparo de Lula. Não apenas para governar, Até para verbalizar sua delicada condição de trãnsfuga, de porta-

bandeira de um projeto que se revelou, historicamente, uma grande farsa, ele tem dificuldade.

Na ausência de grandes nomes na oposição, com o impacto inegável do apoio da Rede Globo, Lula e o PT parecem esses criminosos que escapam da polícia (no caso, a derrota eleitoral), mas são vencidos pela dor na consciência, que os atos falhos, as lágrimas e as bobagens que dizem vão revelando a dimensão de sua incompetência.

A empresa de aviação lançou uma nova frase: você nasceu para voar. Os funcionários agora desfilam com umas longas capas vermelhas nos corredores abarrotados de malas e passageiros. Temo pelo seu conforto e mobilidade.

Viajo quase sempre no mesmo horário, no mesmo dia da semana. Trago uma pequena câmera fotográfica compacta, na esperança de que aconteça algo e possa trabalhar um pouco como repórter amador. Se nasci para voar, por que esta leve depressão cada vez que subo as escadas e viajo para a capital de meu país?

A leve pressão do peso da câmera no pescoço serve para me acalmar. Lembra-me a imensidão do País, suas histórias e paisagens, que merecem uma vida inteira para testemunhá-las. Lembra-me, também, o equipamento mais pesado, que ficou em casa, pronto para a conversão, isto é, a passagem do mundo da política, no qual se diz como as coisas deveriam ser, para o da reportagem, no qual se tenta explicar como elas, de fato, são.

Se nasci para voar, deveria estar um pouco mais feliz nas alturas. Mas o que vejo daqui de cima? Uma crise varrendo a América Latina - Bolívia, Peru, Nicarágua, Equador, Venezuela, - uma corrente que se aproxima e nos encontra completamente perdidos. Com raríssimas exceções, como a desse jurista de 90 anos, Goffredo da Silva Telles, poucos vêm a tempestade se aproximar. Isso porque o Governo está enamorado de sua imagem, construída nas boas agências de propaganda. Primeiro, foi a fome; agora, é a igualdade racial; no ano que vem, quem sabe, a paz entre os homens.

As duas realidades cotidianas escapam ao seu radar. Narciso não é aquele que acha feio o que não é espelho, é aquele que ignora tudo o que não é sua imagem, que vai jogando para baixo do tapete todas as pequenas imperfeições.

Sinto-me pequeno demais para deter um movimento como esse.

O que adiantaria dizer ao Governo que não admita certo ministro, pois, conhecendo a política brasileira, sei que a imprensa ficará nos seus calcanhares até o último instante? O que adianta recomendar a eles que, por favor, não sangrem inutilmente. Sua lógica é continuar no poder e, por isso, correm todos os riscos.

Se o Governo está à beira do lago, pronto para mergulhar na sua imagem refletida, o Congresso é um verdadeiro esquadrão de camicases, dirigindo seu Airbus para se chocar com a montanha.

Aumentos de verbas, gastos extraordinários, escândalos, parece que seu radar está voltado para a tempestade, enquanto se discutem ambições mesquinhas, rugas municipais, atentos apenas ao ruído de estômagos, ao trabalho de suas glândulas, ao intercâmbio de ácidos e proteínas.

Severino, o presidente, não é uma solução, e sim parte do problema. Tem sido leal comigo, que não votei nele e o disse antes do pleito, mas está em choque com a opinião pública nacional e não tem a mínima idéia das tarefas diplomáticas de um presidente num mundo que exige ação internacional dos parlamentos.

Ele pilota o Airbus dos camicases, cuidando do lanche e dos brindes. Voam alegremente para a Disneylândia dos Baby Docs e não há como detê-los, exceto, talvez, com um pouco de fumaça e fogo, como em Porto Velho, Rondônia.

Todos trabalham com a idéia de que o Brasil suporta tudo. Uns e outros podem protestar, mas as eleições vão se suceder com a regularidade mecânica das estações do ano. Os inconformados, portanto, devem partir.

O cenário será de eleições poderosas, colocando em presença as grandes agências, os grandes truques,

os grandes equipamentos. O Photoshop se encarrega de mostrar as mudanças na sua expressão triunfante.

A tática da esquerda no governo, a mesma da Velha Senhora de Dürrenmatt (“O mundo fez de mim uma puta, farei do mundo um bordel”), acabou ditando os rumos. Uma grande massa de dinheiro estará em jogo, buscando os que querem, de certa forma, trocar seu voto por ela. Um voto por uma boa imagem, um voto por um bom show, um voto por alguns tijolos, por uma bolsa de estudo.

Talvez seja ingenuidade pensar que a política se manteria fora das trocas capitalistas, que envolvem até o amor e o casamento, hoje feito com contratos milionários.

Se os excluídos e os insatisfeitos vierem, gostaria de ficar um pouco, pelo menos até indicar alguns caminhos, entre os escombros desse universo que habitei. Se reduzirem sua insatisfação a algumas piadas de bar, alegorias carnavalescas e o ranger de dentes dos que percebem, mas não podem tudo mudar, bem, nesse caso, será preciso voar mais alto.

De avião, barco, carroça, percorrer o país, não mais essas tardes vazias, curvas mil; documentar, conversar, deixar em milhões de pixels, palavras, fotos prateadas, o testemunho de um magnífico fracasso.

Depois de quase 50 anos de vida pública, isso pode ser visto apenas como uma forma de se aposentar. Como um francês que leva sua asa-delta para as montanhas dos Pancas, no Espírito Santo, e voa até Governador Valadares, em Minas. Este nasceu para voar solitariamente. Quando os atores caminham celeremente para a tragédia, anunciar, contar histórias e documentar, é um vôo solidário, uma suave dimensão da política, sem lições de moral, “jeremiadas”; uma tentativa derradeira de realizar o verso do velho Drummond: “A vida apenas, sem mistificação”.

# AVALIAÇÕES SOBRE A CRISE

1/6/2005

Blog do Gabeira

Se for nesse tipo de babaca que todo mundo se transforma, nessa porra desoladora, então é melhor dar o fora da cidade.

Pensava nesta frase de DBC Pierre, em Vernon God Little, quando peguei minha mala e entrei no elevador, rumo ao aeroporto. O personagem queria deixar o Texas, eu estava deixando Brasília.

Na saída, tive um encontro que varreu a frase de minha cabeça.

Um deputado colocou o braço no meu ombro direito e disse que estava muito triste. Escolhido para um importante cargo, teria de retirar sua assinatura na CPI. O braço pesava no ombro, mas, de certa forma, me ajudava a equilibrar o corpo - a mala pendendo para o lado esquerdo. Ele queria um olhar de compreensão, e creio que era isto que via em mim, perplexo no meio do corredor.

Não conseguia encarar o mundo como o adolescente rebelde de DBC Pierre. Pensava em Shakespeare, no núcleo de sonhos, medo e fragilidade que sobrevive no ser humano.

Tentamos criar um homem novo, a golpes de paredão, estigma e prisões. Acabamos com as mãos ensangüentadas, a natureza humana nos contemplando do fundo de sua resistência. Era preciso buscar a luz no fim do túnel, ainda que não tenha o brilho magnífico das grandes utopias. Uma tênue luz que levasse em conta os seres humanos, tais como são.

Durante toda a tarde, governo e oposição quase me deixaram maluco. O governo acusava a oposição de abafar CPIs no passado. Verdade. A oposição acusava o governo de defender CPIs no passado. Verdade. Ambos se esqueciam que houve uma eleição no meio do caminho e 53 milhões votaram por mudanças. Nada tinham a dizer para os que desejam mudanças. Sua única mensagem: ocupamos lugares simetricamente opostos, um dia você é acusado, outro dia, eu.

O quadro que projetam é desolador: durante toda a vida teremos de conviver com um abafando e o outro pedindo CPI. Seria mais fácil criar um quadro que levasse em conta a corrupção. Acabando com a ocupação partidária das empresas estatais, por exemplo.

São Paulo nos mata. Os dois grandes partidos de centro-esquerda não conseguem encontrar um projeto nacional comum, porque estão envoltos em seu confronto regional. São obrigados a buscar alianças com o que há de pior na política. Condenados, como alguns admitem, a serem a vanguarda do atraso.

A tênue luz no fim do túnel consiste em construir uma base legal para que impossibilite alianças fisiológicas. Se conseguíssemos levá-los a aprovar um conjunto de leis que reduzam a margem de manobra fisiológica, para governar com uma burocracia altamente profissional, seriam forçados a se descobrirem, um ao outro. A possibilidade de implosão do sistema partidário, a necessidade de uma aliança com fronteiras éticas, a própria indignação popular, são fatores que trabalham em favor de uma união nacional.

É preciso audácia, reconhecimento, para ver luz, ainda que tênue, nessa formulação. Estamos num ano pré-eleitoral e eles se preparam para uma separação mais radical. Disputarão um lugar no pódio, ao lado de seus fisiológicos aliados. Com o resultado, ficaríamos sabendo quem, nos próximos anos, vai abafar e quem vai pedir CPIs.

Precisamos de uma pedra no meio do caminho, um jato de areia nessa engrenagem. Não adianta repetir que é feio roubar; muito menos pedir que se juntem. Não temos o recurso de criar o novo homem, pois este é apenas mais um na constelação de estrelas mortas do século XX.

Imaginar que a luz dependa de tanto trabalho, esteja tão próxima do fracasso e renda tão pouco, em caso de êxito, revela apenas como ela é tênue, ou, em outras palavras, como é fundo o buraco em que nos

metemos.

O declínio da corrupção liberaria recursos para os projetos necessários ao País, a idéia de uma aliança nacional reduziria os custos de uma eleição. Apoiada numa burocracia impessoal, a nova fronteira ética na política prepararia o Brasil para outros tempos, onde a disputa pelo poder, por dois partidos próximos, causaria menos estragos e criaria menos CPIs.

Como na canção, sei que, assim procedendo, me exponho ao desprezo dos dois contendores. O que parece maluco, no princípio de uma crise de legitimidade, pode se tornar verossímil com a evolução dos fatos.

De qualquer forma, naquela noite, deixei Brasília, pela primeira vez, olhando um pouco adiante da crise. Estar perdido dentro dela, com uma idéia e um roteiro, é mais leve do que seguir aos sobressaltos, com aqueles caras expondo cartazes e se acusando mutuamente. A imensa platéia que esperava o espetáculo da mudança precisa bater algumas palmas nervosas. Caso contrário, dificilmente começará.

A História, mesmo a do Brasil, é um psicodrama impiedoso que envelhece os atores com rapidez, caso insistam nos seus brinquedos. Fazer políticas não é furar poços de petróleo, mas escavar na aridez das relações sociais, na estreiteza de um orçamento, enfim, fazer o bem, por mais que isso pareça risível numa assembléia de raposas, agarradas ao poder, devorando as magras galinhas públicas.

Acabamos de entrar no túnel. Vamos ver como estaremos quando chegarmos à outra extremidade. Não é um túnel do tipo “ninguém sai vivo daqui”. Mas os estragos serão visíveis, cicatrizes nas biografias, desencanto dos eleitores. O consolo antecipado é pensar que a História não coloca problemas insolúveis. Pelo menos, teremos algumas chances.

Quando Lula e Roberto Jefferson jantaram juntos, escrevi um relato descrevendo o que via nas fotos. Falei de quase tudo o que as fotos mostravam, a arara de cabeça baixa, as bolsas das mulheres deixadas no sofá.

Lembro-me de que Lula parecia não estar totalmente ali. Havia alguma coisa em sua pose, uma certa recusa, uma dúvida na expressão corporal. Os fatos posteriores arrastaram as hesitações e ele se mostrou solidário com Jefferson quando aconteceu o escândalo.

Se fosse escolher um bom cenário, para contar em teatro a história desse sobressalto brasileiro, apontaria o apartamento de Jefferson. Ali houve o encontro em que Lula já flutuava na sua ambigüidade. De um lado, o corpo arredio; de outro, aquela frase. “Assino um cheque em branco e o entrego nas mãos de Jefferson”.

Isso é muito comum no Lula. Em todos nós, para dizer a verdade. Quando algo hesita no fundo, compensamos com uma frase categórica, que esmague verbalmente a dúvida e nos permita a ilusão de liquidar o dilema.

O sentido do jantar era mostrar o quanto Lula confiava em Jefferson, como estavam próximos. Ali, no mesmo lugar, o apartamento de Jefferson, aconteceria o desfecho, poucas semanas depois. Dois ministros imploravam, segundo as versões não desmentidas, a Jefferson que não envolvesse o Governo nos inúmeros depoimentos que teria pela frente.

Nesse ponto, a falha do autor. Descrevi o jantar inicial, mencionei a arara, as bolsas, a hesitação corporal de Lula, as aulas de canto de Jefferson, sua interpretação de “Eu Sei que Vou te Amar”. Foi como se o jantar se fizesse por si próprio e voasse para a mesa, como um pássaro do cerrado. Esqueci-me da empregada da casa de Roberto Jefferson.

No segundo ato, ela tem um papel decisivo. Abriu a porta para os dois ministros, que haviam tentado visitar Jefferson duas vezes em vão. Por que abriu, se o patrão queria se isolar? Os historiadores do futuro vão desvendar esse detalhe ou, talvez, deixar que mergulhe no limbo como tantos outros.

Aqui em Brasília, todos se apresentam na portaria. Há duas vozes que ouvimos com freqüência: a dos vendedores de água mineral e os de gás. Pode ser que ela tenha se enganado com isso. Talvez, ao ouvir a campainha, tenha usado o olho mágico, que, na verdade, aumenta o ângulo de visão, transformando levemente o rosto.

Com uma visão limitada das faces, pode ter pensado que um ministro fosse o vendedor de gás, e o outro, mais encorpado, de óculos e com o rosto redondo, fosse o próprio dono do caminhão. Só viriam juntos se houvesse alguma conta atrasada, algo que comprometesse sua administração doméstica. Deve ter aberto a porta simplesmente para que tudo ficasse esclarecido.

As pessoas pensam assim, mas nem sempre os governos o fazem. É, entretanto, incorreto concluir que os governos são menos inteligentes do que pessoas isoladas. O diabo com eles é que costumam se meter em situações tão estreitas, no sentido de perderem a margem de manobra, que são condenados a cometer um erro atrás do outro.

Essa idéia não é minha. A primeira vez que tive contato com ela foi nos livros de Isaac Deutscher sobre Trótsky. Ele falava das situações históricas, nas quais a margem de manobra se estreitava e os dirigentes de um governo, ou mesmo de uma classe social, mergulhavam numa inevitável seqüência de erros.

Lula talvez não imaginasse as conseqüências do jantar. Jefferson cantava um amor por toda a vida. “Em cada ausência tua, eu vou chorar / mas cada volta tua há de apagar / a dor que a tua ausência me causou”.

A lua de Brasília e talvez um conhaque os fizeram sentimentais.

Hoje vivemos um clima do tipo “Eu Sei o que Vocês Fizeram no Verão Passado”. De um lado, acusações; de outro, tentativas de desfazer as pegadas, dissolver pistas. Para ser franco, entramos num túnel de onde sairemos vivos, mas alguns com cicatrizes em suas biografias.

A esperança dos que hoje se comportam como tropa de choque, que se recusam, ao contrário da empregada de Jefferson, a abrir a porta, é a de que o problema seja limitado aos políticos que, entregues a si próprios, sempre encontram os caminhos da conciliação.

Eles acham também que a popularidade do Lula é inesgotável e que, bem trabalhada pelos marqueteiros, pode suplantar todos esses problemas, do Waldomiro ao Jefferson, passando pela incompetência específica em governar.

Essa certeza de que tudo se vence com dinheiro, essa confiança cega em neutralizar a televisão, ampliar a clientela social e simplesmente ignorar as milhares de consciências que assistem a tudo, é um dado novo. Os amigos não estão perdidos; simplesmente passaram a acreditar que o bandido vence no final.

Enfrentamos cadeia, tortura e exílio e, de certa forma, sobrevivemos, moralmente inteiros. A experiência do poder quebrou mais nossa vontade do que todos os paus-de-arara; os holofotes e o cordão de puxa-sacos nos confundiram mais do que choques elétricos. Amigos, que enfrentaram horas de tortura para salvar os outros, hoje, se dedicam a produzir notinhas, uns contra os outros.

Tudo o que é sólido se desmancha no ar. Há dissoluções mais bonitas, passagens mais perfumadas. Esse episódio, mascarado de ascensão de um trabalhador ao governo, é uma crueldade histórica. Levarei muitos anos para justificar a mim mesmo como foi possível acreditar nisso, já no fim do século 20, quando experiência e prática nos incitavam a duvidar. Ignorantes da tragédia histórica, fomos condenados à farsa.

Veja\_O senhor escreveu, em artigo recente, que a chegada de Lula à Presidência foi uma crueldade histórica. O que isso significa?

Fernando Gabeira\_Quando Lula foi candidato pela primeira vez, o Muro de Berlim havia caído e a etapa mundial que nós vivíamos já era a etapa do fracasso completo do socialismo. O que eu quis dizer foi que a eleição de Lula representou, simbolicamente e pela via eleitoral, a chegada de um operário ao poder, mas em um momento em que isso já não significava muito mais. Era um sonho retardatário. Nós chegamos a ele atrasados, em relação à situação mundial. Na verdade, se tivéssemos tido um pouco mais de percepção, veríamos que, em vez do roteiro de Marx - da chegada do operário ao poder -, nós estávamos assistindo à chegada da classe operária ao paraíso. Porque o que aconteceu foi isso: Lula, ao chegar ao poder, ficou deslumbrado com ele.

Sempre que os fatos ganham velocidade, costumo comprar um bloco de notas. Anoto frases, idéias, intuições e deixo que se decantem com o tempo. Volto a elas, depois, para rejeitá-las ou desenvolvê-las. A primeira frase que me veio à cabeça foi a da vendedora de flores que encerra um filme.

O pequeno bloco também tem idéias. Por exemplo: comparar a ditadura com o governo Lula. Uma neutralizou o Congresso pelo medo; o outro, pelo pagamento de mesada. Ditadura e governo Lula compartilham o mesmo desprezo pela democracia, ambos violentaram a democracia reduzindo o Parlamento a uma ruína moral.

Os militares prepararam sua saída de forma organizada. Nem muito devagar, para não parecer provocação, nem muito rápido, para não parecer que estavam com medo. Já o núcleo duro do governo Lula parece perdido, batendo cabeça, ou melhor, enfiando-a na areia, sem perceber que a polícia está chegando e, daqui a pouco, alguém vai gritar na porta do Planalto: “Se entrega, Corisco”.

Quando era menino e vivia em Juiz de Fora, fazíamos rodas de capoeira, bastante rudimentares, confesso. Mas cantávamos: “A polícia vem, que vem brava / quem não tem canoa, cai n’água”.

Tudo isso jorra aos borbotões na minha caderneta. Anotei: chamar alguém do “Guinness”, o livro dos recordes, para saber se algum tesoureiro de qualquer partido do mundo se desloca com batedores de motocicleta e carros clones para iludir perseguidores; se algum tesoureiro partidário se desloca com jatos particulares, semanalmente; se algum tesoureiro introduz, no Palácio, associações de empreiteiros que receberam R\$ 1,1 bilhão de dívidas.

Os militares batiam, davam choques e insultavam na sessão de tortura, mas vi muitos dizendo que me respeitavam porque deixei um bom emprego para combatê-los com risco de vida. Eles viam ideais no meu corpo arrasado pelo tiro e pela cadeia.

O PT queria que eu abrisse mão exatamente da minha alma, e me tornasse um deputado obediente, votando tudo o que o Professor Luizinho nos mandava votar. Os militares jamais pediriam isso. Desde o princípio, disseram que eu era irrecuperável e se limitaram à tortura de rotina.

Jamais imaginei que seria grato aos torturadores por não me pedirem a alma. Não sabia que dias tão cinzentos ainda viriam pela frente. Que seria liderado por um homem que achava que Maurício de Nassau era um deputado de Pernambuco. Logo eu, que sou admirador de um deputado pernambucano chamado Joaquim Nabuco.

Foram os anos mais duros de minha vida. No meu caderno, anoto frases e indicações das semelhanças da luta contra a ditadura e da luta contra este governo, desde que comecei a criticá-lo, com a importação de pneus usados. As pessoas têm suas carreiras, seus empregos, sua racionalizações. É preciso respeitá-las, atravessar o deserto sem ressentimentos.

Agora, sobretudo, é preciso respeitar o sofrimento dos vencidos. Outro dia, quando me referi a um núcleo na Casa Civil como um bando de ladrões que atentava contra a democracia, uma jovem deputada do PT estremeceu. Senti que não estava ainda preparada para essas palavras cruas. E fui percebendo pelas anotações que, talvez, esteja aí, para o escritor, o mais rico manancial de toda essa crise. Como estão as pessoas do PT? Como se ajustam a essa nova realidade? Que destino tomaram na vida?

Procuo não confundir, entre os que ainda defendem o Governo, aqueles que são cínicos cúmplices e os outros, que apenas obedeceram a ordens sob a forma da aplicação do centralismo democrático. Alguns defendem porque ainda não conseguiram negociar com sua própria dor. Não podem suportá-la de frente. Mas terão de fazer algum dia, porque, por mais ingênuos que sejam, já perceberam que a mãe está no

telhado.

Vamos ter de encarar juntos essa realidade. A grande experiência eleitoral da esquerda latino-americana, admirada por uma Europa desiludida com Cuba e Nicarágua, a grande novidade que verteu tintas, atraiu sábios, produziu livros e seminários, vai acabar na delegacia como um triste fato policial de roubo do dinheiro público e suborno de parlamentares.

Só os que se arriscarem a ir até o fundo dessa abjeção, compreendê-la em todos os seus detalhes mórbidos, têm chances de submergir para continuar o processo histórico. Por incrível que pareça, o Brasil continua, e a vontade de mudar é mais urgente do que em 2002. Por isso, proponho agora um curto e eficaz trabalho de luto.

Anotação final: começa o espetáculo da CPI, secretárias e suas agendas, ex-mulheres e suas mágoas, arapongas, tesoureiros e seus charutos, Vossa Excelência para cá, Vossa Excelência para lá, sigilos bancários, telefônicos, emocionais. Viu, Duda, que cenas finais melancólicas quando um mercador tenta aplicar à complexidade da política a singeleza do vendedor de sabonetes?

Você sabia que “Dom Casmurro” foi escrito por Machado de Assis? Essa pergunta toma quase toda a primeira página do “Diário Oficial” extra, publicado por Lula. O objetivo da edição era apenas cancelar uma medida provisória e abrir a pauta para que se aprovasse uma CPI chapa-branca, proposta por Sandro Mabel, por José Janene e pela bancada do PT.

O pior é que eu sabia que Machado escreveu “Dom Casmurro”. Se for preciso, posso até depor sobre isso na CPI deles. São coisas da juventude, mas não posso fugir delas. Lembro-me de que o livro começa mais ou menos assim: “Numa noite dessas, vindo da cidade para o Engenho Novo, encontrei um rapaz do bairro que conhecia de vista e pelo chapéu”.

Não tenho provas, mas posso enfrentá-los assim mesmo. Na verdade, enfrentá-los com humor é necessário neste momento. Temos franqueado uma linha, transposto uma tênue fronteira no Congresso. Estamos nos insultando com alguma constância. Isso não é bom. Parece que alguns deles querem arrastar também as instituições ladeira abaixo, mas, entre os acusadores, há excesso também. Os insultos não ajudam as investigações nem fortalecem a defesa.

É preciso reencontrar a linha de fronteira e isso não é fácil quando as paixões e ressentimentos estão muito acesos. A crise possibilita algumas saídas. Uma delas é a de afastar, talvez para sempre, a idéia de que os fins justificam os meios na política. Essa idéia supõe a democracia como uma simples tática, portanto, despreza-a no fundo.

Outra vereda importante diz respeito às empresas estatais. Não há sentido em loteá-las entre partidos políticos. É preciso deixar que floresça uma burocracia competente, impessoal. Isso, no entanto, não é panacéia.

Competentes técnicos foram cooptados pelos políticos. As denúncias sobre o desvio em Furnas indicam que, dos R\$ 3 milhões mensais, quase 20%, R\$ 500 mil, ficavam com diretores da Empresa.

Infelizmente, minha percepção é a de que os desvios anunciados até agora são apenas a ponta do iceberg. Não é leviano afirmar que existem investigações em várias áreas - grande parte das quais ainda não emergiu. Há trabalho voltado para problemas na PETROBRAS, há dois fundos de pensão em crise de acerto de contas, há uma investigação sobre a verba especial do gabinete da Presidência e até esse AeroLula costuma ser citado nas conversas de bastidores.

Tudo isso depende de confirmação e é a parte mais leve do processo. Existe uma mais pesada, que diz respeito aos assassinatos dos ex-prefeitos Celso Daniel, de Santo André, e Toninho da Costa Santos, de Campinas, ambos do PT. São cadáveres no armário: impossível não exumá-los, ainda que seja para comprovar a inocência dos envolvidos.

Numa situação dessas, as explosões emocionais podem nos confortar momentaneamente, mas não ajudam no delicado processo de achar saídas para a crise, reconstituir o tecido da política, reconstituir o tecido do campo da esquerda democrática e, finalmente, reconstituir uma aliança que possa governar, decentemente, o Brasil.

O mais difícil de tudo será reconstruir um campo de esquerda. A bancada de deputados do PT se jogou de corpo e alma na luta por uma CPI chapa-branca, tornando-se cúmplice objetiva do assalto à máquina do Estado brasileiro. A própria idéia do socialismo chega a me assustar, como assusta a Václav Havel, o ex-presidente tcheco.

Ele aceita a idéia de solidariedade, de luta pela justiça social, enfim, de todos os conteúdos da expressão Socialismo, mas prefere defendê-los sem o guarda-chuva desse nome, dado ao desgaste que

sofreu no processo histórico de seu país.

Caminhamos para uma situação semelhante no Brasil, agora que nos desvencilhamos do passado ou, pelo menos, de uma de suas patologias políticas (os fins justificam os meios) e teremos de buscar novos caminhos.

Aqueles que acham que a corrupção de esquerda precisa de um tratamento mais sensível, quase sempre são aqueles que pedem tolerância para Fidel Castro e sua repressão de esquerda. Estão enterrados no meu coração com o século XX.

Edgar Morin escreveu um pequeno livro intitulado “Para Sair do Século 20”. O tema era também a interdisciplinaridade e outras observações, que não cabem aqui. Mas o Brasil está em via de sair do século XX. O que terá feito quando superar essa etapa, embora ainda tenhamos nas costas algumas lições de casa do século XIX não realizadas, como o saneamento básico, uma reforma agrária diferente e tantos outros sintomas de atraso.

Mas as coisas não caminham de forma harmônica. A crise atual, por exemplo, é a primeira em que a internet desempenha papel importante. As pessoas se informam, discutem, multiplicam a mensagem dos meios convencionais. Só isso me abre o horizonte para aquele projeto do computador a US\$ 100. Quando defendi a quebra do monopólio dos telefones, fui chamado de traidor por uma parte da esquerda. Mas a aliança com a ciência, sem ilusões, a aproximação com a chamada terceira cultura (cientistas que explicam o mundo como escritores), aponta para um tipo de intervenção que renda mais frutos do que ficar nesse interminável bate-boca para demonstrar que corrupção de esquerda e de direita não se diferenciam.

Nas democracias, ambas são crimes.

Desde a década dos 70, discute-se na Europa a crise da democracia. Alguns a chamam de crise de legitimidade, outros de governabilidade, mas todos concordam que há algo de decadente na democracia representativa.

Esse fenômeno pode ser constatado de várias maneiras, mesmo por quem não se interessa por teorias políticas. As demandas da sociedade são sempre superiores à capacidade do Estado em atendê-las. Outra evidência: grandes índices de abstenção revelam desinteresse pelo processo eleitoral.

A preocupação européia é tão grande que foram constituídos grupos de estudos, com luminares das principais universidades, e lançados dois volumes sobre o tema pela Oxford University Press. O primeiro deles fala sobre a relação mutante entre cidadãos e o Estado e o segundo sobre o impacto de valores na política, em outras palavras, as novas razões para se interessar.

Mesmo se tudo estivesse funcionando razoavelmente no Brasil, tomando-se o razoável pelo padrão da Europa Ocidental, não escaparíamos dessa sensação de crise. Muitos estranharam quando afirmei que o suborno de deputados era um crime contra a democracia. Pior do que isso, é um crime contra a democracia fragilizada pela sua própria crise.

No tempo da ditadura militar, o medo de ser cassado, ou mesmo perseguido pela repressão política, anulava o pleno exercício do mandato. Em tempos de mensalão, o que anula o pleno exercício dos mandatos é o simples suborno.

Além de todas suas limitações, passa-se a viver uma democracia com cartas marcadas. Mesmo quem não recebe dinheiro do Governo, tem seu mandato limitado pelo contexto. De que adianta se preparar para debater um tema, alinhar argumentos, dispor-se a concessões temáticas em busca de um mínimo de consenso? Os deputados comprados podem até prestar atenção nos seus argumentos, em certos casos, até aplaudi-los com entusiasmo. Na hora da votação, o jogo de cartas marcadas se revela.

Se olharmos para trás, portanto, veremos que o parlamento brasileiro ainda não se libertou do peso dos governos. Por medo ou pelo dinheiro, apenas agravou uma crise que já existe, em países chamados desenvolvidos.

Fala-se muito hoje em reforma política. Todos os projetos buscam reduzir as brechas para que a democracia representativa mereça esse nome. Mas nenhum deles toca no ponto essencial: a democracia representativa sozinha não se agüenta mais nas pernas.

Embora não seja marxista, gosto muito de uma de suas teses, segundo a qual a sociedade não se coloca problemas que não possam ser resolvidos.

Nossa crise, pela primeira vez, projetou em cena o peso da internet. As notícias circulam mais, reproduzem-se, as opiniões são mais numerosas, enfim, cresceu a capacidade de acompanhar os fatos.

Esse formidável e novo aparato técnico, que existe no Brasil, permite a tomada de decisões rápida e maciça. As próprias eleições representativas revelam o avanço técnico.

Nenhuma reforma política salvará a democracia representativa, se não for levado em conta esse dado novo: a possibilidade de democracia direta.

Ninguém propõe que uma substitua a outra. Mas a chance de rejuvenescimento está ancorada na possibilidade de uma nova combinação entre o trabalho do parlamento e as decisões populares, através de referendos e plebiscitos.

O século XX está acabando no Brasil, com o colapso de uma das teses mais caras à esquerda leninista: os fins justificam os meios. Se o fim é um sistema totalitário, a democracia é apenas um instrumento

tático.

Os dirigentes que compraram deputados não cometeram apenas um crime comum de suborno. Realizaram um atentado contra uma democracia em crise, porque, essencialmente, não acreditam nela e em sua capacidade de ser aprofundada.

Em que pesem CPIs, processos penais e tudo isso, o julgamento mais severo que será feito contra eles poderá ser encontrado precisamente naquele espaço, onde a democracia se revitaliza: na imprensa e, sobretudo, nos debates na rede.

Olhando para trás, entendo por que me chamaram de traidor, quando lutei e teorizei sobre a importância de quebra do monopólio estatal na telefonia. As possibilidades técnicas do mundo moderno ameaçam até aos políticos bem comportados. Imagine o que não fará com aqueles que sonham com um Congresso dócil e o controle estatal da informação?

O mundo está se mexendo sob nossos pés e é falsa a impressão de que enterramos apenas o sonho de uma esquerda autoritária. Os contornos do novo momento são ainda indefinidos. Mas a democracia jamais será como antes no Brasil com televisão, telefone e computadores.

Entregues a si próprios, os políticos não abrem mão de alguns de seus poderes para a democracia direta. Só o farão com uma pequena ajuda dos amigos e, se preciso, alguns gritos e vaias.

Uma noite dessas, achei que enlouquecia calmamente. Já me aconteceu outras vezes, no exílio, mas tinha um amigo com quem conversava, e ele sempre dizia “Você está lúcido”. O amigo Francisco Néelson morreu, quando se dedicava a editar uma enciclopédia.

Felizmente, na manhã seguinte à minha sensação, encontrei outras pessoas que me disseram, nos corredores do Congresso, que sentiam o mesmo. Uma delas gritou para mim: “Salvador Dali deve estar se mexendo no túmulo”.

Francisco Néelson sabia como é fácil enlouquecer. As coisas, por exemplo, costumam conspirar nesse sentido. Chaves e canetas desaparecem com regularidade. Às vezes, associam-se aos óculos e transformam as saídas de casa em um verdadeiro inferno. Se pelo menos os óculos reaparecessem em primeiro lugar... Mas são implacáveis em seu artilho conspiratório.

O problema fica mais complicado quando entram em cena as pessoas, sobretudo no auge de uma crise político-moral, como a que o Brasil atravessa hoje. Liga-se a televisão e lá está um homem totalmente calvo, dizendo que é apenas meio careca. E um senador do PT perguntando se o empresário “sospechoso” tem negócios no exterior, no Afeganistão, por exemplo.

Os neurônios resistiram a essas escaramuças, até que um verdadeiro homem-bomba se explodiu numa noite de sábado, arruinando o que restava de nossas pobres conexões mentais. Cem mil dólares dentro da cueca e mais uma pequena fortuna dentro de uma mala com a inscrição “no stress”.

Embora seja agradecido pelo detalhe do “no stress”, confesso que capitulei no fim de semana e pensei em ler alguma coisa bem distante, como o intercâmbio cotidiano dos maronitas e muçulmanos no Líbano de hoje. Durou pouco minha fuga: sete malas, um Citation, um pastor deputado, seguranças armados, todos descobertos no aeroporto de Brasília. Dentro das malas, R\$ 10 milhões.

Durante o fim de semana, o homem da cueca tentava nos convencer de que vendera legumes em São Paulo. Ele trouxe a mala “no stress” cheia de jerimum e macaxeira e recebeu em dólares, revelando o esplendor do agronegócio brasileiro.

Os acontecimentos nos aconselham a uma dupla tática. Livros sérios e profundos serão escritos sobre o período. Acredito que terão uma boa descrição do grupo de bancos envolvidos, do funcionamento das estatais, das inúmeras maneiras de produzir dinheiro com a omissão do Estado (desmatamento, multas do INSS) e também dos personagens políticos que realizaram uma longa trajetória pela história contemporânea.

Vendo o filme “O Anti-Herói Americano”, percebi que esse período merecia também um grande almanaque de história em quadrinhos. Se pudermos selecionar os fatos, canalizar para análise os números e as teses, estaremos trabalhando numa dimensão, mas os personagens e episódios, que se sucedem, ficariam muito melhor em desenhos.

Já é possível começar a pesquisa, mas temos de estar com os olhos abertos para os novos personagens. O homem da cueca apareceu numa sexta à tarde, pegou-nos desguarnecidos e transformou todas as novidades das revistas semanais em velhas notícias.

A dupla atividade permite, de um lado, analisar a queda do Muro de Berlim tropical, com toda a gravidade que o atraso histórico representa para o país; de outro, permite integrar na história em quadrinhos os personagens e episódios que estariam à vontade nesse formato. Teríamos Delúbio Soares para a análise histórica e Delúbio Bandeira no desenho, para falar apenas de um. Sem contar as fusões, como a de José Simão: Heloisa Helena, Denise Frossard e Ideli Salvati. Uma boa idéia.

A história em quadrinhos poderia fazer alguma justiça aos arapongas que se tornaram pássaros, filmando e gravando para empresários, para si próprios, para a Abin, para a Abin do B, enfim, a confusão que armam para nos confundir.

Não sei se Francisco Néilson aprovaria essa cisão entre o sério e o cômico, se realmente podemos destacar um espaço, onde podemos falar da crise de forma circunspeta, e outro em que tentamos rir para não enlouquecer. As coisas são misturadas. Recebi mensagem de uma surfista dizendo que entrou um swell e ela fez a mochila para viajar, porque estava esperando as melhores esquerdas do mundo. Se fossem as melhores direitas, estaria partindo também.

Fantasma do século XX, vejo-me de novo com os fragmentos do muro, que os camelôs vendiam nas ruas de Berlim. Depois de certo tempo, eles começaram a vender pedras falsas e creio que, até hoje, elas rolam pelo mundo, como se fossem um testemunho mineral do grande momento histórico. Falsas pedras rolando, salvadores da pátria, arapongas, estrategistas, bandidos de Cristo, dólares na cueca, outrora reservada para o batom e a lembrança da boca.

Os chineses chamam a isso de tempos interessantes. Fomos condenados a eles, Francisco Néilson, e espero emergir com duas versões: uma textual, outra em quadrinhos. Estou lúcido?

# NOTAS DE UM PIANISTA NO TITANIC

30/7/2005

Folha de São Paulo

Escrevia umas notas, quando alguém parou na minha frente e perguntou: “O que é isso?”. Eram apenas lembranças sobre os celulares na CPI. Eles tocam muito e com canções diferentes. Toques marciais, românticos, brigadas de cavalaria, um longo repertório.

As canções nos celulares me lembram o piano do Titanic. Alguma coisa grande está afundando por aqui e os sobreviventes flutuam entre os destroços com seus minúsculos botes jurídicos. Talvez mais do que partidos, toda uma etapa da política brasileira parece ir ao fundo em forma de cheques, ordens de pagamento, transferências.

Ao pianista não cabe analisar. Apenas, imaginar a melodia para as frases que se sucedem, voluptuosamente. Não seria melhor fazer alguma coisa além de escrever notas? O problema é que as frases me fascinam. E desconcentram.

É assim também com as gravações telefônicas. Numa delas, um publicitário dizia: “Estive naquela cidade, falei com o japonês e o caipira da Casa Civil”. Foi o bastante para que toda a minha experiência em Brasília ganhasse um sentido. Se, um dia, for escrever algo, está aí o título: “Estive naquela cidade”.

- O problema é a língua das pessoas: fere mais do que bala.

Esta foi extraída de uma conversa telefônica entre o contador e seu irmão policial, que queimou os papéis de Marcos Valério. De fato, os trabalhos na CPI são às vezes um tiroteio de línguas ferinas.

Hesito muito em intervir. Em primeiro lugar, há a questão do adversário. Quando era aliado do PT, discutia política com seus dirigentes; quando entrei no PT, bem ou mal, discutia também; na oposição, discutia política. Agora que os dirigentes que aparecem estão refugiados atrás de uma teoria jurídica, não há o que discutir.

Quando o secretário-geral do maior partido de esquerda do continente afirma que não vai falar publicamente sobre seus bens, a lógica que rege a discussão política vai para o espaço. Para leitores como eu, o texto é este. “Esqueçam-me, pois estou enviando a mensagem de que não há mais política, salve-se quem puder, ou tiver um bom advogado.”

Esta fuga, do espaço político para o jurídico, este suicídio intergaláctico, me desconcerta e coloca também a questão humanitária. No passado, fui ferido, e, entre os policiais que me cercaram, havia alguns agressivos e eram os mais desprezíveis. Afinal, estava ferido e sangrando, que sentido tinha aquela agressividade?

Escondidos atrás dos advogados, os que aparecem para depor estão feridos moralmente. Assim como é insustentável uma postura agressiva, ser magnânimo, nessas circunstâncias, também é repulsivo, por supor algum tipo de superioridade.

Um tom objetivo e profissional precisa ser alcançado, sobretudo por aqueles que se dedicam o tempo inteiro à CPI. São autoridades democráticas brasileiras investigando o desvio de dinheiro público. Num país como a China da revolução cultural, os culpados exibiam cartazes pelas ruas e eram expostos à execração popular.

Em Cuba, eram as reuniões de repulsa. São descritas no livro de Raúl Rivero, “Provas de Contato” (ler Bem-aventurados os lascivos), que, finalmente, aparece no Brasil. Inspiradas pelos chineses, eram organizadas pelo Ministério do Interior. Um casal de cientistas que tinha o hábito de jogar cartas até meia-noite foi condenado a ostentar um cartaz: “Somos porcos burgueses”.

As CPIs são vistas por milhões de pessoas. Deveriam organizar os fatos de tal maneira que as pessoas compreendessem o que se passou. Contradições deveriam esboroar fragorosamente contra os dados. Um

diligente trabalho de investigação deveria mostrar um quadro do que se alcançou e do que se pretende. Isto poderia estar sendo mostrado ao vivo.

Apesar da atração pelo latim e pelos documentos escritos, a CPI poderia ter um grupo de pessoas trabalhando em rede, organizando os dados, cruzando-os e produzindo as perguntas essenciais para uma nova etapa de investigações.

Existe uma grande tentação de punir os depoentes no ar. Considerando que há milhões de pessoas assistindo, equivale um pouco às reuniões de repulsa cubanas, modelo de que deveríamos nos afastar, os que acham que os fins não justificam os meios. Lições de moral, envolvimento de filhos, mães idosas, ainda que seja com o intuito de comover, acabam submetendo a pessoa a algo que não está previsto em nossa lei.

No único momento em que falei na CPI, para enfatizar este ponto, percebi, pelos e-mails, que alguns não gostaram. É natural. Os espectadores em casa pensam o que querem, falam o que querem entre si. Autoridades democráticas interrogando suspeitos em rede de televisão obedecem a um ritual específico.

Há muitas paixões se desenrolando ao som dos celulares. E, quando há muita paixão, sempre se atira em quem lembra os direitos humanos. No fundo, não faz muita diferença, pois é grande a tentação de atirar no pianista.

Quando a mulher de Marcos Valério disse que o sonho dela era a avalanche passando com o julgamento nos tribunais, pensei: isso faz parte do meu programa mínimo. Mas não é tudo. Quando a avalanche passar, o Brasil estará mais maduro, teremos ajustado as contas com uma nefasta visão da História. Sem essa de esperança que venceu o medo. Apenas mais maduro, como a menina do filme que, depois de todas as suas peripécias, pergunta: “Pareço uma mulher com um passado?”.

Quando Raúl Rivero foi preso em Cuba, com mais 73 intelectuais, fui informado pela internet e tentei criar um comitê pela sua liberdade. A idéia fracassou porque havia uma indiferença grande em relação aos opositores, em Cuba.

Existem mesmo? O que são eles, o que querem?

Uma grande cortina de fumaça pairou sobre os círculos políticos e midiáticos do Brasil, mostrando apenas praias, charutos, comunidades preparadas para receber visitantes, enfim, propaganda oficial. Os simpatizantes de esquerda que visitaram a ilha, de um modo geral apenas confirmaram suas fantasias sobre Cuba, uma vez que uma bem organizada estrutura lá existe, precisamente, para que se confirme a visão romântica do comunismo.

O livro de Raúl Rivero, “Provas de Contato”, chegou com um pouco de atraso em relação às suas prisões. Mas é fundamental que o talento desse escritor e jornalista nos ajude a compreender o que é a vida na ilha dominada por Fidel Castro e sua truculenta burocracia. Novas prisões de intelectuais estão sempre no horizonte e, quem sabe, nas próximas, poderemos enfraquecer essa muralha de mentiras e ilusões sobre a natureza do regime.

Há um ponto comum no trabalho da geração de artistas destroçada pela repressão política. Reinaldo Arenas, com seu “Antes que Anoiteça” (Ed. Record, adaptado para o cinema por Julian Schnabel, em 2000), revela como a sensualidade é uma forma de escapar ao horror da vida sob a burocracia comunista.

Raúl Rivero, em escala menor, expressa também essa tendência. No entanto, como seu livro, que é um jornalismo literário, abarca inúmeros temas e personagens da vida em Cuba, ele nos dá um panorama mais completo.

Deveria ser lido por todos esses turistas deslumbrados, que voltam de Cuba falando maravilhas do que viram no cenário preparado para eles. Rivero revela um aspecto que ilumina a vida de qualquer país: o interior de suas prisões.

Uma simples frase de um detento nos dá a idéia. “Corria o ano de 1988 (fevereiro ou março). Seis longos anos de férrea incomunicabilidade; pouco mais de 56.560 horas. Eu não estava louco”.

Os que sobreviveram à loucura, os intelectuais que criam um ou dois frangos para viver, um homem que vive de seu gavião (o pássaro faz shows), as maravilhosas prostitutas que aceitam moeda local, é imensa a galeria de homens e mulheres comuns tentando sobreviver, não só na miséria material, mas na miséria política promovida pelo regime.

Os turistas, talvez, não encontrem hoje uma reunião de repulsa, promovida pelo Ministério do Interior. Mas Rivero as conhece e as descreve bem. Elas foram importadas da experiência chinesa. Um casal de cientistas que tinha o hábito de conversar até a meia-noite, jogando cartas, foi estigmatizado pelos revolucionários e tiveram que expor um cartaz no pescoço, chamando-os de porcos burgueses.

Quando os comunistas falam da repressão sofrida pela direita, tendem a produzir heróis de nervos de aço. Os sobreviventes dessa longa opressão de Fidel Castro são pessoas comuns, apenas lutando pelas calorias necessárias, vivendo seus amores, ajudando-se no infortúnio.

A crônica sobre as prostitutas foi a que mais me tocou. Há humor, sensualidade, mas, sobretudo, uma visão clara da grandeza humana. O título, “Bem-Aventuradas as que Cobram em Pesos”, já revela a simpatia dessas mulheres, que se dedicam aos cubanos e seus pobres presos. O diálogo de uma delas com o autor nos coloca diretamente nas noites pobres de Havana: “Eu cobro pelo tempo completo cem

pesos e, de cara, a despesa. Se é uma coisa rápida (não vá escrever punheta, nem chupada, escreva os nomes finos que vocês usam), peço vinte pesos, e estamos conversados”.

O livro de Rivero, com seus presos políticos, seus assassinos comuns, suas jineteras (nome dado às putas), seus jornalistas tentando escrever a verdade, é um grande desafio ao regime cubano. Anos de fuzilamento, repressão, tortura, vigilância extrema, não conseguem apagar os vestígios da vida; ela floresce nas esquinas, nos espaços proibidos. Um deles é a casa que uma negra aluga para jogadores. Eles jogam e deixam algum dinheiro com ela. Para manter o esquema, suborna um oficial de polícia, que é louco para transar com ela. Cada vez que recebe a grana, ele reclama. E diz que a caixa que queria encher era outra.

Quando todo esse material ficar conhecido, o trabalho dos resistentes intelectuais cubanos, dos quais Raúl Rivero, o maior poeta do país, é um expoente, é muito provável que estejamos diante de um grande momento. Para além dessa carcaça romântica de homens barbudos fumando charuto, a força vital dos latinos conseguiu deixar para a humanidade um grande legado.

Vamos rezar para que, não só os turistas, mas setores políticos importantes do Brasil, tomem conhecimento dessa realidade. Não é possível que queiram permanecer nessa pobreza de visão, produzida pelos opressores; uma visão que multiplica pelo mundo a grande sombra que reina sobre a Ilha.

# UM ROTEIRO DE FUGA CHAMADO BRASIL

13/8/2005

Folha de São Paulo

Nos anos 70, assaltantes de banco reclamavam na cadeia sobre a dança dos números no Brasil. Eles levavam 30 milhões, o banco anunciava que perdeu 50 milhões e a polícia, quando encontrava o dinheiro, devolvia apenas dois milhões.

Estamos vivendo um momento semelhante. Os números dançam ao sabor dos personagens. E não, apenas, como nos anos 70. Agora, a coreografia é mais sofisticada. Há o exemplo clássico: Marcos Valério diz que deu R\$ 900 mil, a secretária confessa que pegou R\$ 600 mil e o deputado afirma que só recebeu R\$ 300 mil. Mas há também inversões. Um funcionário do PT foi assaltado na Bahia, levaram R\$ 200 mil, mas ele só registrou a perda de R\$ 20 mil.

Um outro funcionário do Partido, a caminho do Sul, foi encontrado com R\$ 200 mil no aeroporto de Congonhas. Levou uma dura da PF e chegou com apenas R\$ 150 mil. Um caso típico do período moderno são os R\$ 15 milhões que Marcos Valério mandou para Duda Mendonça, e o publicitário diz que não recebeu.

Mesmo com investigações rigorosas, jamais chegaremos a números exatos. Um diretor do Banco Central alemão aceitou que uma empresa pagasse sua hospedagem num hotel. Noticiado o fato, ele renunciou. Nas circunstâncias de hoje no Brasil, iria negar, pedir nota fiscal no hotel, culpar o contador da empresa, que, por sua vez, diria que anda sem muita memória e, ainda por cima, seus dedos não lhe obedecem com frequência.

Talvez seja por isso que os roteiristas de filme B sempre colocam na cabeça de seus personagens um desejo de fugir para o Brasil, depois de um grande assalto. Ronald Biggs contribuiu, mas creio que ele mesmo foi atraído pela ficção. Carnaval, mulheres e praia. Mesmo os que não estão no sufoco, apenas fugindo, deixam-se levar pelo mito brasileiro. Devem pensar: há tantos fugitivos por lá, que nem vão notar nossa presença.

No entanto, o Brasil não chega a causar tanta amargura como a Áustria causou a um dos seus maiores escritores, Thomas Bernhard. Secretárias, cuecas recheadas de dólares, prostitutas de luxo; a sucessão folhetinesca de episódios talvez nos distraia e acalme.

Além disso, há o direito ao delírio, que aqui nos trópicos é exercitado com vigor. Um deputado barbeadinho, com a gravata no lugar, resolve fazer uma preleção moral para que uma testemunha desabe emocionalmente e conte tudo. Ele sonhou que estava num episódio de novela, e nada mais adequado para uma novela do que seu desempenho. Da mesma maneira, um senador ouve falar de uma cafetina e fantasia sua convocação para a CPI, imaginando confissões mirabolantes.

Jeane Mary Corner é o nome da cafetina. Brasília é formada de quadras idênticas, limpas. Não há ruas nem esquinas. A cafetina integrou esquina ao nome, para sugerir encontros noturnos, perigosos, livres como ruelas noturnas de uma metrópole. A confidencialidade deve ser uma das características de seu ofício. A diretora financeira confessou que não é boa de números e não disse quantos dólares deu a quem. Por que a Sra. Corner revelaria quantos dólares cada um traz na cueca?

Nas cidades comuns, quando as pessoas dão grandes festas como essas do hotel Gran Bittar, costumam parar para cantar “Parabéns a Você” só para acalmar os vizinhos. Mas, em Brasília, na solidão do Planalto, será que cantavam o Hino à Bandeira para tranquilizar os hóspedes?

Os gregos nos legaram a tragédia, e uma de suas mensagens centrais é a de que o hubris, o orgulho insensível às advertências, acaba por destruir os personagens. Quando José Dirceu disse que não era arrogante, uma grande gargalhada ecoou pelo prédio da Câmara. A platéia da audiência atuou como um

coro e todos os que estavam nos gabinetes, diante da tevê, também riram, de forma que a gargalhada varreu os corredores. Essa digestão tropical da tragédia, do folhetim, a convergência, ainda que fantástica, com a novela, com os “reality shows”, não tiram a seriedade do tema. Mas é difícil não ficar curioso, não se distrair com o caminho.

Correspondentes estrangeiros ficam fascinados com a crise, tendo até alguma dificuldade para traduzir termos como “mensalão”. Um deles se maravilha com dizermos “bunda” com naturalidade. Ele, às vezes, se refere a ela, em seus textos, como a parte em que as costas perdem a respeitabilidade.

Nada disso nos consola. A Sra. Corner, o Sr. Valério, o Sr. Delúbio, o homem da cueca, são personagens que alimentam, sem cessar, o apetite dos roteiristas de filme B, que imaginam um Shangri-lá para seus bandidos em fuga.

O Brasil não é só isso. Mas, às vezes, fico pensando em como seria triste só a roubalheira, sem nenhum componente romanesco. Com todas as peripécias, inclusive as do dinheiro que aparece, some, se divide e se reintegra, o processo é muito deprimente. Os sorrisos e as gargalhadas são apenas algumas migalhas da sorte que não nos esqueceu.

Jamais conheceremos os segredos da Sra. Corner, pois ela cobra R\$ 2 milhões por entrevista. Ela parece ser a única profissional nessa história. A diretora financeira confessou que não é boa de números; se esse holding do Sr. Valério sobreviver, o ideal seria deslocar a Sra. Corner para a Diretoria Financeira e buscar alguém para contratar as meninas.

Se não conseguirmos destruí-los, vamos, pelo menos, obrigá-los a adotar um choque de gestão.

(Este artigo foi escrito antes do depoimento do publicitário Duda Mendonça. Os R\$ 10 milhões já apareceram nas Bahamas.)

A ESQUERDA NO DIVÃ

4/9/2005

Folha de São Paulo

Lula ascendeu ao governo munido de idéias inadequadas à realidade. Constatada a inadequação do programa, era preciso curiosidade intelectual para promover o ajuste. Lula precisava reexaminar a sua visão de Estado. Criou muitos ministérios, empregou políticos que haviam perdido as eleições, estimulou a ocupação do aparato estatal pelos amigos. Confundiu Estado com Partido.

A base desse trabalho são três intervenções sobre o tema. A primeira delas, um longo artigo para a revista *Simples* (2004), tratando da censura no período militar; a segunda, uma participação num debate na Universidade de Brasília, publicada no livro *A Forma da Festa, Tropicalismo, a Explosão e seus Estilhaços*; e a terceira, um debate em Genebra, sobre *Mestiçagem Cultural*, dentro da série *As Grandes Mutações*.

O período que cobre os trinta anos da ditadura militar foi claramente marcado pela censura, mas também pela aparição de importantes obras do Cinema Novo, como “*Terra em Transe*”, pela explosão do tropicalismo, pelo surgimento de uma imprensa alternativa e por enfoques políticos nas canções que disputavam os festivais.

Logo após o golpe militar, os transeuntes que passavam diante da livraria do Salim, em Florianópolis, viam ardendo na praça uma grande fogueira de livros nacionais e estrangeiros. O que queriam os militares? Era difícil entender, mas havia uma lógica. O romance “*O Vermelho e o Negro*”, de Stendhal, foi apreendido porque continha a palavra “vermelho” no título.

Vivíamos no período da Guerra Fria. Os ultraconservadores queriam simplesmente levar as idéias contidas naqueles livros à combustão. Esta caricatura de militares de direita (chamados de gorilas) contribuiu para que fossem formulados alguns clichês sobre o período; as trevas contra a luz. Eles, os militares, pareciam achar que toda a inteligência era de esquerda.

Para efeito de propaganda, isto foi ótimo para os adversários. Pena que acreditassem nisso e só fossem questionados, já no fim da ditadura, após a anistia, pela entrevista de Cacá Diegues sobre a patrulha ideológica. Nem toda a inteligência era de esquerda.

Embora não tratasse especificamente do tema, o título da peça do grupo *Opinião* expressava, em 1966, o que sentia a cultura brasileira diante do novo momento: *Se Ficar, o Bicho Pega: Se Correr, O Bicho Come*. A expressão da cultura brasileira, aí descrita, envolve apenas os intelectuais que resistiam à ditadura militar. Não foi devidamente pesquisado o papel de alguns intelectuais, liberais clássicos, que apoiaram o golpe e esperavam um curto período de ditadura e a volta da liberdade democrática. Dois desses intelectuais atuaram no governo: Milton Campos e Pedro Aleixo. Outros, como Gilberto Freyre, defenderam o regime, por achá-lo mais adequado ao Brasil. O país, para Freyre, não cabia nos modelos democráticos do Norte. Outros, como a romancista Raquel de Queiroz, se limitavam a expressar um voto de confiança em amigos, como o Marechal Humberto Castelo Branco, primeiro presidente do período ditatorial, ele mesmo considerado um homem culto para os padrões do Exército.

Terminada a fase de queima de livros e de manifestações desencontradas de truculência, a ditadura procurou se concentrar na censura prévia, sobretudo nas áreas que chegavam ao grande público: música, cinema, teatro, tevê. Eles sabiam que havia uma relação íntima entre arte e política. Os grandes temas sociais e a questão da liberdade acabariam aparecendo nas obras de arte, que serviriam de inspiração para a política.

Que perigo poderia representar um livro estrangeiro, lido por uma minoria, que já era mesmo do contra? Nada comparável ao estrago de uma canção de sucesso de Geraldo Vandré. Chamava-se “*Para não dizer que não falei de flores*”. Impulsionava os resistentes a seguir caminhando e cantando, falava de soldados perdidos de arma na mão. E tinha uma frase que era a expressão poética da visão leninista da revolução. “*Quem sabe faz a hora, não espera acontecer*”.

Os clássicos do Socialismo, Marx e Lênin, previam a queda do Capitalismo em seu estágio maduro.

Lênin achava que, em certas circunstâncias, com uma boa análise da realidade, era possível encontrar um atalho.

Cantada nas manifestações de rua, passou a ser uma espécie de hino e, até hoje, passadas quatro décadas, ainda é cantada por saudosistas de esquerda.

No cinema, a censura foi cirúrgica. Entre 1971 e 1973, ela interditou apenas 51 (0,4%) dos 13521 filmes exibidos. Em alguns casos, a fúria dos censores não se limitava a interdição. Uma censora, por exemplo, escreveu assim sobre José Mogica Marins, o Zé do Caixão: “Se não fugisse à minha alçada, seria caso de sugerir a prisão do produtor pelo assassinato à sétima arte, pois não foi outra coisa que ele fez ao rodar o presente filme”. O filme em questão era Esta Noite Encarnarei no Teu Cadáver.

O alvo principal era a subversão política, mas havia também o problema dos bons costumes, religião, família, todas as instituições em perigo, precisando dos censores e suas tesouras. Rogério Nunes escreveu, ao proibir 13 minutos do filme Dama da Lotação, de Neville D’Almeida, com Sonia Braga: “Cenas do interior de um ônibus – cortar desde o momento em que a câmera detalha os movimentos do homem comprimindo o sexo nas nádegas de Solange, até que os dois são focalizados da cintura para cima”.

Houve momentos em que a sutileza do filme escapava aos censores. Foi o caso de Queimada, do diretor Gillo Pontecorvo, autor também de A Batalha de Argel, igualmente proibido. Os censores não perceberam que Pontecorvo falava do Brasil no filme sobre uma colônia em revolta. Um general percebeu e determinou a proibição. Era um estímulo à luta armada no Brasil.

Nem tudo era medo da revolução. O sexo irrompia constantemente. Bat Masterson, por exemplo, quase foi proibido. Os censores achavam que a bengala, sempre em riste, era um símbolo fálico e era preciso proteger a família daquela rigidez escandalosa. Em um dos documentos mais interessantes achados sobre a censura prevaleceu o parecer da censora Lenir de Souza. Para ela, Tom e Jerry não eram perigosos, pois o objetivo do desenho era defender os mais fracos e repelir desonestidade.

Já Kung-Fu, para o general Antônio Bandeira, diretor da Polícia Federal, era um personagem perigoso. O general acreditava que o personagem, interpretado por David Carradine, poderia criar uma associação subliminar com o ato de fazer justiça com as próprias mãos. Kung-Fu, para o general Bandeira.

Dessas elucubrações, os censores passaram para a parceria com os autores. A letra da canção Bolsa de Amores, de Chico Buarque, foi modificada, onde o autor escreveu que “a moça é fria, ordinária e sem valor”. Chico Buarque trocou o nome e passou a assinar Julinho da Adelaide. Glauber Rocha, Cacá Diegues, Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil acabaram saindo do país.

A censura era severa também com as novelas da TV Globo. Os capítulos eram discutidos cena a cena por representantes da emissora que iam à Brasília. Os militares e seus funcionários achavam que subversão e sexo poderiam estar escondidos em tudo, daí a necessidade de potentes lupas.

Uma das censoras mais famosas, Solange Maria Teixeira Hernandez, conhecida como Dona Solange, era especialista em cortar falos, onde quer que surgissem nos filmes. Ela escreveu sobre o Bacanal de Colegiais, de Juan Bajon: suprimir o enfoque do órgão sexual masculino, eliminando a tomada em que o rapaz carrega a mulher para a cama, esconde o falo.

Nesse contexto de luta contra as manifestações políticas mais diretas, o Tropicalismo, como movimento, quase escapou à censura. Pelo menos escapou a setores da esquerda, entre os quais este autor.

O Tropicalismo parecia menos diretamente voltado ao ataque. Seu conteúdo tendia a afirmar uma identidade nacional, diferente da européia e norte-americana. Na verdade, o diálogo que o Tropicalismo acionava dizia respeito ao processo de globalização, ao tipo de cultura que nascia desse confronto.

Nesse sentido, o Tropicalismo continuava uma reflexão permanente na cultura brasileira. Quem somos

nós; até que ponto criamos um estilo próprio; o que é a cultura brasileira; o que é cultura estrangeira; como separar as duas?

Este mesmo tema, de certa maneira, estava presente no manifesto antropofágico, que lançou a Semana de Arte Moderna em 1922. A proposta era absorver todas as influências positivas do exterior. Em outras palavras, digerir a cultura mundial e incorporá-la à nossa produção.

Esta entrada do Tropicalismo, em cena, nos levou também a discussões freqüentes, como, por exemplo, o debate sobre o uso da guitarra elétrica. Isso era brasileiro? Poderíamos considerar uma contribuição tropical?

Ficou muito claro que a proposta tropicalista não abstraía a existência de outras culturas, nem descartava os avanços técnicos. O mesmo faria o xavante Juruna, mais tarde, ao utilizar o gravador para esclarecer as mentiras dos brancos.

O Tropicalismo mostrou que havia um tema mais permanente e vital para a cultura do que a própria existência da ditadura militar. Era a possibilidade de sobrevivência com sua identidade, num mundo em que as relações econômicas se tornavam cada vez mais intensas.

Desde o princípio, na luta contra o colonialismo, passando pela semana de Arte Moderna de 22, o tema da relação das culturas é permanente no Brasil. Minha tese é de que a mestiçagem é uma característica nacional para responder a esse tema.

Entendo por mestiçagem algo mais sutil que a Antropofagia. Esta pressupunha comer tudo que houvesse de bom, integrando-o ao próprio organismo. A mestiçagem supõe um aproveitamento e, também, mudanças em consequência disso. O estômago do antropófago fica

simplesmente cheio. O do mestiço se modifica, alternando-se com o que absorve.

A partir de determinado momento, a própria ditadura militar avaliou o caráter do Tropicalismo como algo subversivo. O movimento passou a ser alvo de repressão. Suas propostas estéticas eram de longo alcance. Mas também suas propostas políticas. Soy Loco por Ti América, por exemplo, era uma antevisão de um só continente, com os povos unidos. Gil gritava Marighela, ao fundo, mas essa menção a um líder revolucionário era um acidente, quase provocação.

O Tropicalismo, continuador do movimento modernista de 1922, acabou lançando as bases dos problemas que viriam a se impor com a queda da ditadura. Como sobreviver como cultura nacional num período de globalização? Aceitar a influência estrangeira significa perigo de morte ou possibilidade de enriquecimento? Uma cultura nacional deve abrir mão de recursos técnicos modernos?

A força da televisão e, posteriormente, da internet simplificam um pouco esta questão. Não há isolamento e a tática secular da cultura brasileira, a da mestiçagem, aparece, hoje, aos olhos do mundo, como a mais interessante forma de sobrevivência.

Aliás, ainda na década de 50, essa tática floresceu com a criação da Bossa Nova, que incorporava o Jazz, um elemento da cultura negra norte-americana, e o devolveia ao mundo com o balanço do Samba, criando uma modalidade internacionalmente aceita.

Talvez estivéssemos ali, no limiar do pós-moderno, onde as influências se entrecruzam para criar novos gêneros, independente de uma visão rígida de autenticidade nacional.

Tanto a televisão como a internet quase não se colocam mais essa pergunta. Estar dentro do mundo, para esse veículo, é natural, embora seus produtos, como a telenovela, criem soluções bizarras, nas quais o passado brasileiro se funde com o norte-americano, como se contássemos nossa história sob a ótica de Hollywood.

# UM ELEFANTE MORTO NA SALA

27/8/2005

Folha de São Paulo

Vamos supor que um repórter, vindo de um país nebuloso e etéreo - a “Neverlândia”, digamos -, liberto das amarras do concreto, se dedique apenas às metáforas e às análises, com seus precários meios, para explicar em sua terra a confusão que se passa aqui.

Não interessam tanto à “Neverlândia” os milhões de dólares que voam para as Bahamas. O que são dólares? Por que tanto flutuam?

O repórter esbarrou com o que procurava: palavras. Seu caderno está cheio de anotações sobre a operação esquentar-esfria. Não é notícia, em sua terra, o caminho do dinheiro dos fundos de pensão para contas bancárias offshore. O que ele tem de explicar é como juntou essas palavras, como uma simples mudança térmica produz tantos recursos. As leis da Física seriam as mesmas daqui? O grande problema real desse mundo é, precisamente, uma operação esquentar-esfria. Mas ela se realiza num paradigma controlável pela ciência da “Neverlândia”. Como a operação esquentar-esfria produz fortunas? Não seria o caso de enviar especialistas para comprovar que nem todos os planetas se regulam pelas mesmas leis?

No caderno, está também alguma coisa como molho de tomate com ervilha. Ele anotou isso. “Um prefeito determinou que a merenda escolar em sua cidade usasse molho de tomate com ervilha”. Volta e meia, essas palavras voltavam à sua cabeça, mas não tinha, ainda, como apresentá-las; faltava um gancho, algo que conferisse ao molho de tomate com ervilha uma atração para os leitores de lá.

De repente, as ervilhas que o intrigavam voltam aos jornais e o repórter sente a excitação de ter algo a informar. Ervilhas vingadoras. Elas rodaram pela sua cabeça, brincaram de esconde-esconde e eis que reaparecem puxando o pé do Prefeito.

Seu despacho não poderia apenas tratar de Física ou de palavras, que se escondem atrás do toco, para se vingar. Era preciso mais sofisticação. Num momento desses, é difícil, os intelectuais estão em silêncio. Eles supõem que não entendem mais o mundo e agora vão puni-lo, com seu silêncio.

Algumas brechas se abrem. Um cientista político achou a causa da crise, que as pessoas presas à matéria relacionam com o desvio de milhões de dólares. A crise estava na virada de uma emissora de televisão. Quando começou a falar de crise, a crise apareceu no céu azul, como reaparecem agora as ervilhas voadoras.

Uma filósofa também quebrou o silêncio. O repórter não sabia como localizá-la, mas buscou nos livros algo que pudesse orientá-lo. Como explicar na “Neverlândia” que uma equipe de governo tenha desviado milhões e milhões? As pessoas aqui também começaram assim, refletiu ele. No princípio, homem e mulher viviam no paraíso, imersos na inocência original, até que uma serpente lhes ofereceu a maçã do pecado.

Aí, finalmente, chegou a alguma coisa. O dinheiro foi produzido por uma operação térmica chamada esquentar-esfria. Houve uma crise produzida pela emissora de televisão, e os inocentes, imersos no paraíso, foram seduzidos por um grupo de tucanos que ofereceram a maçã da corrupção. Tucanos? Assim são chamados. O editor certamente vai reclamar: serpente ou tucano?

Nessas horas, quando falam com os editores, os repórteres dizem as piores coisas para si mesmos. Afinal, o que esse cara quer? Num lugar onde se esquentar e esfria, onde as ervilhas viajam pela memória em missão de vingança, é preciso que haja algumas referências para que se avance. Queria ver esse puto explicar o que se passa aqui unicamente com as referências da “Neverlândia”. Com a análise do cientista político, ele pôde ver, pelo menos, como se constrói a crise pela tevê.

O chororô que existe no país, sem o cientista, é absurdo. Com ele, fica mais claro. O Presidente chorou

na tevê e disse que sua mãe nunca perdeu as esperanças. E a tevê mostrou, com todas as cores, que ela perdia a esperança. Bingo.

Outro dia, o presidente foi à tevê para explicar como se meteu nessa confusão. Olhava para cima - Seriam os pássaros?- e disse que foi traído. Não há referências sobre isso. As pesquisas o levaram à história de um cara chamado Tiradentes, que perdeu a cabeça lutando contra o poder colonial. Foi traído e não traiu jamais a independência de Minas Gerais.

Como explicar que um traído não perca a cabeça e os traidores sim, já que a história nos remete ao oposto? Como explicar que tenham comido o fruto do pássaro-serpente e que não sejam expulsos do paraíso?

De nada servem os livros. O repórter começa a entender o silêncio dos intelectuais. Seu plano de trabalho ainda está nebuloso e etéreo, como o país de onde veio. Alguém lhe disse que mataram o elefante, mas não conseguem tirá-lo da sala. Daria uma boa frase inicial para sua história.

Mas quem matou o elefante? - perguntariam os leitores de “Neverlândia”. Há dados indicando que morreu de seus próprios humores internos, de seus ácidos e venenos. Para os leitores de lá, a idéia de morte, gravidade, finitude, é tão vaga. Do imenso corpo do elefante existe um legado: a memória. Por isso talvez chore tanto. Não porque morreu, mas porque se lembra.

O repórter manda seu despacho sob o signo da desconfiança. E se as leis elementares, que vislumbrou, tiverem sido rompidas? A todo instante, ouve o Presidente dizer: “nunca na história, jamais em todos os tempos, ninguém mais do que nós”.

Só os historiadores do futuro, escavando o Palácio do Outono, vão nos dar as verdadeiras metáforas deste mundo que acaba. Ou começa? Retratos do avião, cartões de crédito, caixas de charuto, gravações, gravatas, muitas gravatas, desenhos para matar o tempo nas reuniões oficiais.

Durante muitos anos, a “Neverlândia” mandará seus repórteres a essa terra. O que queriam dizer com tantos dólares na cueca? Por que dormem quando são interrogados? O que diria o velho que dirige a

Câmara se completasse suas frases? Por que decidiram comer um pato do palácio? Por que desenham estrela vermelha no jardim (pesquisa Burle Marx)? Por que todos têm um advogado? Como chegaram à fórmula do protesto a favor, da indignação temperada?

Eram os deuses astronautas? O repórter se lembrou, com carinho, de sua primeira matéria - a longa entrevista com o cozinheiro de Mao Tsé-tung. O editor, no fundo, tem razão: ainda há muito que descobrir.

ATENTO E FORTE

1/9/2005

Revista Primeira Leitura

PL\_A tentação stalinista vive no Brasil uma de suas últimas derrotas?

FG\_Não só a última tentação stalinista, mas, em certo sentido, só agora está caindo, no Brasil, o Muro de Berlim. Compreendemos agora, depois de uma imensa porrada histórica, que a classe operária não tem esse conteúdo messiânico que lhe é atribuído. E nem ela tem privilégio algum na condução ou nas propostas de mudança do País. Não há mais salvadores. Ninguém está mais autorizado, por um determinado script da História, nem a conduzi-lo nem a ser o guia da apresentação de um paraíso disponível, que só ele conheceria. Isso foi um grande avanço. Devem cair também, com o declínio do PT, os princípios de organização partidária elaborados no início do século XX, com o centralismo democrático. O eclipse do mito da atribuição messiânica, conferida à classe operária, e do centralismo democrático, como forma tolerável de relação partidária, anuncia novos dias. Nós passaremos a viver mais a realidade.

# LULA TENDE A PERDER A ELEIÇÃO

4/9/2005

Jornal da Tarde

JT\_Qual é a sua avaliação sobre o futuro do governo Lula? Parecem existir duas possibilidades: o impeachment ou a permanência de um governo enfraquecido.

Gabeira\_Aposto nestas duas (risos). Hoje, é impossível você determinar qual delas vai prevalecer. O que pode levar ao impeachment são os seguintes fatores: a aparição de provas irrefutáveis, determinando o comprometimento do Presidente, a pressão da opinião pública e o comportamento do próprio Presidente. As declarações erráticas do Presidente, nos discursos de improviso, também contribuem, porque a explicação necessária ele não deu. Tenho pensado no que significaria um governo fraco até 2006. Primeiro, que tipo de contribuição nós daríamos à governabilidade. Se o governo vai sobreviver, é preciso colocar algumas estacas para que ele não caia. Isto significa um nível de colaboração com o governo, sem necessariamente prestigiá-lo. O segundo ponto é que, mesmo na sobrevivência, o governo estará sob o signo da suspeição. Quem garante que foram desmontados os elementos que integram o sistema de corrupção, mas ainda não foram atingidos pelas denúncias? Isto vai exigir da sociedade um mecanismo de vigilância. Que garantia daremos de que esta história não vai acontecer de novo?

# GABEIRA VÊ EM LULA “DESPREPARO” DE SEVERINO

4/9/2005

Folha de São Paulo

Folha\_Em que medida a deficiência intelectual de Lula contribuiu para insuflar a crise?

Gabeira\_Lula ascendeu ao governo munido de idéias inadequadas à realidade. Constatada a inadequação do programa, era preciso curiosidade intelectual para promover o ajuste. Lula precisava reexaminar a sua visão de Estado. Criou muitos ministérios, empregou políticos que haviam perdido as eleições, estimulou a ocupação do aparato estatal pelos amigos. Confundiu Estado com Partido.

# NOTAS SOBRE OS ÚLTIMOS DIAS

24/9/2005

Folha de São Paulo

No fim de semana, tive a chance de assistir ao filme sobre os últimos dias de Hitler (\*). Uma grande produção, com excelentes artistas e uma pesquisa bem fundamentada, pois se baseia no trabalho do maior especialista em Terceiro Reich, Joachim Fest.

Embora o filme valha por si, estimulou também notas sobre os últimos dias de políticos em declínio. É um lugar-comum a negação da realidade diante dos momentos finais. A dificuldade que Hitler teve em encarar a derrota é a mesma que se constata em outros grandes nomes históricos.

No romance “Memórias de Adriano”, o personagem reflete sobre o imperador que o antecedeu e constata que ele se recusava a admitir as derrotas, talvez porque se recusasse também a aceitar a morte que se aproximava.

Ao examinar o clima no bunker de Berlim, constatei que esperavam um ataque das tropas nazistas que não aconteceu. Era o fio de esperança que se esgarçava ali, como tantos fios se esgarçaram nas derrotas que conheci: as armas do almirante Aragão, no golpe militar de 1964; as urnas do interior, em eleições que cobri.

As pessoas se agarram a alguma coisa e, parece que, no momento em que desabam, abre-se o caminho para a realidade, embora, nem sempre, o circuito se complete com tanta facilidade.

Quando a derrota se impõe, quase todos a percebem. Mas uma boa parte aprisiona essa idéia no subconsciente e começa a verdadeira luta. A luta entre os que querem negociar e os que pensam em resistir até o fim.

A negociação pressupõe uma aceitação da derrota. Por isso, talvez, os negociadores sejam assassinados com tanta facilidade. Traição. Os assassinos conseguem, com isso, manter a derrota bem no fundo do inconsciente, pois, de um modo geral, matam no outro o que temem aflorar em si próprios.

Tanto no caso de Hitler, especialmente através das súplicas de Eva Brown, como em outros, a família dos líderes desempenha um papel quase sempre saudável.

A mensagem é esta: existe uma vida conosco, talvez não seja tão gloriosa como a de um líder, mas é uma vida real, que precisa ser preservada. Em outras palavras, a família, ainda nesses casos que observei, funciona como um fio-terra.

As tentativas, para negar uma derrota real, são as mais dramáticas. E, às vezes, prosseguem até depois da rendição. Ou a realidade passa a ser vista com uma ponta de paranóia, como algo inventado pelos inimigos, uma construção falsificada que, momentaneamente, se impõe, ou é preciso construir uma visão em que o adversário esteja nos punindo por nossas qualidades. Nesse quadro, somos absolutamente bons e nossa bondade nos expõe ao ódio.

Essa visão de pagar pela sua bondade, esse martírio, pode ser uma missão divina ou um grande papel que nos reserva a História. Em ambos os casos, desenha-se um quadro em que bons são punidos pelas suas qualidades e a maldade triunfa, ainda que durante um curto espaço de tempo.

O que me interessou, nessas notas, não foi a busca de uma teoria nem a questão precisa do Brasil agora. O que me interessou, e sei que muita gente detesta esse tipo de esforço, é constatar como os seres humanos, em Roma, em Berlim, no Império, no nazismo ou mesmo em nossos dias, reagem de uma forma semelhante. Em outras palavras, como os seres humanos se parecem, apesar de ideologias e momentos históricos diferentes.

Sem nenhum demérito pela contribuição das Ciências Sociais, autores como Shakespeare conseguem captar essa centelha humana, que atravessa séculos e que nos aproxima tanto dos adversários, ao

descobrirmos neles a mesma frágil matéria de que somos feitos. Os escritores, mesmo os medíocres, não apenas são forçados a se colocar no lugar do outro, mas, simplesmente, não conseguem evitar essa experiência. É mais forte que eles.

O processo de decadência de Hitler, encerrado no seu bunker, ouvindo conselhos selecionados e rejeitando a dose de realidade que lhe oferecia Eva, é um desses momentos inesquecíveis da reação humana à derrota. Era preciso projetar o fracasso, não apenas nos negociadores e nos que tentavam capitular. O processo foi mais longe. O povo alemão não se mostrou forte o suficiente e sucumbiu diante de sua própria

fraqueza.

No momento em que Hitler afirma isso, consegue o supremo consolo. Não há responsáveis nem líderes na derrota, apenas o povo incapaz de resistir ao inimigo, de multiplicar forças na própria desgraça.

Parodiando o velho Sartre, na sua única frase popular: a derrota são os outros.

Poderia ser diferente? Todos deveriam estar prontos para antever a derrota, antecipar-se a ela, garantir uma digna retirada? Nesse caso, pelo menos, ficaríamos privados dessa extraordinária visita à resistência humana em abandonar os sonhos, em compreender as limitações de seu papel.

Existe, talvez, uma saudável dose de paranóia em certos processos, uma recusa em aceitar os fatos como são apresentados pelos adversários. Mas, quando se projetam num mundo hostil e incontrolável, as razões de nossa desventura, então, aparecemos dramaticamente sós, ao sabor de uma corrente funesta, que tudo pode nos impor, menos a aceitação do real, menos a redução do heróico papel que nos reservamos, no enredo alternativo que tecemos para nos preservar.

Humano, muito humano.

PENSO, LOGO SAIO DO PT

1/10/2005

Revista Sexy

RS\_Mas essa crise faz com que políticos conservadores ganhem destaque, não?

Gabeira\_Esquerda e direita são referências, mas não são mais as únicas. Eu me sentiria melhor numa coligação que tivesse uma fronteira ética, além da ideológica. Gostaria que esse sistema partidário implodisse e se permitisse a coligação de um grupo de pessoas preocupadas com a ética.

# A DEMOCRACIA EM RISCO

8/11/2005

Discurso na Câmara

Finalmente, dirijo-me aos que vieram assistir à votação da MP nº 258, a quem afirmo, dentro do espírito da verdade e da minha disposição de sempre dizer o que penso, que votarei, respeitando o meu partido, contra essa medida, porque acho que ela desrespeita basicamente o Parlamento e uma autarquia. No entanto, estou disposto a reconsiderar o tema, caso seja tratado em projeto de lei a ser enviado ao Congresso Nacional, de modo que possamos debatê-lo com mais calma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Fernando Gabeira (PV-RJ) pronuncia o seguinte discurso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e espectadores da TV Câmara. Em pouco mais de uma década de mandato, esta é a segunda vez que sou sorteado para um discurso mais longo. A primeira foi no ano passado. Ironicamente, os tão sonhados 20 minutos nos são dados no auge da crise. E para uma crise como esta, vinte minutos exigem muita síntese, são quase um grande telegrama.

Começo tentando responder a algumas perguntas freqüentes da rua. Não a clássica pergunta - haverá ou não pizza, mas indagações mais de fundo, sobre a saída da crise, as perspectivas da democracia no Brasil.

Uma abordagem da crise é descreve-la, antecipar os caminhos que tomará. No entanto, esta abordagem é incompleta para quem se pretende um ator, ainda que secundário, desse momento de transe no Brasil. É preciso dizer, ainda, em que sentido estamos querendo empurrar a crise, que rumo ela tomaria, se dependesse de nossa atuação.

Um ponto central e inescapável de nossas tarefas é impulsionar as investigações, que já se desdobram em três CPIs diferentes. Um caso raro, conforme acentuou o próprio Presidente da República. No entanto, divergindo dele, acredito que essas CPIs já revelaram muita coisa sobre o processo de corrupção no Brasil contemporâneo.

Para ficar em dois casos: Gteck, a empresa que fechou os contratos com a Caixa Econômica, e Banco Minas Gerais. Este círculo de investigação está praticamente fechado, se soubermos combinar os dados. A primeira deu um prejuízo de R\$ 450 milhões e pagou R\$ 5 milhões a um advogado do esquema. E se ainda faltassem dados, no Paraná, a partir da denúncia de um ex-tesoureiro do PT, há notas da Gteck pagando contas do Partido. Estão incorporadas ao processo.

No caso do BMG, que recebeu a primazia dos empréstimos consignados, lucrando com isto, a devolução se deu em forma de empréstimos ou pequenos favores, todos devidamente catalogados.

Ainda assim, há muito que trabalhar. Mas começou, simultaneamente, uma nova fase, a fase desagradável de julgar e punir pessoas com quem convivemos ao longo do mandato.

Minhas posições sobre o tema são públicas.

Vejo, entretanto, uma fase pós-cassações especialmente delicada. Estaremos convivendo com um governo sob suspeita e, nessas circunstâncias, é preciso definir mecanismos de controle social. Esta tarefa decorre da responsabilidade com o país, no sentido de que seja bem governado até o último momento do mandato atual.

Discordo da idéia de enfraquecer progressivamente o Governo. Prefiro a de controlá-lo com severidade, ajudando-o nas suas funções vitais, pois, se elas entram em colapso, quem perde é a população mais pobre. Vide Nova Orleans, na passagem do furacão Katrina.

As dúvidas que colhemos nas ruas, sobre o futuro de nossa democracia, sua seriedade, são dúvidas que atravessam a História do Brasil. O sociólogo Bolívar Lamunier acaba de lançar um livro, refletindo

sobre dois séculos de política no Brasil, e registra, claramente, as discrepâncias entre os que duvidam do processo democrático brasileiro, por suas imperfeições, e os que ostentam um otimismo panglossiano.

A verdade é que a democracia avançou no Brasil, e teve, em nosso país, alguns problemas de infância que, de certa forma, também existiram nos países chamados desenvolvidos.

Uma questão chave para mim é a da legitimidade. Nosso trabalho, junto aos colegas do grupo Pró-Congresso, não tem outro sentido a não ser retomar o mínimo de legitimidade para realizarmos as tarefas que temos diante de nós.

O choque na opinião pública foi tão grande que não basta lutar apenas por um nível de legitimidade aqui no Parlamento. Está em jogo uma forma de governar o Brasil e, acredito que, para além de divergências ideológicas, é preciso um projeto para governar decentemente o Brasil.

Ontem, na Alemanha, formou-se uma grande coalizão democratas-cristãos, social-democratas. Certamente, estava na base uma vontade de governar o país e uma negociação sem fisiologismo.

Esqueçam a Alemanha. Isto é possível no Brasil, desde que se esteja disposto a ganhar e perder. Será mais fácil alcançar políticas em torno de projetos vitais, agora que, por força da crise, a prática política ganhou mais visibilidade no país.

Estabelecer coalizão política é possível e será uma grande maneira de superarmos a crise, para além de 2006.

Esta mesma crise, que nos roubou muito tempo. Confesso que meu mandato não floresce quando a Câmara entra num clima de impopularidade, que ameaça a própria representatividade, levando a movimentos de voto nulo ou do tipo “fora todos”.

Dentro ou fora, entretanto, há tarefas que ficaram no “sair”. Programei uma viagem pelo São Francisco, no recesso. Não houve recesso. Iria redesenhar, com a população da Serra Canastra, um parque nacional que está ao lado da nascente do São Francisco, mas não a engloba. Iria visitar a foz, para examinar o fenômeno da língua salgada, que avança pelo rio, empobrecendo a região.

A Amazônia pegou fogo. A seca que atinge os rios mostra claramente um indicio de desequilíbrio hídrico. Segundo alguns cientistas, como Thomas Lovejoy, o desequilíbrio hídrico na região pode ser o primeiro sinal de perdemos a batalha pela salvação da floresta.

Não pudemos desenvolver, no país, um sistema de biossegurança, vital para quem ligou seu destino à globalização. Já tivemos adversários comerciais, como o Canadá, atribuindo a existência da doença da vaca louca no Brasil. Há um clima de vigilância dos consumidores internacionais e, ao mesmo tempo, de competição entre produtores.

Agora mesmo, pedi uma audiência pública para que possamos discutir um plano de emergência contra a gripe aviária. É algo estratégico para nós, ainda que não o tenhamos de usar, que é o nosso desejo, mas é fundamental para garantir a confiança do mercado internacional.

Estamos ainda despreparados para dar ao Brasil um nível maior de competitividade, através de nossos atos políticos. Sucedem-se os encontros internacionais, examinando acordos complexos, mas estamos ainda começando. A Câmara dos Deputados precisa de uma comissão de comércio exterior, que se dedique ao tema e complemente o quadro de brasileiros que defendem nossos interesses. Seremos, ainda assim, poucos, diante dos nossos contendores.

Ainda na campanha de Lula, fizemos uma manifestação contra a taxaço do aço brasileiro nos EUA. Mais tarde, a batalha foi ganha, assim como a do algodão.

Trabalhar com as regras da OMC e da Lei de Patentes é fortalecer o Brasil nas negociações e, o objetivo de meu projeto, feito com a ajuda de pesquisadores de São Paulo, prevendo a retaliação cruzada. Se não pagam o que foi determinado a pagar no algodão, liberamos o correspondente nas patentes de AIDS.

Isso não significa que o Brasil deva usar agora. A oportunidade política quem define são os negociadores. O que fazemos aqui é, apenas, dar base legal para seu leque de decisões.

Todo esse trabalho, inclusive o próprio saneamento básico, ficou em segundo plano diante da crise. E, na agenda, crescem a questão do São Francisco e o plebiscito sobre desarmamento.

Por isso, chegou agora um momento de buscar o equilíbrio, sem perder a vigilância sobre a crise. Considero uma tarefa decisiva, para a nossa geração, levar o mínimo de água para uma existência digna ao semi-árido. Estou disposto a discutir, um pouco mais calmamente, checando os dados, visitando a região quantas vezes for necessário.

Minha tese é de que, quanto mais de acordo estivermos, menos penoso será realizar esta gigantesca tarefa, que não implica apenas numa transposição, mas na revitalização do Rio, em claras regras de uso, em melhor gestão nas bacias receptoras, no desenvolvimento de uma economia solidária, enfim, tudo o que o bom senso pede numa circunstância dessas.

Quanto ao desarmamento, confesso uma certa dificuldade em responder apenas “Sim” ou “Não”. Embora meu voto seja “Sim”, considero muito importantes os argumentos contrários, e acho que seria reduzi-los afirmar que servem apenas às fábricas de armas, ou que são a “bancada da bala”.

O “Sim” teria muito mais perspectiva, se o governo colocasse em marcha uma campanha permanente para recolher armas ilegais. Vi essas campanhas em Cali e Medellín. Elas podem ajudar. O fato de a policia estar em lugar diferentes, dando batidas, fez com que muitos não saíssem armados.

Quanto às armas em mãos de traficantes ou gangs, estamos realizando exatamente este trabalho no Haiti. Vale a pena avaliar nossa experiência em Cite Soleil e Bel Air, em Porto Príncipe.

Esse discurso é apenas para lembrar como é o curto o tempo, quando se tem uma crise dessas dimensões, com os rios secando na Amazônia e a necessidade urgente de um debate sobre o São Francisco.

Talvez, seja o maior desafio dos últimos 20 anos. Simultaneamente, levar o Brasil a uma política de coalizão decente e avançar com a agenda ecológica, que nos permita recuperar o tempo perdido.

Se consegui sintetizar em vinte minutos, espero contribuir para que se realize, nos próximos meses, a passagem para um tempo de trabalho normal, para além desse constrangimento, de versões e contraversões.

Uma das lições da crise é que o mundo precisa de verdade. A guerra contra o Iraque foi feita sobre uma mentira, a existência de armas de destruição em massa; a morte do brasileiro Jean Charles Meneses, em Londres, foi apresentada de forma mentirosa pela policia; enquanto que, aqui no Brasil, há até mentiras de grupo, uma nova modalidade inaugurada pelas acareações.

Moderadamente otimista, creio que estamos no limiar de um novo momento político no Brasil. E que a democracia, apesar de suas imperfeições, vai andar.

Finalmente, dirijo-me aos que vieram assistir à votação da MP nº 258, a quem afirmo, dentro do espírito da verdade e da minha disposição de sempre dizer o que penso, que votarei, respeitando o meu partido, contra essa medida, porque acho que ela desrespeita basicamente o Parlamento e uma autarquia. No entanto, estou disposto a reconsiderar o tema, caso seja tratado em projeto de lei a ser enviado ao Congresso Nacional, de modo que possamos debatê-lo com mais calma.

# SENHOR POLETO, LEVE-ME AO SEU LÍDER

19/11/2005

Folha de São Paulo

Como todo mundo, de vez em quando, deixo de lado a cena política para cuidar de algo que considero mais urgente e importante. Quando volto, a perplexidade me envolve de novo. Isso explica, talvez, por que tenha deixado no arquivo a foto de um campo de pouso de disco voador, construído num hotel próximo a Manaus. Como Xangô para Vinicius de Moraes, essa imagem me ajuda a chegar.

Não contesto a existência física do Sr. Vladimir Poletto. Mas aquele depoimento da cachacinha questiona o Congresso, nossa existência, até o nosso passado. Não sei se, porque estava recém-aterterrissado, mas o depoimento de Poletto nos coloca numa situação do tipo ou ele ou eu.

Se ele produziu a história da cachacinha, para explicar os dólares na caixa de bebida, com tantos detalhes foi porque acreditava em nossa estupidez. Se ele, ao falar da cachacinha, mostrava os dois dedos, gesto típico dos apreciadores, o fazia apenas para fortalecer sua história, como esses mágicos de festas infantis, que levam com eles a dose certa de gelo seco para envolver seus truques.

Quem é esse homem? Quem são seus amigos? O que fazem? De que planeta vieram para abocanhar uma parte dos negócios públicos, dominados, parcialmente, por estranhos montanheses, como o calvo Marcos Valério?

Francamente, Sr. Poletto, leve-me ao seu líder. Creio tê-lo visto na televisão. Estava curioso para ver como explica toda essa aventura interplanetária. A luz, o som e o cenário da entrevista do líder Lula eram uma catástrofe. Lembro, quando adolescente, de um anúncio de roupa masculina na revista “Esquire”. Era uma foto do Krushchev, com o texto: seu alfaiate deveria ser mandado para a Sibéria.

Os cinegrafistas do líder deveriam ser mandados para o correspondente da Sibéria, neste paraíso vermelho temporão. Eles criam uma atmosfera, onde a mentira é quase uma ofensa. Roberto Jefferson foi cassado porque não provou o “mensalão”.

Por que mentem tanto e tão deslavadamente? Tenho um palpite. Acham que é preciso abandonar o front da legitimidade e lutar apenas por posições. Essa troca de fronts explica todas as coisas estranhas que acontecem com eles, embora o Sr. Poletto seja um caso raro, podendo ter vindo até de um terceiro planeta, que não tinha entrado na história.

O movimento de impedir que a CPI prossiga foi típico dessa nova fase. O que importa o desgaste? O essencial é colocar os pés naquela sala, congelar os trabalhos. O desgaste pode ser recuperado adiante, pois, quando se tem a posição, tudo se resolve. Com agrados e dinheiro. Há sempre jornalistas loucos para falar bem do governo; há sempre deputados dispostos a tudo por uma verba orçamentária.

Ao optar pelo caminho da mentira, o líder do Sr. Poletto, caso sejam do mesmo planeta, apenas trilha um caminho conhecido de outros. Bush e Berlusconi, por exemplo. A diferença é que esses outros dois estão preparados para perder o contato imediato com a classe média.

Esses Poletos não estão. Vivem na classe média e, inclusive, seu líder, apesar dessa história de se ligar diretamente ao povo, está bem consciente dos seus valores. No filme “Entreatos”, uma de suas decepções com os franceses foi a de não o terem reconhecido como homem da classe média.

Mas e o Chávez? Não poderiam pertencer à mesma constelação? Chávez nada em excedentes de petróleo, apesar da estagnação industrial e do aumento da pobreza na Venezuela. Além disso, tem um antiamericanismo com ampla capacidade de sedução e um nível irrisório de eficácia.

Há várias razões para que esse planeta Poletto tenda ao colapso. Uma delas é que os farsantes, ao contrário do que dizem, não têm outra identidade disponível. Poletto sumiu de casa, Lula evita encontros espontâneos.

Suponhamos que suportem o tranco psicológico, uma cachacinha aqui, elogios dos puxa-sacos ali, enfim, que consigam tocar seu barco. Não percebem que, historicamente, navegam contra um tsunami.

O direito à verdade passou a ser um tema político importante. Aznar dançou na Espanha porque tentou manipular os eleitores, no calor do atentado. Bush lançou parte do mundo na Guerra do Iraque, baseado na mentira de que havia armas de destruição em massa. A versão da polícia inglesa para o assassinato do brasileiro Jean Charles Menezes não durou uma semana.

Mesmo se você observar bem as entrevistas dos meninos, que estão botando fogo nos subúrbios franceses, sempre se referem ao discurso político com a expressão “blablablá”.

O mais recente guru do líder disse que a tarefa de um presidente é sobreviver no cargo. Fecharam-se todos os horizontes, caíram todas as máscaras. Os líderes do Poletto cravaram as unhas na mentira, certos de que, no poder, sempre poderão seduzir ou comprar o apoio necessário para seguir adiante.

É patético ver isso tudo se desdobrando, como o desenrolar de uma experiência de esquerda. Mas, se voltarmos atentamente à história do Socialismo, sobretudo onde triunfou, veremos os germes burocráticos dessa aberração. A diferença é que lá havia censura. Aqui, não, daí a necessidade de Poletto e seu líder buscarem alguns sinais rudimentares para uma comunicação interplanetária. Em caso de recusa, vão acabar sendo forçados a nos deixar no disco voador das três horas.

## O FUTURO A QUEM PERTENCE

29/11/2005

Blog do Gabeira

O destino do deputado José Dirceu é hoje um dos delicados problemas políticos do país. A tendência, na Câmara, é a de cassar o seu mandato. Seus esforços no Supremo Tribunal têm conseguido deter o processo, mas apenas por algum tempo. A grande decisão de amanhã estará nas mãos do ministro Sepúlveda Pertence, que já votou a favor de Dirceu, em outro recurso, e, além disso, já foi lembrado para ser candidato pelo PT.

Pertence e Jobim, por suas posições políticas, e Eros Grau, por sua obediência ao Governo que o nomeou, são considerados sempre votos certos de Dirceu.

Dizem, os jornais de hoje, que Pertence não estava com labirintite ao faltar ao julgamento da semana passada, mas com depressão. Não faz tanta diferença assim, apesar de que depressão é mais difícil de ser superada no prazo e uma semana.

A verdade é que Pertence é um grande jurista e deve apresentar um voto inteligente, a favor ou contra José Dirceu.

Da minha parte, sempre achei que o Supremo não estava necessariamente bloqueando a votação, com este último recurso. Cinco ministros acharam que José Dirceu não tinha razão, logo o processo deveria continuar. Um ministro achou que ele tinha razão e aconselhou a subtrair do processo o depoimento da testemunha Katia Rabelo.

Se aceitarmos a orientação desse ministro, poderíamos atender à maioria dos votos. Como as interpretações são livres e dependem muito das cabeças, tudo pode acontecer.

Minha sensação é de que José Dirceu será cassado. Dizem que, quanto mais tempo tiver, mais conquistará votos a seu favor. Emendas parlamentares, ajuda do Governo, cargos, tudo deverá ser discretamente colocado à sua disposição para resistir.

Pelo que conheço, os argumentos acima são poderosos na Câmara. Resta saber se superam o instinto de sobrevivência da Instituição. Quando vi alguns deputados retirarem sua assinatura da CPI, na última hora, compreendi que grande parte deles, inclusive dois do PV, sequer trabalha com essa idéia da sobrevivência institucional. São suicidas políticos e podem muito bem se adaptar a estratégia de qualquer José Jim Jones que surgir no caminho.

Vamos esperar, pois o futuro imediato ao ministro do STF pertence.

# AS AVES QUE AQUI AGOURAM, NÃO AGOURAM COMO LÁ

3/12/2005

Folha de São Paulo

Quando Lula comparou a oposição às aves de mau agouro, confesso que fiquei levemente irritado. Seria uma recaída do pensamento mágico? Urucubacas, feitiços, monstros, prodígios? Ando meio cansado disso tudo. Vou olhar com outros olhos.

A idéia de animalizar a oposição não é nova na esquerda brasileira. Lembro-me de que Carlos Lacerda era chamado de Corvo. Era agressivo, falava abertamente em derrubar o governo e se entendia com os militares, que, por sua vez, eram chamados de gorilas.

Hoje, as coisas mudaram. Já não se protesta contra animalização, pois os avanços intelectuais têm nos mostrado que os seres humanos não estão assim com essa bola toda. O progresso que os chineses alcançaram na previsão de terremotos se deve, em parte, ao movimento das cobras que se antecipam ao fenômeno. Animais e plantas têm o dom de comunicar.

O reparo que faço ao discurso do Presidente é o fato de ter confundido aves. Isso pode acontecer, por exemplo, numa estrada, dependendo da velocidade, da distância e do ângulo. Um pássaro preto pode ser um anum, um tiziu ou um coleiro, são equívocos comuns.

A oposição no Brasil é tudo, menos ave de mau agouro. Ela é um bem-te-vi. Não um bem-te-vi desses que saúdam a paisagem, inclusive nossa presença. Mas apenas um bem-te-vi que registra, denuncia: estamos vendo o que se passa. Não há ninguém torcendo para que tudo dê errado, simplesmente, porque quase tudo dá errado, independente da torcida.

O que causa uma certa irritação, para ficar na linguagem animal, é o lobo tentar passar, entre lobos, por uma inocente avozinha.

É até compreensível que o faça com o Chapeuzinho Vermelho. O que foi feito do dinheiro da Visanet? Foi para melhor te alimentar, minha filha. E o prejuízo dado pela Gtech? Isso foi para melhor te agasalhar, minha filha.

Bem-te-vi. Há pouco mais de dois anos, havia um núcleo duro no governo. Hoje, o núcleo se pulverizou. Se sabemos de antemão que somos pó e ao pó vamos voltar, por que essa história de núcleo duro? Dirceu praticamente cassado, Gushiken discreto num canto, Palocci às voltas com Poletos, Burattis, Barquetos e Ademilson.

Se queriam manter-se nessa nomenclatura celular, por que não um núcleo flexível, poroso? O que me espanta, aqui nesse galho, é ver que não aprendem a lição.

Daqui a pouco, estará de pé outro núcleo duro. É uma pena. Márcio Thomaz Bastos deveria, por exemplo, vir a público interpretar o referendun e anunciar novas diretrizes de segurança. Não o fez de forma clara, a ponto de dar uma resposta à maioria.

Se não atuou como alguém de um núcleo poroso e flexível, possivelmente, estaria fazendo coisas de núcleo duro. O que são essas coisas? O de sempre: como é que vamos sair dessa, quem diz o quê, onde?

Muita gente se pergunta o que seria do Governo se tivesse uma oposição do tipo que o PT fez no passado. Imaginem se Lacerda tivesse vinte minutos da TV Senado todos os dias. Como falaria, numa mesma tarde em que um vice-presidente ataca a política econômica, um ex-ministro está em guerrilha jurídica contra a própria cassação e a ministra tenta fazer funcionar uma linha telefônica ocupada, em plena inauguração pública?

De um lado, a democracia avançou; de outro, os protestos foram se concentrando no mundo virtual. O único elemento novo, nessa ausência de lutas maciças, é o desespero individual: um bispo faz greve de

fome, um ecologista toca fogo no corpo, um escritor dá bengaladas.

Além das condições internacionais favoráveis, o Governo contou com uma oposição gentil, educada na Suíça, eu diria. Ela só canta bem-te-vi e, às vezes, como no caso da gestão de Palocci, em Ribeirão Preto, faz alguma vista grossa, que consiste em não ligar todos os fatos disponíveis.

Aliás, essa desconexão é tão flagrante que uma testemunha do Paraná, com dados preciosos sobre a Gtech, acabou sendo convocada para falar na CPI dos Correios. Seu depoimento deveria ser na dos Bingos, onde os dados e as notas fiscais que apresentou caracterizam uma prova. Nem nos Correios ela chegou.

Chamado de Corvo, Lacerda era também uma águia. Até isso, indispensáveis sinapses, foi desaparecendo da vida política brasileira. Conectar fatos e idéias não é o forte da oposição, que apenas canta bem-te-vi, com um nível maior ou menor de nervosismo. Pássaros solitários em busca de parceiros, com os olhos fatigados com o que vêem.

O ideal para Lula seria um viveiro de papagaios. Deveria dar graças a Deus pelos bem-te-vis. Um só corvo iria revolucionar essa floresta.

Mesmo reconhecendo todos os avanços democráticos, considero, entretanto, que esses sintomas de desespero individual deveriam ser levados em conta. Num modelo de dominação ideal - para os dominadores, é claro, - controla-se o aparato de Estado, as organizações de massa e a mídia. Esse terceiro fator escapou.

Com as entidades mais antigas fechadas com o Governo e sua subvenção, não há clássicas correias de transmissão. Apenas o indivíduo e eles. Alguns indivíduos estão perdendo a paciência. Quando um desesperado sozinho se manifesta, isto tem uma consequência. Quando cinco desesperados se juntam, os resultados podem ser mais dramáticos.

É só uma especulação: cantar mais do que isso pode parecer um canto de mau agouro.

Quando o Lula se candidatou, pela quarta vez, à presidência, em 2002, o Partido dos Trabalhadores já tinha uma história de luta pelo meio ambiente. Do Acre, onde o seringueiro Chico Mendes morreu, tentando evitar o desmatamento, ao extremo sul do país onde se denunciavam as plantações ilegais de soja geneticamente modificada, o PT era uma referência nacional para os que resistiam ao processo de destruição.

O conjunto dessa experiência nacional foi sistematizado num programa, lançado às vésperas da eleição, em Santo André, no interior de São Paulo. Lula chegou à cerimônia de helicóptero, fez um breve discurso de apoio e levou consigo um exemplar da proposta, amadurecida ao longo de inúmeras discussões entre os militantes.

Um dos conceitos mais importantes desse programa era o da transversalidade. Se o meio ambiente fosse tratado como um setor estanque, sem contato com os demais, pouco se poderia fazer. Era necessário superar a fase em que as questões ambientais eram tratadas depois de tudo; mais ainda, era necessário conceber um programa onde a ecologia não fosse apenas um simples enfeite, cereja do bolo. Portanto, a idéia central era empolgar todos os setores do governo com as preocupações ecológicas.

O conceito não nasceu apenas da observação de outras experiências, como a dos países nórdicos, onde existe uma sintonia maior entre a política econômica e a ambiental. O governo anterior ao de Lula, dirigido por Fernando Henrique Cardoso, produziu um programa de crescimento em quinze frentes, intitulado Avança Brasil. Por desconsiderar a variável ambiental na fase de planejamento, muitos projetos foram bloqueados na Justiça, causando perda de tempo e dinheiro.

Como naquele momento, no segundo semestre de 2002, a vitória do líder sindical parecia assegurada, esperava-se, com certeza, o início de uma nova era na política ambiental brasileira. Essa expectativa foi reforçada após a vitória eleitoral, quando ele anunciou, nos Estados Unidos, o nome do novo ministro para o setor - a Senadora Marina Silva, do Acre, companheira de Chico Mendes nas lutas de resistência à destruição da floresta.

Marina Silva, eleita pelo PT, já havia se destacado no Senado, vinha de uma família de seringueiros, se alfabetizou já adolescente, se tornou um nome de respeito internacional. Daí o anúncio de sua escolha ter sido feito na primeira viagem de Lula, após a eleição. Ela foi contaminada por mercúrio na juventude, um tipo de contaminação comum na Amazônia, onde existem muitos grupos de garimpeiros usando mercúrio para separar o ouro no leito dos rios.

As peças se encaixavam com perfeição - uma história de lutas ambientais, um bom programa e um nome para o Ministério do Meio Ambiente, aclamado por unanimidade.

Os primeiros meses de governo varreram as ilusões dos que votaram em Lula, desejando algo novo na política ambiental. A primeira medida foi autorizar a importação de pneumáticos usados, do Paraguai e Uruguai. São países que não produzem pneus. Uma única fábrica uruguaia estava em crise profunda. Todos perceberam que os dois países do Mercosul iriam importar esses pneumáticos usados e redirecioná-los para o Brasil. Era uma decisão negativa para o meio ambiente. De um ponto de vista, de segurança, aumentava o risco de desastres, pois as estradas brasileiras estão semidestruídas; do ponto de vista de saúde, aumentava o número de pneumáticos velhos jogados nas ruas, armazenando água de chuva e atraindo o mosquito que propaga a dengue. Finalmente, era péssimo para as fábricas de pneumáticos brasileiros, que não abririam novos postos, no mesmo ritmo de antes.

Aquilo ainda era pouco para duvidar da política do Partido dos Trabalhadores. Afinal, uma só medida

equivocada pode ser um acidente de percurso. Numa viagem à região do Pantanal de Mato Grosso(\*), uma espécie de santuário ecológico, para onde convergem turistas nacionais e estrangeiros, Lula fez um discurso defendendo a industrialização daquela área.

O impacto desse discurso foi grande entre os que conhecem o Pantanal de Mato Grosso, um ecossistema frágil, com rios ameaçados, constantemente invadido por caçadores de pele de jacaré. Todos imaginavam a região crescendo dentro de um projeto de desenvolvimento sustentável, adaptado à sua singularidade. Em termos de proporções, foi tão forte quando à decisão de George Bush, de explorar petróleo no Alasca.

Discursos, medidas isoladas como a de importação de pneumáticos usados ainda não eram o bastante para convencer de que algo havia mudado, essencialmente, na trajetória do Partido dos Trabalhadores. Somente no segundo semestre de 2003, surgiu a decisão que liquidava com todas as dúvidas. O governo Lula decidiu legalizar, através de uma medida unilateral, as plantações clandestinas de soja geneticamente modificada, no sul do país.

O programa de governo previa uma moratória na plantação de transgênicos no Brasil, até que se concluíssem os estudos sobre sua repercussão no meio ambiente e saúde humana. A Constituição previa que medida desse tipo, liberação de transgênicos no ecossistema, só poderia se realizar depois de um estudo de impacto ambiental.

As sementes, contrabandeadas da Argentina, davam a vitória à multinacional Monsanto, que já estava dentro do país, lutando para dominar o mercado, não apenas com suas sementes, mas também com seu defensivo, na base de glifosato.

Sem estudo de impacto ambiental, sem sequer levar à prática a diretiva, aprovada no Parlamento, de rotular os produtos geneticamente modificados, o Brasil entrou numa nova e incerta fase. Tanto os produtores de soja convencional como os de soja orgânica temiam pela contaminação de seus produtos. Um estado brasileiro, o Paraná, chegou a se declarar livre de produtos geneticamente modificados, impedindo que transitassem pelo seu porto.

Lula conhecia a delicadeza do tema. Ele o discutiu inúmeras vezes, não apenas com ecologistas, mas também com o Movimento dos Sem Terra. Ele conhecia tão bem a dimensão do seu recuo que resolveu sair do país no momento em que a medida provisória seria assinada. Desta forma, a responsabilidade oficial pela medida ficou com o Vice-Presidente da República, José de Alencar. Industrial do ramo têxtil, José de Alencar afirmou que se sentia um pobre homem do interior tendo de decidir um tema de tal complexidade.

Meses depois, pressionando um Congresso bastante flexível à sua orientação, o Governo aprovou uma lei de biossegurança, que garante a entrada dos produtos geneticamente modificados, desde que examinados por uma comissão de cientistas, de um modo geral, simpática à engenharia genética.

Para aprovar a plantação de transgênicos, o governo colocou no mesmo corpo de lei a aprovação de pesquisas científicas com células-tronco, mobilizando centenas de portadores de doenças graves, esperançosos de uma cura pela genética. O debate acabou sendo polarizado em torno das pesquisas com células-tronco, algo distinto de alimentos geneticamente modificados. A oposição à pesquisa com células-tronco estava limitada a alguns grupos religiosos, católicos e evangélicos, assim mesmo, os mais radicais.

Com suas dimensões, o Brasil tem condições de abrigar transgênicos, convencionais e orgânicos, em sua produção agrícola. Entretanto, assim como no nuclear, o governo não tem recursos para importar uma tecnologia e mais as medidas de segurança que requer. No caso dos transgênicos, a incapacidade de rotular, de segregar, de transportar isoladamente, pode comprometer o objetivo de produzir outras modalidades de alimentos, pelo potencial de contaminação.

Quando se formou uma aliança entre os verdes, de dentro e fora do PT, com os líderes sindicais, o modelo, que estava na cabeça de todos, era uma coligação verde-vermelha, como a que estava no poder na Alemanha, ou mesmo a que passou pelo governo da França, durante Lionel Jospin.

Dentro desse modelo, os trabalhadores representariam o lado vermelho, a social-democracia, embora as características do PT não sejam idênticas às dos partidos europeus, exceto na sua fase mais heróica, quando conduziram países como a Suécia, na difícil fase do pós-guerra.

A grande surpresa foi constatar que os dirigentes do PT, uma vez instalados no poder, não se comportavam, diante da questão ambiental, como social-democratas. Sua visão de mundo, nesse aspecto particular, se assemelhava mais a dos partidos comunistas do leste europeu, que pregavam um crescimento a todo vapor, independente de suas conseqüências.

De uma certa forma, isto era compreensível. Um partido forjado nas lutas por emprego e crescimento econômico teria uma tendência natural a enfatizar o desenvolvimento. Mas o que ninguém esperava era que fossem subestimar a variável ambiental.

Um argumento importante para suavizar o desempenho do Partido dos Trabalhadores é se afastar desses episódios isolados e examinar, com frieza, como se comportou diante de dois grandes problemas ambientais no Brasil: o desmatamento na Amazônia e a falta de saneamento básico nos grandes centros urbanos do país.

Também nesses dois campos, não foram registrados avanços. Os índices de desmatamento anuais rondam os 26 mil quilômetros quadrados, uma extensão que o próprio governo considera intolerável, e que tende a crescer com o próprio ritmo da economia brasileira.

O saneamento básico, cuja ausência repercute na vida de nove milhões de crianças brasileiras, iria ser regulamentado por lei. Mas o governo não conseguiu, em quase três anos, formular uma proposta definitiva ao Parlamento. As últimas pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), realizadas em 5.500 municípios brasileiros, indicam que o problema foi considerado o mais grave de todos, por 53% dos prefeitos.

A hesitação do governo diante do tema deriva também das contradições entre as diferentes correntes de governo. Há dúvidas se o serviço de saneamento deva ser particular ou estatal. Há dúvidas, tam183

: Fernando Gabeira

bém, sobre quem se encarregará dele, se o Estado da federação, se os municípios ou consórcios de municípios.

Considerando que este é um problema que a Inglaterra resolveu no curso de sua revolução industrial, o Brasil, equacionando-se a partir de agora, já estará muito atrasado.

Cerca de 70% das doenças atendidas em hospitais brasileiros derivam de contaminação hídrica. A própria Organização Mundial de Saúde já teria advertido o País de que cada dólar investido em saneamento público representa uma economia de quatro dólares nos gastos com saúde.

Nessa questão nacional, portanto, estagnou-se perigosamente. Na internacional, isto é, no maior problema ecológico do planeta, as mudanças climáticas, houve um retrocesso. O Brasil, que teve um importante papel no debate que levou ao Protocolo de Kioto, desfez sua equipe de negociadores. E isto no momento em que poderia aproveitar de sua intervenção, criando oportunidades para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Este instrumento do Protocolo foi uma sugestão da equipe brasileira e pressupõe a possibilidade de os países mais avançados reduzirem suas cotas de emissão, através de projetos nos países emergentes.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo foi aprovado por interessar às partes. Os países emergentes se beneficiariam de capitais para seus projetos, e os mais ricos reduziriam suas emissões a um preço menor por tonelada de CO2.

As hesitações entre uma nova linha e o programado governo, hoje quase totalmente abandonado, se estendem também à questão nuclear. O primeiro ministro de Ciência de Tecnologia do governo Lula, um representante do pequeno partido socialista, defendeu o direito do país construir uma bomba atômica.

Isso entrou em choque violento com as promessas de campanha, que defendiam uma auditoria no programa nuclear brasileiro, para calcular os prejuízos causados pela construção de duas usinas nucleares, em Angra dos Reis, um balneário situado entre Rio e São Paulo. Estas usinas custaram muito ao Brasil e funcionam com precários mecanismos de segurança, principalmente as estradas, que não permitem uma efetiva saída da população em caso de acidente. A estrada BR101, durante o verão, tem mais de cem pontos potenciais de bloqueio, por causa de chuvas e quedas de barreiras.

Uma comissão da Câmara dos Deputados, criada para avaliar o exercício de simulação de fuga, em caso de desastre, concluiu que as usinas nucleares brasileiras sequer tinham, no fim em 1999, uma sirene de alarme forte o bastante para ser ouvida pelos vizinhos. Este sinal de alarme inadequado estava ali desde o início da década e não foi mudado por falta de recursos.

Assim, como na situação das estradas, este detalhe revela a dramaticidade do nuclear em países que conhecem apenas os recursos para erguer usinas, mas não têm fôlego financeiro para criar as medidas de segurança, freqüentes em países mais avançados, e, ainda assim, questionáveis, dada a sua natureza.

No momento, trava-se uma luta, dentro do Governo, para a construção de uma terceira usina, no mesmo lugar. Pressionado pelo Partido Verde, o governo da Alemanha decidiu concluir o acordo nuclear com o Brasil, retirando a possibilidade de financiar a terceira usina. A impressão que se tem é de que, obtido financiamento em outro lugar, a usina será concluída. Com a desistência alemã, as esperanças dos que querem construir a nova usina se voltam para financiadores franceses.

No ano passado, o Brasil anunciou que detinha a técnica de enriquecimento de urânio e que estava se preparando para exportar o minério nos próximos anos. Ignorando a conjuntura internacional no pós 11 de setembro, o País atraiu o interesse da Agencia Atômica Internacional.

Além da exportação de urânio enriquecido ser perigosa, num momento em que terroristas podem construir bombas sujas, com material radiativo, o Brasil passou a confrontar a autoridades de Viena, pois não queria mostrar seu reator aos inspetores, argumentando que fez descobertas tecnológicas preciosas e temia que fossem passada aos seus concorrentes.

Depois de abandonar seu reator a grafite, desenvolvido durante o período militar, o Brasil construiu outro, desta vez com técnicos da Marinha, com o objetivo de mover um submarino de propulsão nuclear, projeto semiparalisado, por falta de recursos. Os avanços feitos nesse campo se devem ao trabalho dos técnicos, que se dedicam ao projeto do submarino. A tese de que a tecnologia brasileira contém segredos preciosos foi contestada pelo físico José Goldenberg, um dos críticos do programa.

De qualquer maneira, a distância entre discurso de campanha e prática de governo é abissal quando se trata do nuclear. O propósito programático era fazer uma auditoria nas usinas já construídas para enfatizar não apenas sua fragilidade em termos de segurança, mas sua péssima relação custo-benefício.

Esse conjunto de decisões, que revelaram um outro PT, diferente do que fez a campanha eleitoral, ficou mais agravado ainda com a política indianista. Durante os primeiros anos, o governo se recusou a demarcar a terra dos índios. Só em maio de 2005, tomou uma decisão positiva, demarcando uma área de 1,7 milhão de hectares, no Estado de Roraima, na Amazônia, área habitada por quatro etnias.

Para que chegasse a esta decisão foi preciso uma tragédia. Por incompetência no trabalho de assistência aos índios, 29 crianças morreram de desnutrição na região do Mato Grosso do Sul. Pertenciam à etnia guarani-caiua. Onze mil pessoas vivendo em uma área de apenas 2,5 mil hectares, ao lado da cidade de Dourados.

O escândalo da morte das crianças indígenas revelou a degradação da própria política indianista. Uma

comissão especial de deputados visitou a área, constatando que os índios são acossados por plantadores de soja, que envenenam seu ambiente, são explorados pelos comerciantes e, em grande parte, se refugiam no alcoolismo e no suicídio, para não enfrentar a decadência de sua cultura. Só este ano, quinze guaranis-caiúas se enforcaram, protestando contra as condições em que vivem.

No meio de 2005, o Governo esboçou uma reação, retomando a iniciativa da política ambiental. Assim como a demarcação das terras indígenas, que foi resultado do desgaste da subnutrição infantil em etnias como os guaranis-caiúas e xavantes, estava guardada na sua gaveta uma outra bomba: os índices de desmatamento na Amazônia, em 2004.

Apesar do governo de centro-esquerda, apesar de uma ministra que veio da própria floresta, o desmatamento, em 2004, como já indicado acima, foi de 26 mil km<sup>2</sup>, registrando um acréscimo e se aproximando do recorde histórico, 29 mil km<sup>2</sup> em 1999.

Diante desta situação, só restava a ofensiva, para atenuar o desgaste. O Governo enviou, então, para o Congresso, um projeto de lei regulamentando a concessão de florestas públicas, para uso sustentável por madeireiras nacionais e estrangeiras. As concessões serão autorizadas por um prazo de até 60 anos e o argumento do governo é de que, sem elas, o processo de desmatamento vai prosseguir, sem vantagens para o País e, sobretudo, de forma não sustentável.

O projeto foi bem recebido por entidades não governamentais e tudo indica que sua aprovação ainda será feita, antes do final de 2005. Não há garantia de êxito, pois, em outros países, a mesma proposta fracassou. No entanto, com os recursos tecnológicos para monitoramento, o Brasil tem condições de garantir o êxito das concessões.

O País dispõe, além de controle de satélites, de um sistema de vigilância da Amazônia (SIVAM), aparato que custou US\$1,4 bilhão, contendo aviões próprios, supercomputadores, radares. Esse aparato, potencialmente, é hoje o instrumento mais poderoso para monitorar a região e está disponível para outros países que compartilham a Amazônia.

Se considerarmos o fato de que o Governo entra agora numa fase eleitoral e deve se submeter às urnas em 2006, é muito possível que exista uma tentativa de recuperar a confiança de ecologistas e simpatizantes, que votaram no Partido dos Trabalhadores esperando uma mudança.

O grande problema é que as promessas foram feitas em 2002. É possível que novas promessas enfrentem um certo ceticismo, mas a verdade é que, com um novo mandato de quatro anos, caso eleito, Lula terá chance de começar de novo.

A tendência, a julgar pelo momento, é usar a questão ambiental para ganhar votos, não necessariamente dos ambientalistas ou simpatizantes. Um dos principais temas de campanha será o projeto de Lula de transpor as águas do Rio São Francisco, para levar água ao semi-árido nordestino.

Este projeto tem a oposição do movimento ecológico, divide os técnicos e, inclusive, os Estados por onde passa o rio. O São Francisco, que nasce em Minas Gerais, na Serra da Canastra, e desemboca no oceano, já no estado de Alagoas, no Nordeste do país, percorre 2.800 quilômetros, com uma bacia de 640 mil km<sup>2</sup>.

Considerada a maior obra do Governo, se realizada, a transposição do Rio São Francisco, rio da unidade nacional, pode, dependendo do curso dos debates, se transformar no grande tema da campanha da reeleição de Lula. Só que, quatro anos depois de ter se apresentado com um programa ecologicamente correto, o tema reaparece no seu discurso de forma simetricamente oposta. Agora, o significado é o de suplantar os obstáculos ambientais, garantir água e progresso para uma região semi-árida.

O conjunto de seus pronunciamentos revela um presidente focado no crescimento econômico e no comércio internacional. Assim como se mostrou disposto a abrir mão de seu programa ambiental, no plano interno, reduziu também suas aspirações de direitos humanos em escala internacional.

Tanto a questão ambiental como a de direitos humanos tendem a ocupar um lugar modesto diante da tarefa de atrair capitais e aumentar a exportação dos produtos brasileiros. Daí a tolerância com o avanço de plantação de soja na Amazônia, ameaçando ecossistemas e poluindo importantes bacias fluviais, como a do Xingu; daí a decisão de considerar a China uma economia de mercado.

A relação com a China é decisiva para o Brasil, pois foi o desastre ambiental nas províncias do norte, provocado pelo superbombeamento da água disponível, que reduziu sua produção de grãos e a forçou a buscar mais ainda o mercado internacional. Estimulados pelos preços internacionais e pelas necessidades da China, os produtores brasileiros avançam pela Amazônia, ameaçando não apenas a biodiversidade das matas, mas também as etnias que ocupam a floresta.

A eleição de Lula significou um esforço para a colocação dos trabalhadores no governo. Sua perspectiva está ancorada nas aspirações dos operários fabris, principalmente daqueles da indústria automobilística, para quem a grande ameaça é a queda da produção e o fechamento de postos de trabalho.

Os trabalhadores intelectuais que se juntaram ao PT, numa esperança de convergência em torno da justiça social e da preservação do meio ambiente, foram lançados ao mar, nessa travessia em busca da aprovação de credores internacionais e crescimento físico da base produtiva.

O acúmulo de três décadas de debates sobre o meio ambiente, inclusive com a grande conferência da ONU, em 92, no Rio, não foi perdido para o Brasil. Embora relegado ao segundo plano pelo governo Lula, continua vivo na sociedade.

Movimentos sociais, às vezes, consomem algum tempo para compreender que o aliado de ontem pode se tornar o adversário de agora. Era tão grande o desejo de evolução linear que muitos parecem ainda sonhar, como na frase do escritor brasileiro, Fernando Sabino: no final tudo dá certo; se não deu é porque ainda não chegamos ao final.

São as incertezas do próprio processo econômico que podem conduzir o governo, principalmente, a uma revisão de sua prática ambiental. Isto já acontece no campo energético, onde, a exemplo da Alemanha, foi aprovada uma lei de estímulo às fontes alternativas renováveis, principalmente a solar, em algumas de suas modalidades, como a eólica e o uso da biomassa.

O Presidente Lula interpretou o problema do aquecimento global e altos custos do petróleo como uma possibilidade para a biomassa brasileira. Daí um programa de incentivo à produção de biodiesel (na base do óleo da mamona), mas também um grande esforço para colocar o álcool no mercado internacional, seja para carros com motor flexível, seja para a mistura do etanol com a gasolina.

Nesse movimento rumo à energia solar, ele revelou a verdadeira natureza de seu governo. Não há nenhuma hostilidade ao meio ambiente. Toda vez que servir aos propósitos de abrir empregos e ampliar a exportação, será levado em conta. Quando for um obstáculo ao crescimento econômico, só com muita pressão social, seus defensores conseguirão demover o Governo.

Nesse sentido, as possibilidades estão abertas. Embora tenha tido algumas tentações autoritárias de controlar a mídia, através de uma lei de imprensa, a televisão, através de normas para o audiovisual, e a linguagem cotidiana, através de uma cartilha politicamente correta, o Governo é permeável às pressões. Tem recuado, quando não consegue sustentar seus erros. Isto quer dizer que está muito longe de ser uma novidade, significa uma continuidade no processo democrático brasileiro, iniciado com a queda da ditadura militar.

As promessas de mudança, ao cabo dos primeiros anos, começam a ser reavaliadas com serenidade. Eram promessas de uma esquerda, que passou muito tempo longe do poder e trabalhava com uma idéia do Estado superior à sua realidade. Não se contabilizaram, na campanha eleitoral, a redução do Estado Nacional, sua perda de importância no mundo globalizado, nem a escassa autonomia do político, no momento em que o grande esforço é sempre para tranqüilizar os mercados.

Isto não reduz a responsabilidade dos políticos, mas significa, também, que todos exageraram um pouco quando sonharam em mudar o Brasil, mudando uma coligação no governo. Os que lutaram 25 anos para colocar uma nova composição à frente do país têm de se resignar a considerar, no mínimo, uma atualização de seus sonhos.

\* O Pantanal do Mato Grosso é uma região de 200 mil km<sup>2</sup> e cerca de meio milhão de habitantes. A Unesco reconheceu a região, uma das mais exuberantes do planeta, como Reserva da Biosfera, em 2000. Do ponto de vista hidrográfico, faz parte da Bacia do Paraguai, constituindo-se numa planície de áreas alagadas, um mar interior, como o descreve a denominação nativa - Xaraés. Só de aves, há 650 espécies catalogadas, perfazendo mais de 30% das espécies registradas no Brasil.

Desde o atentado contra o ônibus 350, que resultou na morte de cinco pessoas, no Rio, continuo tentando entender esse momento da violência urbana.

O que me impressiona é a dificuldade do tema emergir na agenda política. Queiramos ou não, há um leve preconceito contra ele. Lembro-me de como repórteres de polícia eram vistos com complacência paternal. A violência era um sintoma, com o qual nos debatíamos, seduzidos pelo sensacionalismo; as causas eram do domínio da grande Política.

Como encarar o processo de insegurança crescente sem que, ao longo desses anos, tenha sido apresentado um plano conjunto para detê-lo? Refiro-me a algo que pudesse ser publicado, para que as pessoas checassem seu êxito, ou seu fracasso, a cada duas semanas.

Não pretendo ter sozinho a solução para isto. No entanto, faço alguns comentários que, no bojo de uma nova crise, podem ter alguma validade.

Temos algum “know-how” em tratar com grupos armados violentos. Estamos exercitando em Porto Príncipe, sobretudo em Bel Air. As primeiras inspeções foram com veículos blindados, evoluindo depois para soldados no chão. E, hoje, a interação entre comunidade e Exército já permite que cada um tenha seu time e jogue futebol nas ruas. Pesou a favor do Exército a disposição de prestar um serviço fundamental, que é a retirada do lixo.

Durante a ditadura militar, também foram organizados comandos. Naquela época, havia tortura e não se respeitavam as leis. Isso é inválido. Um ponto que sempre me chamou a atenção, naqueles comandos, foi sua capacidade de contornar as burocracias. Tinham a mobilidade necessária para combater grupos, cujo grande mérito era, precisamente, a mobilidade.

O que me parece estranho é a possibilidade de gastarmos, em dois anos, US\$ 200 milhões no Haiti e, ao mesmo tempo, aplicarmos grandes cortes nas verbas de segurança do Brasil. Pior que um plano de má qualidade é a ausência de algo que possa ser chamado assim. A única exceção, espero, será o Pan de 2007 no Rio.

Essa escassez de ações de articulações é registrada num momento especial. Muitos adolescentes subiram na hierarquia do tráfico. A onipotência é comum na idade. Imaginem como ela é transformada, quando se tem um fuzil na mão e se cheira cocaína.

Quem teve a oportunidade de acompanhar o depoimento de uma menina de 13 anos, Gaguinha, saiu emocionado com o que ouviu. Ela, junto com Brenda, a namorada de Lorde, o traficante que ordenou o atentado, parou o ônibus para que fosse incendiado.

Elas sabiam do que se tratava. Mas tudo indica que elas, como os outros participantes, não deram a mínima para a possibilidade de mortes. Como vivem todos num ambiente onde chegar aos 18 anos já uma vitória, é possível dizer que avaliam de forma diferente a vida humana. Têm menos escrúpulos diante do assassinato.

Para as pessoas que vêem nisso tudo um problema social e vislumbram a solução numa remota mudança profunda em nossa sociedade, essas observações parecem conservadoras.

Como intervir com polícia num problema que depende de empregos e de tantas outras melhorias na própria qualidade de vida?

A sensação que tenho é esta: quanto mais tarde se intervier, mais difícil e doloroso será. A polícia de Los Angeles, percebendo que era impossível combater todos os grupos simultaneamente, traçou uma prioridade: dissolver os mais violentos. Além disso, compreendendo que, no imaginário dos jovens, o

tráfico tinha muito peso, passou a combatê-lo também como modo de vida, criando programas de comunicação voltados para enfraquecer a imagem dos seus heróis.

Antes que seja combatido, afirmo apenas que não quero transplantar o trabalho do Haiti para o Brasil. Sou profundamente crítico à Operação Bandeirantes, onde sofri e vi tantos sofrimentos. Nem considero perfeito o trabalho policial de Los Angeles.

Uma única coisa: deveríamos examinar os exemplos disponíveis e criar um projeto que pudesse ser acompanhado pela população. Já existem protestos, mas a verdade é que a sociedade brasileira ainda não encontrou seu caminho no combate à violência urbana. O colapso de alguns Estados tem estimulado iniciativas.

Falta tradição. Em Israel, as pessoas são atentas; em Cuba, os comitês de defesa da revolução são um instrumento da ordem; na Suíça, a população parece ser sensível a qualquer barulho depois das 22h. Cada sociedade encontra sua fórmula. Por que hesitamos tanto em tentar um trabalho conjunto? Por que tratamos o problema com perguntas incompletas, como no referendo?

Estaríamos mesmo, como querem os adversários, nos inclinando à direita, por questionar?

É estranho ser político no Brasil e fingir que não se ouve os tiros. Quando escrevi o primeiro artigo sobre o Tolerância Zero, depurando seus aspectos autoritários e reconhecendo algumas de suas inegáveis qualidades, pensei que iria iniciar um debate. Que nada.

No governo Sarney, redigimos o texto final de um plano de segurança e fomos para casa tranquilos, certos de que era o Marco Zero. Pensávamos que alguma coisa estava se movendo. Mas eram apenas viaturas novas.

O Brasil não tem projetos, pois nem a esquerda nem a direita superaram suas posições, e muito menos surgiu um presidente capaz de construir a ponte.

Se todos pudessem conversar algumas horas com Gaguinha, talvez saíssem inspirados para tentar algo novo. Meninos, fuzis e cocaína são uma combinação temível. O que será preciso fazer para que se entenda essa mensagem?

Livros sobre a globalização ocuparam meu tempo neste fim de ano. Os autores são jornalistas, um do “New York Times”, outro do “Le Monde”. Se fôssemos aplicar aos dois o próprio critério jornalístico de esquentar as matérias, diríamos que um é favorável, outro é contrário. Mas isto não explicaria quase nada.

“O Mundo É Plano”, de Thomas Friedman, já foi traduzido no Brasil. Sob muitos aspectos, é uma apologia àqueles países, ou mesmo setores, que conseguiram se inserir na globalização, aproveitando-se desta oportunidade para prosperar.

Neste caso estão Índia e China, a primeira, sobretudo, por formar, desde os tempos de Nheru, grandes engenheiros, que não tinham outra saída, exceto buscar um emprego qualquer fora do país. Agora, com o processo de terceirização dos serviços dos grandes grupos internacionais, a Índia está tirando o maior proveito possível da inteligência e da formação técnica dos seus quadros.

Quem perde a mala, numa viagem interna nos EUA, e reclama pelo telefone pode estar falando com um “call center” em Bangalore, pois grande parte desses serviços é feita hoje na Índia.

Um dos bons momentos do livro de Thomas Friedman é quando conta a seguinte fábula africana. “Toda vez que um antílope acorda, ele sabe que tem de correr mais que o mais veloz dos leões, para sobreviver. Quando o leão acorda, sabe, por sua vez, que tem de correr mais que o mais lento dos antílopes, também para sobreviver. Em suma, não importa se leão ou antílope, é preciso começar a correr cedo”.

O processo competitivo, acentuado pela globalização, levou a inúmeras soluções geniais. Friedman, por exemplo, fala da capacidade do Wal-Mart de organizar seus fornecedores, em criar programas, que racionalizem as entregas, ou mesmo o rastreamento de cada pacote.

Como repórter nova-iorquino, atribui ao provincianismo do Wal-Mart sua política rígida com os funcionários, política que lhe ameaça o prestígio no mundo. Aliás, depois do livro publicado, a Empresa teve de pagar, na semana passada, US\$ 157 milhões em indenizações trabalhistas.

Friedman também tem uma visão crítica do processo de destruição ambiental, mas não o dramatiza. Em certos momentos, chega a admitir, numa hipótese, que o preço do petróleo baixe a US\$ 10 /barril, algo bastante contraditório com a crise dessa fonte de energia.

Já o livro de Jean-Paul Besset, que foi redator-chefe do “Le Monde” durante dez anos, é um grande libelo contra o processo de globalização, por causa dos seus efeitos, inclusive no meio ambiente. Besset acha que chegamos a um momento decisivo e que não se trata mais de luta de classe, muito menos de combates nacionais. Todos precisam se unir para evitar o descontrole que o progresso acarretou, ameaçando o futuro do planeta.

O título de seu livro - “Como Não Ser Mais Progressista, Sem se Transformar num Reacionário” - é bastante elucidativo. Ele começa dialogando com um suposto guardião celeste sobre seus fracassos na Terra, inclusive as idéias da esquerda trituradas pela história. E, a partir daí, procura demonstrar como a crise pode nos levar, a todos, para o buraco, progressistas ou não.

As duas obras provocam no leitor a vontade de lutar. A de Friedman, lutar para que o próprio país entenda a globalização e tire proveito dela. Ele propõe que os americanos se deixem levar pelo espírito da queda do Muro de Berlim e atenuem o impacto do 11 de Setembro. Ele quer um espírito aberto contra a quase paranóia que os EUA viveram desde esse acontecimento.

No caso brasileiro, tanto as preocupações de Friedman, entusiasta da globalização, como as de Besset, crítico radical, ainda não parecem ter dominado nossa vida política. Se, por um lado, o país nem se

prepara, acabando com excesso de burocracia, investindo na educação, estimulando a criatividade; por outro, não se prepara, também, para a crise ambiental, como seria necessário.

O resultado é que não somos nem bem apoloéticos nem críticos. Apenas vamos tocando o barco, com um acerto aqui, um erro ali. O presidente Lula diz que não queria plantar para que outros colhessem. Isso não é verdade, nem para ele - pois algumas vitórias do Brasil na OMC (algodão, aço) acabam ajudando às novas gerações, aqui e em outros países do Terceiro Mundo - nem para líderes como Nehru e Mandela, cada um à sua maneira, plantando para muitas gerações posteriores.

Com toda a admiração que tenho por São Paulo, não deixa de ser estranho ver uma luta tão limitada entre suas grandes correntes políticas. Se mergulho no livro de Friedman, sinto uma grande necessidade de união, para que se responda a esse processo impiedosamente competitivo no mercado internacional. Se me dedico ao texto de Besset, concluo que ainda estamos longe dos passos necessários para evitar o grande desastre ambiental.

Um presidente que não planta para que outros colham é uma peça difícil de integrar nesse quebra-cabeça. Ainda que os políticos brasileiros possam se consolar com as rivalidades internas. Tanto para um mundo plano como para o mundo em dissolução, elas são apenas uma nota no pé de página.

Quando o bispo dom Luiz Flávio Cappio fez uma greve de fome, a transposição do rio São Francisco entrou na agenda. Em seguida, ao atear fogo ao próprio corpo, um ecologista do Mato Grosso do Sul, Francisco Anselmo de Barros, colocou em evidência os planos de construir usinas de álcool no Pantanal.

Com a morte do general Urano Bacellar, em Porto Príncipe, era de se esperar que a intervenção militar no Haiti abrisse um franco debate. Isso não vai acontecer, apesar da turbulenta proximidade das eleições, marcadas para 7 de fevereiro.

É muito difícil criticar alguém nesse pesado silêncio sobre o destino do Haiti. A mídia, uma vez que o Brasil tem o comando militar da missão, talvez devesse seguir os passos de nossos homens, cobrindo diariamente o que se passa lá. De um lado, há os problemas financeiros que isso acarreta. De outro, há a certeza de que, mesmo os vizinhos norte-americanos, só se movem quando se sentem ameaçados por levadas de “boat-people”. Nos intervalos, o silêncio. Mesmo um jornal como o “Miami Herald”, que está bem perto do Haiti, no meu entender, se dedica discretamente ao tema.

Logo depois da morte do general Bacellar, o vice-presidente José Alencar declarou que era antipatriótico questionar nossa missão no Haiti. Ele tem uma ponta de razão, uma vez que é inútil sair rápido do Haiti, só porque o general morreu.

No entanto, há um tipo de questionamento que me parece válido. Para onde estamos indo, no Haiti? Valeu a pena tanto esforço? Essas questões, temos de respondê-las permanentemente. Em caso de respostas desanimadoras, compete-nos formular um plano de saída.

O problema central é que o Haiti não existe para as autoridades brasileiras. Quando o País decidiu disputar o comando das forças militares, o argumento do Governo na Câmara (o líder era o Professor Luizinho) apontava para as possibilidades de ocuparmos um lugar no Conselho de Segurança.

Rebatíamos a fórmula com o argumento de que o Haiti é um país singularmente dramático e que não podíamos ver esse movimento de tropas como um ato eleitoreiro, ainda que a disputa fosse por uma cadeira no Conselho de Segurança.

Hoje, o próprio Itamaraty descarta o argumento de que fomos pensando no Conselho de Segurança. Mas ainda não explica claramente porque fomos. Há razões. Há teóricos, como Ricardo Seitenfus, que defendem com brilho o deslocamento das tropas. Mas o debate está se dando post-festum, quando já estamos envolvidos até o pescoço.

A questão que se colocava era esta: já houve outras ocupações militares do Haiti. Falharam. Quais os indícios de que esta vai dar certo? É prudente jogar tropas e dinheiro, arriscar a repetir os mesmos erros históricos?

Em primeiro lugar, há a ilusão de que um candidato não-populista vença, o que me parece muito difícil, nas circunstâncias. Dos 35 que se apresentaram, René Préval parece o mais forte. E é amigo de Aristides, exilado na África do Sul. Além disso, os últimos meses têm sido marcados por grandes tensões entre as forças políticas do Haiti.

Outro fato explosivo é o destino do ex-ministro Yvon Neptune, que está morrendo na cadeia.

O próprio Juan Gabriel Valdes, chefe da missão, admitiu temer que as eleições sejam financiadas pelos seqüestros. De fato, é o que pode explicar a onda de seqüestros do momento. Há 35 candidatos a “prezidan” e 1.200 ao Parlamento.

Ao contrário do Brasil, onde as eleições se fazem sob o signo do caixa dois, lá no Haiti, é o caixa 38.

Ignorados por nós, no seu trabalho cotidiano, os soldados brasileiros enfrentam uma crítica pendular.

Os setores mais ricos querem que se intensifique a repressão nos bairros pobres; os grupos de direitos humanos denunciam, com frequência, ataques a inocentes e cumplicidade com a violência da Polícia Nacional do Haiti.

Muitos esperam que as eleições resolvam o problema e inaugurem o fluxo da ajuda econômica. Meu palpite é mais pessimista. A crise do Haiti - política, social, econômica e ecológica - precisa ser abordada com um projeto sólido e de longo alcance.

Quando fomos para o Haiti, era difícil questionar por que, afinal, precisávamos entrar no Conselho de Segurança. Agora, é antipatriótico, porque o general morreu. Em ambos os casos, o Haiti não existe. Ou é uma plataforma para conquistarmos a cadeira no Conselho ou é o espaço para reafirmar a honra e competência do Exército Brasileiro, algo que não está em jogo.

José Alencar precisa ser generoso conosco, deixando-nos entrar no espaço da pátria amada idolatrada com todas as nossas dúvidas. Ou então, reunir-se com Lula e formular, com suas reflexões sobre o Haiti, um argumento, que nos convença da importância da presença atual e nos informe sobre o projeto estratégico de recuperação do país.

Ainda me lembro daquela partida de futebol da seleção brasileira, o estádio construído às pressas, o Suplicy tentando reproduzir uma jogada de Ronaldinho Gaúcho na tribuna do Congresso.

Estávamos embalados para liderar o continente, como já estivemos para revolucionar o Brasil, para fazer uma ampla reforma agrária, para moralizar a vida política com nossas bandeiras éticas.

Se o buraco aqui já é mais embaixo, caro Vice, imagine na política externa, ali onde Estados Unidos, França e Canadá, de uma certa forma, já fracassaram.

## GABEIRA JUNTA POLÍTICA E INTERNET

23/1/2006

Link Estadão

Com um passado ligado a movimentos de esquerda e a ideais revolucionários, Gabeira tem hoje uma visão diferente do que é uma revolução. “Antigamente, o termo revolução implicava em uma mudança das classes no poder. Mas a coisa mais parecida com uma revolução que já vi na minha vida foi o surgimento da internet”, afirma.

# LAMENTOS DE UM MORADOR DE IPANEMA

28/1/2006

Folha de São Paulo

Lula veio a Queimados, Baixada Fluminense, e fez um discurso já famoso. “Não tenho a cara da Zona Sul nem da Avenida Paulista”, afirmou no palanque. Lula é um cara estranho. Quando veio ao Rio receber o apoio dos artistas, no Canecão, falou do seu deslumbramento com a Zona Sul. Não esperava jamais estar sendo aclamado ali, por gente que admirava, num lugar tão interessante etc.

Se fôssemos muito rápidos no gatilho, diríamos que Lula tinha um deslumbramento pela Zona Sul. Mas, se formos rápido no gatilho agora, diremos que ele tem um certo desprezo pela região, pois divide o mundo entre opressores e oprimidos, pelas zonas geográficas.

Não creio em nada disso. Uma vez protestei, fraternalmente, junto ao Professor Luizinho, que desqualificou a visão de Brasil do repórter Larry Rother, do “New York Times”, argumentando que era um habitante de Ipanema. Rother, dizia eu, vive cruzando o Brasil e alguns países da América do Sul. Também vivo em Ipanema e passo grande parte dos meus fins de semana tentando conhecer melhor o Brasil. Luizinho aceitou imediatamente o argumento e admitiu que a frase poderia levar a equívocos.

Na década de 60, escrevi um artigo intitulado “As Belas Imagens”, reproduzindo um pouco a argumentação existencialista de que o valor de uma pessoa depende de suas escolhas, de seu esforço. Afirmava que não era possível supor que alguém tivesse qualidades intrínsecas, apenas porque mora num certo bairro da cidade. Era o auge de Ipanema.

Quase meio século depois, tenho preguiça de retomar o argumento de forma inversamente simétrica: não há nenhum defeito intrínseco em morar num determinado bairro. Se alguém quiser dividir o mundo entre oprimidos e opressores e disser que os segundos moram na Zona Sul do Rio, vai ter que abstrair milhões de pessoas - as que moram no morro e os brasileiros de todos os horizontes, que vivem em Copacabana, por exemplo.

Não é para se fazer uma discussão séria. Lula estava no palanque de Queimados ao lado de Lindberg Farias, um jovem de muitas qualidades e, além disso, bonito. Ele ganhou as eleições em Nova Iguaçu com mais facilidades, segundo o relato dos jornais, porque era considerado lindo pelas suas eleitoras. No momento em que era preciso se implantar na Baixada com mais sucesso, o PT não hesitou em usar também, além da habilidade de Lindberg, sua cara bonita. Portanto, é uma tática de ziguezagues. Em um momento, você usa a estética para ampliar seus votos, em outro momento você afirma uma cara sofrida para buscar uma identificação com o eleitorado da região.

O engraçado é que estavam os dois no mesmo palanque, talvez rindo de nós, que pedimos coerência. Por isso é que não dá para ficar zangado quando o presidente de todos os brasileiros rejeita publicamente os moradores do lugar onde você mora. Não é uma rejeição séria, como não é sério o deslumbramento. Tudo depende da hora, do lugar e dos votos.

No caso da Avenida Paulista, mesmo quem não mora em São Paulo se surpreende com a afirmação do Presidente. Tudo de bom que acontece na cidade, acaba sendo comemorado na Avenida Paulista. Títulos mundiais de futebol, vitórias em campanhas presidenciais. Lula foi diretamente do hotel para a Avenida Paulista, no dia de sua eleição. As ruas estavam cheias de gente do povo. Uma boa formulação para aquele dia: “Estou aqui, mas lembrem-se de que não tenho a cara da Avenida Paulista, por isso vou ficar de costas para os prédios e olhar apenas para vocês”.

Apesar de tudo, há muita gente na Zona Sul que ainda admira Lula, e ele ainda tem chance de corrigir o equívoco. Palanque é um lugar onde se fala tudo e os jornalistas sequer anotam. No entanto, quando você é Presidente da República e está num palanque, cada frase tem de ser pensada, por mais difícil que seja

emocionar-se e, simultaneamente, medir as palavras.

Tudo isso, na verdade, é um pequeno distúrbio de papéis. Lula encarnou o presidente Hugo Chávez e resolveu entrar na distinção entre ricos e pobres. Mas o clima está mais para Juscelino. Ele deveria voltar a um centro espírita e reencarnar o Juscelino. Tenho um amigo em

Copacabana, o Almeida, que vive pedindo a construção de um centro para a terceira idade no bairro, com projeto de Oscar Niemeyer. Isso poderia ser ainda melhor para nós do que foi a Igreja da Pampulha, em Belo Horizonte.

Entre os idosos da Zona Sul, vindos de todos os recantos do Brasil, essa história de Norte-Sul, nós e eles, essas fronteiras que criamos e alimentamos em palanques, não tem grande sentido.

Um dia, tudo isso passará, e tanto o Lula como o Professor Luizinho, esse já convidado, vão colocar uma Havaianas e bermudas e passear conosco pela Zona Sul. Amainadas as paixões, é surpreendente como todos os seres humanos são parecidos, ainda mais de bermuda e Havaianas.

Não posso falar por toda a Ipanema, mas a sensação que temos aqui, do Jardim de Alah à praça General Osório, é de que todas as caras são bem-vindas.

Uma vez integradas à paisagem, expressam uma incrível diversidade e apontam para uma unidade que não se destrói: a cara do ser humano.

Silvestre Gorgulho (diretor geral da Folha do Meio Ambiente)\_Qual o futuro dos partidos políticos no Brasil se, no seu caso, mesmo mantendo sempre uma firme coerência política/ideológica, o senhor teve que passar por pelo menos dois partidos? De 1986-2001 foi PV. De 2001-2003 foi PT. Depois ficou sem partido. Em 2005 voltou novamente para o PV?

Gabeira\_Muito sinteticamente, vou lhe dizer: se for para ser o que sou, prefiro mudar de partido do que a mim mesmo.

Paulo Lima (publisher da Trip Editora)\_Você tem opinião formada sobre qual seria a melhor maneira para o Brasil lidar com a polêmica questão dos alimentos transgênicos?

Gabeira\_Há no Brasil, pelo menos teoricamente, lugar para as plantações tradicionais, para as orgânicas e para as transgênicas. Estas deveriam passar por uma séria avaliação científica antes de aprovadas. E, como têm a capacidade de contaminar as outras, precisariam ser segregadas, transportadas em veículos exclusivos, armazenadas separadamente e rotuladas. O Brasil aprovou sementes clandestinas e não tomou as medidas defensivas necessárias. Portanto, é sempre grande o perigo de contaminação das plantações tradicionais e das orgânicas, reduzindo a diversidade de produção.

Será preciso olhar um pouco além da cortina de fumaça produzida pelos candidatos e pesquisas. O resultado do referendo das armas mostrou como pesquisas antecipadas, às vezes, mascaram a verdade.

Lula declarou à “The Economist” que o Brasil não tinha pressa de crescer. A oposição caiu em cima. No entanto, se observamos o retrospecto das falas de Lula, constatamos que ele deveria estar se referindo ao tipo de pressa que compromete a sustentabilidade do crescimento. Qualquer pessoa inteligente tem pressa de um desenvolvimento sustentável no Brasil.

Ao bombardear Lula por sua frase incompleta, perdeu-se o foco da crítica. O importante é questionar se estamos mesmo no caminho do desenvolvimento sustentável. O Governo parece ter cuidado principalmente da variável financeira, ajustando-se ao FMI, pagando dívidas, contendo a inflação.

Acontece que outras variáveis, que teriam de ser costuradas no pacote do desenvolvimento sustentável, foram subestimadas no governo Lula: infra-estrutura, educação, inclusão digital, adaptar a máquina do Estado às necessidades de competir no mundo global.

Naturalmente, ele tratou de todos esses temas. Mas não com urgência e de forma articulada, para que se construíssem os grandes alicerces do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, mesmo se tivesse pressa, seria condenado à lentidão.

Existem muitas maneiras de se discutir o caminho pela frente. De todas, entretanto, a mais generosa, no sentido de que contempla todas as outras, é a discussão sobre como o Brasil se integra melhor no mundo. Alguém pode objetar: o melhor tema é saber como superar as imensas desigualdades sociais. Mas, ainda aqui, a inserção brasileira no mundo é um bom roteiro para buscar a resposta.

Será que, nesse torvelinho de campanhas, alianças e tentativas desesperadas de seduzir os eleitores, haverá caminho para um debate produtivo?

O que sei, baseado na prática cotidiana, é que a máquina do Estado tem crescido, suas despesas são gigantescas e, cada vez mais, sobressai nossa inadequação ao mundo moderno. Os grandes acordos comerciais são aprovados no Congresso: em muitos casos, não são bem lidos e, quase sempre, incompreendidos. E todos sabem que, nesses acordos, os problemas residem exatamente nos detalhes.

A Câmara tem uma televisão com funcionários e equipamentos próprios; o Senado tem outra. Bons editores condensariam tudo num mesmo canal e ainda sobraria tempo.

Nos EUA, quando entra um novo governo, contratam-se pouco mais de 4.000 pessoas para cargos de confiança. O governo petista já colocou mais de meio milhão de funcionários novos na máquina.

Não é acidente Brasília ter o melhor índice de desenvolvimento humano do país, o nível de grandes cidades européias. A alta burocracia estatal, na qual estamos incluídos, teoricamente deveria fazer o bem da população. Mas, na verdade, cuida melhor de si própria do que do País.

É fácil contestar esses argumentos. Basta classificá-los de tentação neoliberal e jogá-los com o autor na lata de lixo da História. Mas o que fazer com a conclusão de que o Estado brasileiro, ao invés de dinamizar o crescimento, acaba sendo um obstáculo para ele?

Temo que o blabláblá eleitoral não nos permita formular algo que possa garantir resultados, como a Índia, o Chile e a Irlanda

garantiram a partir de uma leitura adequada de seu potencial no mundo globalizado.

Nos anos em que governou, a oposição não achou o caminho real. O ano que passou indicou que a chamada esquerda renovadora perdeu sua proclamada virgindade ética. A aprovação popular de Lula, depois do escândalo, sugere que estamos diante de um caso de hímen complacente.

As perspectivas, portanto, não são animadoras. No campo internacional, o Iraque permanece à beira da guerra civil, a vitória do Hamas tencionou as relações com Israel e o Irã, na busca de uma saída nuclear, se choca com os EUA e a Europa. O Oriente Médio, portanto, está longe da paz.

O teatro da biossegurança no mundo global não tem fronteiras. Mesmo sem um caso de gripe aviária no País, nossas exportações já sofrem o impacto.

O fato de achar o caminho no mundo globalizado não significa descanso. Pelo contrário, é possível perdê-lo a qualquer instante. O que mais temo é sequer ver a questão discutida este ano, com projetos sólidos de transformação. Inclusive da máquina estatal, tão cobiçada pelos aliados de Governo.

Perder o caminho não significa tragédia. De certa maneira, as variáveis globais serão atacadas, só que espontaneamente, ao sabor das crises, sem um projeto.

Não adianta arrancar cabelos. No Haiti, sempre se diz: é preciso paciência. Apesar das grandes diferenças entre um país que funciona e outro mergulhado no caos, a fórmula também vale. Se vier o que está se desenhando no horizonte, será preciso paciência com o Brasil. Teremos de perder até a pressa de crescer de forma sustentada.

A esta altura, o fundamental não é mudar o país repentinamente, mas respeitar seus ritmos e escolhas. Ajudar, em todos os momentos em que isso for possível, é o único caminho. Mas avançar por conta própria, pois, afinal, ninguém é de ferro e não haverá espaço para lamúrias.

Copyright 2006 by Fernando Gabeira

Capa: Cadu Tavares

Diagramação: Nako/Dimaquina

Impresso na Antograf Gráfica e Editora Ltda.

ISBN: 85-254-1610-X

G112n

Gabeira, Fernando Paulo Nagle, 1941-

Navegação na neblina / Fernando Paulo Nagle Gabeira. -

Porto Alegre : L&PM, 2006.

120 p. ; 21 cm.

1. Política interna-Brasil-História. I. Título.

CDU 323.22/.28:94(81).089

Catálogo elaborado por Izabel A. Merlo, CRB 10/329

Todos os direitos desta edição reservados à  
[www.gabeira.com](http://www.gabeira.com)



COMMON DEED

Atribuição-Uso Não-Comercial-Compatilhamento  
pela mesma licença 2.5 Brasil

Você pode:

- copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- criar obras derivadas

Sob as seguintes condições:



**Atribuição**

Você deve dar crédito ao autor original,  
da forma especificada pelo autor ou licenciante.



**Uso Não-Comercial**

Você não pode utilizar esta obra com  
finalidades comerciais.



**Compatilhamento pela mesma Licença**

Se você alterar, transformar, ou criar outra obra com  
base nesta, você somente poderá distribuir a obra  
resultante sob uma licença idêntica a esta.

- Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outros os termos da licença desta obra.
- Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que Você obtenha permissão do autor.

**Qualquer direito de uso legítimo (ou “fair use”) concedido por lei, ou qualquer outro direito protegido pela legislação local, não são em hipótese alguma afetados pelo disposto acima.**